



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 4 e 5 de dezembro de 2023

----- Aos quatro dias do mês de dezembro, do ano dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, teve lugar a quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 – Análise e Votação de Atas:-----

1.1 Ata da 3.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda | 29 junho e 3 de julho de 2023;---

1.2 Ata da 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda | 28 de setembro de 2023.-----

2 – Período de Antes da Ordem do Dia;-----

3 – Período da Ordem do Dia:-----

3.1 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Fiscalidade do Município de Águeda para o ano de 2024;-----

3.2 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração da Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Águeda; -----

3.3 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal das Grandes Opções do Plano e Orçamento, e Mapa de Pessoal do Município de Águeda para o ano de 2024;-----

3.4 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal da versão final da 2.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal e respetivo Relatório Ambiental;-----

3.5 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Reconhecimento de Interesse Público, de venda de terrenos e de Memorando de Entendimento no âmbito do investimento e implantação da empresa CITIC Dicastal no Parque Empresarial do Casarão;-----

3.6 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de retificação da Proposta n.º 240/2023, aprovada em reunião de Câmara Municipal de 22 junho de 2023 e na 3.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de junho e 3 de julho de 2023;-----

3.7 Tomada de conhecimento da deliberação de declarar a alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Águeda, por força da entrada em vigor da Alteração da Delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do Município de Águeda, a que diz respeito o Despacho n.º 9263/2023 (Diário da República, 2ª Série, n.º 175 de 8/09/2023);-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

3.8 Apreciação da informação escrita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- A sessão foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, **José Filipe de Almeida Pereira**, e secretariado pelas Senhoras Secretárias **Cristina Paula Fernandes da Cruz** e **Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro**. -----

----- **Participaram nesta sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:** -----

-----José Filipe de Almeida Pereira – PPD/PSD.MPT;-----

-----José Carlos Raposo Marques Vidal – PS;-----

-----Gabriel Oliveira Marques Arsénio – PPD/PSD.MPT;-----

-----Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro – PS;-----

-----Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT;-----

-----Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP;-----

-----Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos - PPD/PSD.MPT;-----

-----Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS;-----

-----Cristina Paula Fernandes da Cruz – PPD/PSD.MPT;-----

-----Marta Isabel Pereira Gomes Soares da Costa – PS;-----

-----João Carlos de Oliveira Coelho – PPD/PSD.MPT;-----

-----Rui Miguel Pires Moreto – CDS-PP;-----

-----Júlia Maria Pinheiro de Melo – PS;-----

-----Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro – PPD/PSD.MPT;-----

-----Abílio Ferreira Gomes da Silva – PPD/PSD.MPT;-----

-----Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente; -----

-----Gabriel Alexandre Marques Abrantes de Almeida – PPD/PSD.MPT;-----

-----Olivia de Sousa Passos – CDS-PP;-----

-----António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas – PS;-----

-----António José Pires Ferreira – PPD/PSD.MPT;-----

-----Isabel Maria Santiago Ferreira – PS.-----

-----**Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta/União de Freguesia (PJF):** -----

-----Albano Marques de Abrantes – PJ de Aguada de Cima; -----

-----Nuno Gustavo Pimenta Cardoso – PUF de Águeda e Borralha; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----João Marques Pitau – PUF de Barrô e Aguada de Baixo; -----

-----António de Oliveira Martins – PUF de Belazaima, Castanheira e Agadão; -----

-----Carlos Miguel Nolasco de Lemos – PJ de Fermentelos; -----

-----Manuela Maria Tomás Costa Melo – Tesoureira JF de Macinhata do Vouga; -----

-----Sérgio Manuel Santos Duarte – Tesoureiro JF de Préstimo e Macieira; -----

-----Manuel José de Almeida Marques de Campos – PUF de Recardães e Espinhel; -----

-----Sérgio Edgar da Costa Neves – PUF de Travassô e Óis da Ribeira; -----

-----Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; -----

-----Filipe Falcão – Presidente JF de Valongo do Vouga; -----

-----**Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Membros:** -----

-----Jorge Henrique Fernandes Almeida – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

-----Edson Carlos Viegas dos Santos – PPD/PSD.MPT – Vice-Presidente; -----

-----Marlene Domingues Gaio -PPD/PSD.MPT – Vereadora -----

-----Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – PPD/PSD.MPT – Vereador; -----

-----Luís Herculano Henriques de Pinho – PS – Vereador; -----

-----Daniela Alexandra Pereira Herculano – PS – Vereadora; -----

-----Antero Ricardo dos Santos Almeida – CDS-PP – Vereador; -----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, pelas vinte e uma horas, declarou aberta a Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal e cumprimentou todos os presentes: -----

-----”Muito boa noite a todos. Dado que temos quórum, vamos avançar nos trabalhos. Vamos dar início à quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, de 4 de dezembro de 2023. Permitam, antes de mais, saudar, neste caso, a Sra. Segunda Secretária. A Sra. Primeira Secretária está um pouco atrasada, deu-me nota, mas vai chegar e vai assumir os trabalhos desta Assembleia. Portanto, meus cumprimentos, também meus cumprimentos aos Srs. Deputados Municipais, ao Sr. Presidente da Câmara e ao restante Executivo, aos Presidentes Junta e Uniões de Freguesia, ao público aqui presente e aquele que nos assiste pela Águeda TV. Hoje não temos técnicas audiovisual, temos os funcionários da autarquia, também uma palavra de agradecimento e também temos comunicação social, também os meus cumprimentos. -----

----- Vou começar por dar nota da correspondência que foi recebida neste período que mediou a última Assembleia até hoje, que na verdade não existe nada de registo do ponto de vista que interessa aos trabalhos desta Assembleia, apenas e só as comunicações que foram recebidas das ausências e respetivas substituições dos seus Deputados Municipais e dos seus Presidentes de Junta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

e Uniões de Freguesia. A restante comunicação, foi toda remetida via eletrónica, como é habitual, embora tenha conhecimento de alguns constrangimentos no que respeita, portanto, a acesso a alguma documentação, mas julgo que, também sensível a isso, me preparei para que os trabalhos desta Assembleia possam, de alguma forma, ser complementados com a informação que foi disponibilizada via eletrónica. -----

----- JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS -----

-----No que respeita aos impedimentos e respetivas substituições, foi comunicada a indisponibilidade da Sra. Deputada Ana Miguel Marques Neves Santos e em sua substituição está o Sr. Deputado Gabriel Oliveira Marques Arsénio; o Sr. Deputado José Miguel Ramos Tendeiro e em sua substituição o Sr. Deputado Gabriel Alexandre Marques Abrantes de Almeida; a Sra. Deputada Gisela Valente Pinheiro e em sua substituição o Sr. Deputado António José Pires Ferreira; o Sr. Deputado Gabriel Duarte Pires e em sua substituição o Sr. Deputado João Carlos de Oliveira Coelho; a Sra. Deputada Ana Rita Antunes Pereira e em sua substituição o Sr. Deputado Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro; o Sr. Presidente da Junta do Préstimo e de Macieira de Alcoba, Pedro Vidal e em sua substituição temos o tesoureiro Sérgio Manuel Santos Duarte e também o Sr. Presidente da Junta Freguesia de Macinhata do Vouga, Sr. Pedro Marques e em sua substituição temos a tesoureira Maria Manuela Tomás Costa Melo. Portanto, estas são as ausências e as respetivas substituições. -----

----- De seguida, passou-se à análise e votação do primeiro ponto da ordem de trabalhos. -----

-----ANÁLISE E VOTAÇÃO DE ATAS -----

-----**Presidente da Assembleia:** Temos duas atas para votação e conforme tinha prometido, estamos em dia relativamente à transcrição das atas desta Assembleia, temos duas atas para votação.-----

-----**1.1 Ata da 3.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda de 29 junho e 3 de julho de 2023;**-----

---- Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo a ata da terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Águeda de 29 junho e 3 de julho de 2023 sido **aprovada por maioria**, com uma abstenção do Grupo Municipal do Juntos por Águeda - PPD/PSD.MPT. -----

-----**1.2 Ata da 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda de 28 de setembro de 2023.**-----

---- Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo a ata da quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Águeda de 28 de setembro de 2023 sido **aprovada por**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

maioria, com duas abstenções, uma do Grupo Municipal do Juntos por Águeda - PPD/PSD.MPT e uma do Grupo Municipal do CDS-PP.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem, Sr. Deputado José Vidal, queria intervir antes do início do período antes da ordem do dia. Faça favor. -----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----“Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Presidente, eu queria só interpelar, três situações, uma que deverá constar, eu pelo menos não consegui ver no site da Câmara Municipal é o anúncio desta Assembleia, portanto não apareceu no site, não aparece na página. Outra situação tem a ver com pedidos que eu realizei aqui já várias vezes nesta Assembleia e que também fiz por escrito à Mesa, que não me foram entregues. Não me foram entregues os relatórios das viagens ao estrangeiro dos membros do Executivo e não me foi entregue o relatório do AgitÁgueda de 2023. Portanto, era só para que fique registado. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado, muito obrigado. Honestamente, relativamente à questão da difusão desta Assembleia no site da Câmara, confesso-lhe com alguma ignorância, que desconheço de facto, se o mesmo consta ou não, é habitual, é um facto, não lhe posso adiantar muito mais, mas, entretanto, no decorrer destes trabalhos poderei dar mais alguma explicação acerca desta matéria. No que respeita aos pedidos solicitados, o Sr. Deputado, como deve entender, é a minha função remetê-los a quem direito, portanto remeti-os ao Executivo. Eu sei que estão a ser preparados, porque também me incumbi de perceber, qual era o caminho, porque pretendia de alguma forma dar-lhe alguma resposta, por escrito até mesmo antes desta Assembleia, mas os mesmos não me chegaram à posse, pelo que não os pude remeter. Todavia, fica a nota que, de facto, os mesmos estão em preparação para lhe ser remetido, até porque eu fiquei com isso na minha lembrança e não deixarei que assim não seja. Muito obrigado. -----

----- Continuando, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, prestou os seguintes esclarecimentos:-

----- Bom, passemos então à intervenção do público. Eu pergunto se alguém do público quer intervir, se assim o pretender, as formalidades habituais são: dirigirem-se aqui ao púlpito, identificarem-se, nome e onde residem e então, sim, fazem a sua exposição. Há um tempo regimental para o efeito, mas certamente eu também estarei atento, não irão extravasar. Há uma inscrição. Faz favor. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

-----**Munícipe Sara:** “Boa noite a todos. Eu sou a Sara, vivo na Giesteira. Agradeço pela oportunidade que me foi dada. Boa noite ao Presidente da Câmara e a todos os restantes membros da Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Municipal de Águeda e todos os presentes. Venho enquanto representante dos pais dos alunos da turma de 1º e 2º ano da escola básica Assequins, dispor para vosso conhecimento o estado de degradação em que se encontra a escola dos nossos filhos. O edifício tem sérios danos no telhado que têm vindo a afetar gravemente o seu interior, devido à infiltração de água em vários locais. Formam-se poças de água no chão, humidade nas paredes e uma elevada concentração de fungos, que pode significar um grande fator de risco de doença para as crianças com problemas respiratórios, que se agravam na época da chuva, pois as crianças são obrigadas a permanecerem mais tempo no interior da escola. Quando chove, é necessário colocar baldes a apanhar água que cai dos tetos e as funcionárias, sob esforço, precisam de estar constantemente a limpar o chão para que nenhuma criança caia e se magoe. Há portas danificadas pela água, com madeira a lascar, que também podem acidentalmente magoar alguém. Uma das lâmpadas de emergência está colocada na parede mais danificada pela humidade e ficou cheia de água, acabando por se estragar. A presença de água próxima de fios elétricos constitui, como sabem, um enorme risco para a ocorrência de curto-circuitos. Após várias solicitações por parte do agrupamento de escolas de Escolas de Águeda à Câmara Municipal de Águeda para a realização de reparações necessárias, foram recentemente colocados plásticos no teto, segurados por blocos de cimento. Para além de não constituir uma solução viável, esses blocos são de grande perigo para quem passa no exterior da escola, pois podem facilmente cair numa rajada de vento, que em Águeda é frequente. Nós, pais estamos altamente preocupados com esta situação e consideramos que as crianças e os adultos desta escola estão diariamente expostos ao perigo. Perante isto, foi enviado um email para o Departamento de Educação da Câmara Municipal de Águeda, no dia 28 de novembro de 2023, do qual ainda não se tinha obtido resposta. Na passada quinta-feira, pais de alunos foram diretamente à Câmara para expor a situação presencialmente, não tendo sido recebidos por ninguém do Departamento. No entanto, foi deixado um requerimento nos serviços de atendimento, que teve resposta hoje, ao final do dia, com marcação de uma reunião para a próxima quinta-feira, às 9 da manhã. Apelamos a vossa atenção, de forma a que possam contribuir para chegarmos a uma solução imediata, face ao carácter urgente da situação exposta. Muito obrigada pela atenção.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Nós é que agradecemos pela sua intervenção. Mais alguém do público que queira intervir? Não? Sr. Presidente, eu não sei se vai tomar a palavra no sentido de poder responder a esta munícipe.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----“Muito obrigado, Sr. Presidente, por me dar a palavra, cumprimento, o Sr. Presidente e a Excelentíssima Mesa, os Srs. Vereadores, os Srs. Membros desta Assembleia, a Comunicação Social e, naturalmente, o público que está aqui presente e os que nos seguem pela Águeda TV. Cara Sara, muito obrigado por vir e por trazer a preocupação, que eu acho que é perfeitamente legítima, afinal são os vossos filhos. Eu queria-lhe dizer só uma coisa muito simples, que era o seguinte: Eu não sei se sabe, mas a escola de Assequins de acordo com as orientações que tínhamos, da nossa carta educativa, era uma escola para fechar. Se tem andado atenta, já reparou que nós, afinal de contas, já percebemos que não é para fechar e provavelmente é uma escola que vai sofrer obras - ser ampliada e nos servir de solução para, sobretudo, esta parte nascente de Águeda, para termos ali uma escolinha mais pequena, mas acolhedora. Nós trocámos o telhado, retirámos as telhas de amianto na escola de Assequins, num programa nacional que houve há muito pouco tempo, de retirada de telhas de amianto. Em pleno inverno, o que aconteceu foi, efetivamente, colocar uns plásticos, que não resolveram. Os nossos funcionários foram lá, tentaram minimizar, mas não resolveram. Dizer-lhe que hoje, penso eu, que andaram lá a tentar resolver. Há ali questões que têm a ver com rufos e com aquelas árvores todas que estão ali à volta e que entopem as caleiras e fazem com que haja infiltrações. E também penso que é na parte do ginásio que o telhado não precisou de ser mudado, mas precisa mesmo de ser mudado. Portanto, como vê, nós estamos a trabalhar, há coisas que nos apanham de surpresa e temos que remediar. Naturalmente que é uma situação que nós não queremos de forma nenhuma que se mantenha, mas volto-lhe a dizer, estamos a pensar seriamente em avançar com obras para termos ali uma escola maior, mas sem ser demasiado grande. Uma escolinha mais interessante. Pedimos desculpa, mas também fomos apanhados de surpresa. Muito obrigado.” -----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Ora, passada a intervenção do público, respetiva intervenção do Sr. Presidente da Câmara, vamos passar ao período antes da ordem do dia e eu pergunto , desde já, quem se quer inscrever para o ponto. Sr. Deputado Humberto Moreira, mais alguma inscrição? Deixe-me só fazer aqui um reparo, o Sr. Deputado Miguel Oliveira apresentou à Mesa uma proposta de uma moção de voto de pesar em memória de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa. Portanto, Sr. Deputado, faça a favor de apresentar a sua moção.-

-----**MOÇÃO** -----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira - CDS-PP:**-----

-----“Muito obrigado, Sr. Presidente. Excelentíssimo Sr. Presidente da Mesa, Sras. Secretárias, Excelentíssimos Membros da Assembleia, Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara, Excelentíssimas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Sras. e Srs. Vereadores, representantes da Comunicação Social, Concidadãos e naturalmente um especial agradecimento aos funcionários da Câmara que nos permitem estar aqui a exercer as nossas funções.-----

----- Neste dia 4 de dezembro, há 43 anos, faleceram Francisco Sá Carneiro, então Primeiro-Ministro e Adelino Amaro da Costa, Ministro da Defesa, bem como respetivos acompanhantes e pilotos, num desastre de aviação, provocado por um atentado, como ficou provado na décima comissão de inquérito da Assembleia da República, que chegou às suas conclusões em maio de 2015. -----

-----Para muitos portugueses, Francisco Sá Carneiro foi o político mais marcante e influente do período que vai da chamada Primavera Marcelista à revisão constitucional que extinguiu o Conselho da Revolução e colocou o país na rota da adesão à Comunidade Económica Europeia. Corajoso, irreverente e reformista, foi um dos rostos da ala liberal que na Assembleia Nacional quis pôr fim aos entraves, aos direitos, liberdades e garantias que caracterizavam o antigo regime e promover a sua democratização através de uma revisão constitucional. Coerente, demitiu-se das funções de Deputado quando se tornou evidente que as reformas prometidas pelo Marcelismo eram apenas de fachada. -----

-----A seguir ao 25 de abril, com Pinto Balsemão e Magalhães Mota, fundou o PPD, mais tarde PPD-PSD, com um cunho de partido social-democrata, popular, interclassista e reformista. Fundou com Freitas do Amaral e Ribeiro Teles a Aliança Democrática, que ganhou as eleições legislativas de 1979 e 1980, que visava ultrapassar os traumas e divisões do passado recente do país, promover o desenvolvimento económico, desmilitarizar as instituições e aprofundar as negociações para a entrada na comunidade económica europeia. -----

-----Adelino Amaro da Costa foi um dos fundadores do CDS, era um parlamentar brilhante, distinguia-se no discurso e na escrita pela defesa dos valores da democracia pluralista e europeísta, centrada no humanismo, na dignidade da pessoa humana e na doutrina social da Igreja. Foi o primeiro civil a ocupar o cargo de Ministro da Defesa Não Nacional. Não obstante a morte precoce de ambos, Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa continuam a ser grandes referências nacionais, como políticos sérios e responsáveis que se empenharam ativamente na construção de um Portugal desenvolvido e democrático.-----

-----Num tempo em que continua a aumentar o fosso entre políticos e eleitores e onde forças extremistas conquistam terreno à direita e à esquerda, importa recordar, o exemplo daqueles que, com seriedade e convicção, procuraram inequivocamente pela ação política construir um país mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

democrático, livre, justo e solidário, sendo de salientar que tanto um como o outro faleceram no exercício dos cargos públicos que ocupavam por força da vontade popular. -----

-----Assim propomos, nesta quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, homenagear Francisco Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa e demais acompanhantes no voo fatídico, por ocasião do quadragésimo aniversário da sua morte, com um minuto de silêncio. Muito obrigado Sr. Presidente.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Proposta apresentada, vamos colocá-la à discussão. O Sr. Deputado Paulo Tomaz, faça favor.-----

-----**Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:**-----

-----“Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara e dirigindo-me muito especialmente aos nossos colegas do CDS. Ora bem, estamos um bocadinho surpreendidos, não é, com a proposta. É claro que as memórias tanto do então Ministro da Defesa como do então Primeiro-Ministro são relevantes, dignas e são passíveis naturalmente da compadecência, da comoção e da homenagem da parte de qualquer democrata e o Partido Socialista associa-se a isso, não deixamos de estranhar porquê comemorarmos o quadragésimo terceiro aniversário? Assinalarmos o quadragésimo terceiro desse fatídico dia. Compreendo, que haja à direita o interesse de mostrar uma aproximação entre o Partido Social-Democrata e o CDS, por aí não vemos um embaraço, é uma oportunidade. Portanto, pode ser o 43, o 46, não é propriamente um número redondo, embora compreendamos que calha nesta data e que os tempos políticos também merecem sinais políticos, mas, caro Miguel, reagindo à expressão que está a fazer, quer dizer, não vamos agora sempre comemorar todas, celebrar todas as datas que por acaso calhem num dia de Assembleia Municipal. Portanto, é claro, as memórias de Adelino Amaro da Costa e de Francisco Sá Carneiro merecem o nosso respeito, merecem a nossa homenagem democrática. Não deixamos de considerar que há dois pontos no texto que nos merecem alguma reserva: Um deles, o considerar-se isto, sendo eu um pouco mais novo do que alguns dos que estão aqui, espero não estar a cometer nenhum erro grave, mas tanto quanto sei quanto ao caso de Camarate, após as sucessivas comissões, que foram várias e houve comissões posteriores àquela que o CDS aqui referiu, nunca houve uma conclusão. E, portanto, eu admito que a República Portuguesa não tenha por assente que houve um atentado que levou a essa morte. Não sei se foi, não sei se não foi, ninguém foi responsabilizado, as comissões, pelo menos as mais recentes, não têm sido conclusivas e não têm sido taxativas a assinalá-lo. E, portanto, temos alguma reserva quanto a essa expressão, admitindo que possa ter acontecido um atentado, não estava cá, não estava lá, não foi provado até hoje. Por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

outro lado, nós todos temos de associar-nos a um texto naturalmente com o qual concordamos e isso é difícil que esse texto, no fundo, cumpra todas as nuances das sensibilidades de cada força política. Em todo caso, nós temos de olhar ao país que somos e temos de olhar a nosso ver, o ver do Partido Socialista, ao espectro político que temos representado na Assembleia da República. E, portanto, encontramos sim um partido claramente populista, claramente extremista, que, por acaso, é de direita. Não quer dizer que um dia não exista um de esquerda, nem quer dizer que o populismo e o extremismo sejam um problema apenas da direita, mas não nos podemos associar a um texto em que diz que no nosso país estão a progredir as forças populistas de extrema esquerda, porque não consideramos que existam forças populistas de extrema esquerda representadas no Parlamento, nem nesta Assembleia Municipal. Nessa medida, honrando naturalmente e não havendo nenhuma intenção de beliscar as memórias de Francisco Sá Carneiro e de Adelino Amaro da Costa, o Partido Socialista vai abster-se.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Miguel Oliveira, queria usar da palavra? Faça favor. -----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----

-----“Muito obrigado, Sr. Presidente. Só para um esclarecimento. Esta proposta de minuto de silêncio em homenagem ao Primeiro-Ministro e ao Ministro da Defesa, mortos em 4 de dezembro de 1980 tem a ver com o facto de hoje ser 4 de dezembro de 2023. Outras, noutras oportunidades, evoquei muitas vezes o nome de Francisco Sá Carneiro e de Adelino Amaro da Costa, dois políticos pelos quais tenho uma admiração enorme e que são uma grande influência, foram uma grande influência de toda a minha vida cívica e de toda a minha luta política, são inspiradores. Naturalmente, não traria aqui esta moção e este voto pesar, se esta Assembleia, não se passasse precisamente no dia 4 de dezembro. Agora, eu que fiz comigo próprio, em silêncio, homenagem a estas duas pessoas, através de silêncio e de oração e de reflexão, em todos os 4 de dezembro passados desde a sua morte, não ficaria bem com a minha consciência sem vir aqui apresentar esta moção. Tenho a certeza que se algum Primeiro-Ministro do PS, inspirador com esta história, tivesse falecido nestas condições, o Senhor teria a mesma sensibilidade. Em relação às conclusões das comissões de inquérito da Assembleia da República, veja-se que só em 2015, elas foram encerradas, mas acabaram. Depois da décima, tanto quanto eu tenho notícia, não houve mais nenhuma. E a conclusão a que se chegou é que os elementos do acidente, nomeadamente do acidente, porque o acidente foi a primeira tese avançada imediatamente no dia. É difícil explicar um acidente de aviação em que se encontram fragmentos metálicos inseridos dentro dos corpos das vítimas desse acidente e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

vestígios de material explosivo. Estes dois elementos não constam dos relatórios e das perícias da Polícia Judiciária e do Ministério Público pedidos na altura. Compreende-se que Portugal vivia uma situação particular. Não podemos é perpetuar a mentira de dizer que em Camarate ocorreu um acidente. Foi uma morte provocada. É esta a nossa posição. E é esta a posição da Assembleia da República não foi alterada. Em relação aos populismos, pois, é natural, que quem se quer associar ou esteve recentemente associado a populistas de esquerda ou de direita, faça deles moderados de esquerda e de direita e nunca populistas. Mas o Bloco de Esquerda é um partido populista, claramente. O PCP assume posições francamente populistas. Franjas do PS e do PSD também o são e nós vemos isto aqui nesta Câmara Municipal. E no CDS também. É verdade que é mais visível em algumas partes do espectro político, mas o populismo está disseminado por todo lado, sobretudo depois da queda do Bloco Soviético. Foi essa a fuga para a frente de uma parte da esquerda. E essa fuga para a frente serviu de pretexto a uma parte da direita para copiar o que está errado. Esta é a minha visão nada tem a ver com aquilo que aqui está escrito, que pode ser interpretado de uma forma mais benévola como quiserem, mas a minha convicção profunda é que estas palavras que aqui vos disse são a verdade. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Tomaz.-----

-----**Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:**-----

-----“Sr. Presidente da Assembleia Municipal, caros membros da Assembleia Municipal, muito especialmente ao Grupo Municipal do CDS. Concordo e concordamos com o essencial no que se refere à memória das pessoas em causa que faleceram, bem assim, há o impacto que isso terá tido em todos os portugueses e muito especialmente em quem são, em quem o viveu naquela altura e quem é da sua família política. Naturalmente, eu acredito que o CDS compreenderá que os votos de pesar não podem ser apenas coisas que a pessoa, na sua melhor intenção escreve e que os outros têm de concordar integralmente com o texto que ali está. E podemos aderir ao essencial desse voto de protesto e não deixar de reparar nos detalhes, porque muitas vezes nos detalhes é que está a mensagem política. E há sempre uma mensagem política em todas as homenagens que nós fazemos, quando são políticas. E, portanto, homenagear dois democratas, homenagear duas pessoas que representaram o país e que infelizmente perderam as suas vidas e também quem os acompanhava, é algo a que nos associamos. Em todo caso, queremos deixar muito claro, queremos deixar muito claro, que nós distinguimos o CDS do CHEGA, nós distinguimos o PSD do CHEGA, nós distinguimos naturalmente, o PS do CHEGA, o Bloco de Esquerda do CHEGA e o PCP do CHEGA. E quem não o faz, talvez possa ter aí também um pouco da causa do seu grave insucesso. Obrigado.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Gabriel Alexandre.-----

-----**Gabriel Alexandre Marques Abrantes de Almeida – PPD/PSD.MPT:**-----

-----“Sr. Deputado Sr. Presidente da Assembleia, Secretária, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Sr. Presidente da Câmara. Eu, como militante do PSD e a minha bancada colabora perfeitamente e aceita a proposta do CDS. Nós não estamos aqui para avaliar pequenos pormenores, porque as pessoas que estão em causa vincaram a nossa história de uma forma muito positiva. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Mais alguma intervenção na discussão desta moção? Não? Então vamos coloca-la à votação. A proposta é de um minuto de silêncio. Um voto pesar à memória de Francisco da Carneiro e Adelino Amaro da Costa e eu pergunto quem vota contra? Quem se abstém? Muito bem. É aprovada por maioria, com seis abstenções do Grupo Municipal do PS. Vamos então fazer um minuto de silêncio.-----

-----Muito obrigado, façam o favor de se sentarem. Vamos passar ao período antes da ordem do dia, e eu começo por perguntar se alguém se quer inscrever, Sr. Deputado Humberto Moreira, faça favor.

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT:**-----

-----“Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Colegas Deputados, Comunicação Social, Público e quem assiste lá em casa através da Águeda TV. -----

-----Sr. Presidente da Câmara, gostava de começar esta minha intervenção com os parabéns ao nosso Município pelo prémio Turismo Autêntico que o nosso festival de verão AgitÁgueda nos presenteou. É um longo percurso e muitas vezes com algumas críticas, com alguns obstáculos, mas é o maior sinal de que o caminho que se vem vindo a trilhar naquilo que toca altruísmo e ao engrandecer do nome da nossa cidade no panorama nacional, tem sido, efetivamente, bem trilhado. E eu digo isto, porquê? O AgitÁgueda já teve muitas menções, muitos troféus, mas este aqui é dentro de portas, estamos a falar de setecentos e cinquenta candidaturas, estamos a falar de um prémio que tem, digamos, um pendor totalmente diferente de todos os outros, porque é uma afirmação da nossa região, do nosso país, entre portas e isso obviamente que me deixa extremamente contente, porque nós e daqui a pouco vamos falar nos GOP, que temos para o próximo ano, aquilo que tem vindo a acontecer e aquilo que eu acabo por verificar e todos nós vamos constatando, é uma aposta sustentada naquilo que é o futuro e não utilizando medidas avulsas, aqui ou ali. O nome AgitÁgueda tem vindo ano após ano, a ter cada vez maior dimensão, ao ponto que nós entre portas acabamos, por desvalorizarmos já um pouco aquilo que temos, com a semelhança que temos com o Natal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----Com o Natal, toda a gente diz, atenção, temos aí o Pai Natal, mais uma vez, devíamos mudar alguma coisa, mas nós quando procuramos as ruas da nossa cidade não conhecemos ninguém, muitas vezes. É um prémio, a meu ver, muito importante para o nosso Município e que, de alguma forma, vem dar aquilo que nós pretendemos com o AgitÁgueda que é dar uma solidez cada vez maior naquilo que é a imagem de Águeda no panorama nacional. E, obviamente, como Aguedense estou extremamente contente e traduz-se numa confiança muito maior até para o futuro, é um caminho que temos de continuar a percorrer.-----

-----Em relação ao Natal, mais uma vez vemos as nossas ruas cheias, vemos o comércio obviamente pujante. É um caminho que também penso que em alguns anos já somos referência no Natal a nível de turismo nacional, mas provavelmente teremos um caminho idêntico àquele que tem vindo a ser trilhado pelo AgitÁgueda. Obviamente, deixa-me extremamente contente e confiante também no futuro. Por isso, Sr. Presidente, mais uma vez, parabéns ao nosso Município e espero que seja uma aposta para manter e provavelmente até, estender noutros âmbitos, para que possamos também ter uma maior abrangência ao nível do nosso Município neste tipo de atividades.-----

-----Agora, passando à parte mais operativa, tenho aqui duas questões para lhe colocar: tem as duas a ver com a questão do PRR, nomeadamente estamos algo preocupados com a questão governamental, com o vazio que está criado com a situação que se vive em Lisboa e gostava de lhe perguntar em relação à ligação a Águeda - Aveiro e também ao PEC e IC2 em que ponto é que as coisas estão, se há algum risco para estas empreitadas? Se temos todas as garantias de que as coisas correm dentro dos trâmites normais. É uma questão que me preocupa imenso, dados os timings, toda a conjectura que está instalada e é uma preocupação que mantemos. Tenho dito, Sr. Presidente.” -----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Srs. Deputados, mais inscrições? Sr. Deputado, por favor. -----

-----**Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente:** -----

-----“Boa noite a todos. Cumprimento o Sr. Presidente, o Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia, a Sra. Secretária, o Sr. Presidente da Câmara, as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores, os caros Concidãos, quem nos assiste da população ou pela Águeda TV. Um resto de noite bem-disposta.-----

-----Considerando ser este local para colocar as problemáticas que mais nos preocupam no exercício da nossa cidadania e obter esclarecimentos sobre o desenvolvimento social do nosso Município e ainda muito a propósito, também, ser este local de não deixar de assinalar dias internacionais que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

visam precisamente trazer à discussão pública os grandes temas que precisam da nossa intervenção, do coletivo e cada um de nós, como é o caso do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, assinalado no passado dia 25 de novembro e que foi instituído pela ONU, no dia de hoje, pela sua emergência pertinente, de fazer esta luta, a luta de cada um de nós, o seu propósito é alertar para a violência física, psicológica, social que atinge as mulheres. Também sabemos a interligação que esta problemática traz com muitas outras, todas estas questões são muito interligadas, nomeadamente a violência entre os jovens, que vamos sabendo, amiúde, muito amiúde no nosso Município, violência entre jovens e adultos, a violência doméstica e a violência contra a pessoa, para com a pessoa idosa. Com este assunto haverá oportunidades de mais alongadamente podermos conversar e debater sobre os idosos. Voltando a estas questões da violência e porque também estão muito ligadas às desigualdade, às questões da igualdade e às novas desigualdades que estamos a assistir, nomeadamente provocadas pelas alterações climáticas, as desigualdades digitais, a que se vem juntar a persistente entre homens e mulheres, nos salários, na tomada de decisão, nos serviços e cuidados, na educação, assistimos, continuamos a assistir a essa desigualdade que vai embocar, também, na violência. É por aqui, é na educação, de que vemos essa desigualdade ser fruto também da violência. Neste âmbito questiono o Sr. Presidente da Câmara, o Executivo, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia, porquanto estas problemáticas dependem também e muito das estratégias municipais, das políticas locais, da sensibilidade e empatia de quem detém o poder local, gostaria de saber, qual é o ponto de situação do nosso Município do que diz respeito aos índices da violência? Vamos ouvindo, vamos sabendo, no âmbito nacional e internacional. Eu, pessoalmente, e acredito que todos os membros desta Assembleia gostariam de saber dos índices de Águeda? Ainda neste âmbito, no dia 29 de dezembro de 2021 foram nomeadas as Conselheiras e os Conselheiros Locais para a Igualdade. Pelo Sr. Presidente da Câmara, como a legislação diz, gostaria de saber o que é que esta equipa já produziu neste âmbito, quantas vezes reuniu e que documentos, que diagnóstico, que planos, orientações e conselhos já entregou ao Sr. Presidente? Ainda nesta senda, pude ver que há na página do Município a Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na vida local, elaborada e promovida pelo Conselho de Municípios e Regiões da Europa. Foi redigida no âmbito de um projeto de 2005/2006, levado a cabo pelo Conselho de Ministros das Regiões da Europa, o Município de Águeda, está patente na sua página, esteve entre os primeiros Municípios europeus a subscrever esta mesma carta, o que fez em 2006, se bem percebo. Dizendo ainda, na página, no dia de hoje, que o Município se encontra neste momento a elaborar o Plano Municipal para a Igualdade entre Homens e Mulheres, que integra a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

perspetiva de género enquanto estratégia no quadro de definições, execução e avaliação das políticas e ações desenvolvidas pelo Município. Gostaria de saber, o que podemos ter que nos possa dizer, o que de objetivamente conclusivo sobre este assunto decorrido todo este tempo, nos pode informar a esta Assembleia. Tem também disponível um documento de um projeto de adjudicação do Município de Apoio Técnico Planos da Igualdade, “Águeda mais Igual”, iniciado a 29 de abril de 2021, com termo a 30 de junho de 2023, adjudicado pelo valor de trinta e cinco mil euros, o que nos pode informar sobre a execução e o resultado deste projeto? Deixo estas perguntas e deixo um apelo que a informação que vai sendo produzida pelos dados, que são dados pelos índices, sejam disponibilizadas na página da Câmara, sempre atualizadas. Conseguimos ver em outros Municípios, em Águeda, não. Mesmo que essa informação não esteja concluída, é lógico, são documentos dinâmicos, a nossa população é dinâmica, que seja disponibilizada para sabermos o ponto de situação do que nos rodeia que temos a perspetiva do que sentimos na pele e não temos os dados disponíveis pelo Município. Gostaria ainda de deixar um desafio, que todos os dados estatísticos produzidos por este Município no âmbito administrativo, público, local, seja desagregado por sexo e quem sabe ter um prémio também de inovação neste âmbito da igualdade para o Município. Mais um. Isto era um apelo e agora deixo uma sugestão e porque não, já que se parou com os orçamentos participativos, fazer orçamentos participativos no âmbito da igualdade. Obrigada.” -----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado Jorge Melo. Muito obrigado. Mais alguma intervenção? Sra. Deputada Olívia Passos, por favor.-----

-----**Olivia de Sousa Passos – CDS–PP:**-----

-----“Sr. Presidente da Assembleia, Sras. Secretárias, Srs. Deputados, público em geral, boa noite a todos. Eu não venho aqui para criticar, de facto venho aqui por causa do diálogo que li no jornal que o nosso Presidente lá referiu e que me chamou a atenção.-----

-----Vi que o Sr. Presidente está preocupado com a ERSUC. Li atentamente o seu artigo do Jornal da Soberania e depois apercebi-me que havia lá, também, uma pequena notícia sobre a recolha dos monos. Não sei de quem é a responsabilidade, nem sei quem trata disso, posso até estar mal informada e se for o caso peço desculpa. Mas relativamente aos monos era lá referido que há dias e acho que há muita gente que sabe disso, não sei se está devidamente publicitado em todo lado, mas também não estou para criticar isso, diz lá que os monos têm que ser deixados à porta das casas de quem os deixa e que têm dias e horas para os levantar. O que é que me preocupa? Não é isso. É, quem deixar os monos em local que não seja a sua casa ou em local diferente dizem que eles não são levantados. E se esses monos não são levantados, se eles forem colocados pura e simplesmente num



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

passeio, num jardim ou noutro local que não permite identificar quem foi o autor de deixar lá o lixo, pergunto eu? Esse lixo vai lá ficar eternamente ou vai levar algum rumo? Imaginemos um colchão, por exemplo, que é deixado ali no passeio, que ninguém identifica que é ali, não é local de recolha, ninguém levanta. Acontece alguma coisa? Como é que se faz? O que é que vocês fazem? É uma preocupação minha que se calhar deve preocupar outros, porque rataria e bichos, facilmente, se apoderam desse tipo de objetos. Por outro lado, eu tenho-me apercebido, não só no local em que resido, mas ao longo de todo o percurso que faço na cidade e quando ando a pé, que nos locais onde devem depositar o lixo, as pessoas e não estou a criticar o Sr. Presidente, não tem nada a ver com isso, vejo que as pessoas realmente revelam muito pouca limpeza e cidadania da forma como deixam o lixo. Eu já me apercebi que há caixotes do lixo que nem sequer estão ainda com a tampa aberta, portanto, haverá lugar para depósito do lixo e as pessoas pura e simplesmente, deixam de fora, deixam tudo o que acontece de fora. E depois, quando vão para recolher o lixo, ou quem recolhe o lixo, pura e simplesmente, claro, que não vai proceder àquela limpeza. E eu também não estou a dizer que fica tudo sujo. Ouçam, sujo. E é o suficiente para que de facto a bicharada comece a surgir. E eu já vi que isto não acontece só em Águeda, acontece fora de Águeda, noutros locais. Pergunto eu, não seria bom haver uma sensibilização por forma a que as pessoas aprendam a ser um bocadinho mais limpas e que o lixo é para pôr dentro dos caixotes do lixo e não é para ser deixado fora de qualquer maneira, por forma a que os outros tenham que andar a tropeçar em vidros e em porcaria que deixam? Repare Sr. Presidente que eu não estou a criticar, eu estou a dizer é que e nós estamos em direto pela Águeda TV e a quem servir a carapuça acho muito bem que a enfie e que realmente comecem a deixar o lixo como deve ser. Por outro lado, como eu referi, uma campanha de sensibilização, de alguma forma, eu acho que seria útil para nós. Se as pessoas não são educadas, têm que o ser de alguma forma, ou então arranjam um meio de realmente as coisas melhorarem. Por outro lado, também me dou conta que em determinados locais em que há mais população, há poucos caixotes de lixo, quer para lixo residual, quer para lixo reciclável. Há poucos. Não sei se isso também tem a ver com a sua preocupação relativamente à ERSUC, não sei se é da responsabilidade da ERSUC, eu sei que os caixotes foram substituídos, alguns até foram aumentados em determinados locais, tive o cuidado de averiguar isso, mas a verdade é que acho que há pouco para reciclar. Isso levou-me a fazer uma pergunta, para onde é que vai este lixo que é para reciclar? Porque infelizmente chegou-me aos ouvidos que afinal não há reciclagem nenhuma. Há? É que se há de facto reciclagem? Muito bem, se não, se calhar, talvez aumentar, porque há lugares em que a gente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

quer reciclar e não o pode fazer porque não tem como. Como vê, não é para criticar, é para sensibilizar. Obrigada.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigada, Sra. Deputada Olívia Passos. Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----“Sr. Presidente da Assembleia, tinha aqui algumas questões que têm a ver também com prémios. Em primeiro lugar, um prémio ganho pelo AgitÁgueda é sempre um prémio ganho. A minha ideia sempre aqui foi se há um prémio a alguma coisa deve corresponder, sendo que este prémio do turismo, não sei se corresponde ao turismo ou não, os visitantes são turismo ou não, isso já não me interessa, estamos acima de um milhão e duzentos mil euros de investimentos anuais. E tem a ver com o Águeda Natal, que estamos acima, embora a Câmara tenha espalhado que no ano passado era só trezentos mil, não foram, foram perto de quinhentos mil, este ano espalhou que era quinhentos mil e já passámos em muito os seiscentos mil euros. É nesta questão de discrepância que, logicamente, há um cálculo quando se avança, é no final algumas contas, mas há aqui grandes discrepâncias. Mas eu não discuto isso. Discuto é como é que, Sr. Presidente da Câmara, num evento que custa seiscentos mil euros ao Município, que tem a ver com o Natal fundamental das pessoas que cá moram. Os que nos visitam é outra coisa. O Natal é dos nossos dinheiros para as pessoas que cá moram e que serve também como veículo para a atração de população e visitantes, como é que é possível que continue sem haver uma proposta, que o PS já fez há cinco, há quatro, há três, há dois e todos os anos a faz, uma verba para as Freguesias poderem pôr iluminação nas suas Freguesias. Não há um apoio, um protocolo, nada com as Freguesias para que elas coloquem iluminação nas suas Freguesias, não só os seiscentos mil euros do Pai Natal, o Concelho são os seus, cinquenta mil habitantes, de toda uma grande área que é o maior Concelho do Distrito. Pior ainda, Sr. Presidente, como é que é possível, com uma iniciativa de associações de várias entidades que embeleza com árvores de Natal, rotundas, os edifícios, portanto, uma iniciativa vinda de uma associação, recebe a resposta que este ano não há fotos tiradas pela Câmara Municipal porque não há disponibilidade. Sr. Presidente da Câmara, seiscentos mil euros, o Águeda TV com mais de cem ou duzentos mil euros ano e não há um fotógrafo para ir tirar três ou quatro fotos a cada uma dessas vinte árvores que as associações põem por todo lado? Para que depois seja editado alguma coisa? Como é que é possível, Sr. Presidente? Isto é o desprezo pelas associações e pelo trabalho que essas pessoas desenvolvem. Mas continuamos. Iluminação nas Freguesias, Sr. Presidente. Falei há bocado, mas nem todas são iguais. Como é que é possível que a Freguesia de Recardães tenha a mesma iluminação que Águeda e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Borralha? Mas Macinhata não tem, nem Valongo, nem o Sobreiro, nem Fermentelos, nem nada. Recardães tem. Será porque mora lá o seu Vice-Presidente? É que na rua dele tem. Portanto, como é que é possível? Isto que eu já levantei hoje, levantei quando este Sr. Vice-Presidente era Vereador do PS. Levantei, é ir lá ver o que lá está escrito. Não, não, mas levantei. Aqui nesta Assembleia está gravado. Portanto e são propostas que nós já fazemos há anos e que há, continua a não haver nenhuma evolução. Ah é realmente, quinhentos mil euros passámos para seiscentos e muitos, por acaso Lisboa é que são gastadores que vão gastar setecentos e cinquenta mil euros.-----

-----A última questão tem a ver com o orçamento e plano, que nós propusemos aqui várias vezes que fossem revistos os apoios às Freguesias, aos eventos das Freguesias. É um valor de quarenta mil euros que existe há nove ou dez anos, nunca houve sequer inflação. E mais uma vez, reparo que não há nem consta do orçamento esse apoio, nem essa alteração, portanto, para o ano, vamos ter outra vez três mil e seiscentos euros para cada Freguesia, para os seus eventos, tenham eles dez, vinte, trinta dias, que gastem eles cem mil ou trinta ou cinco mil euros. Portanto, vamos ter o mesmo apoio, isto é o desprezo total pelos acordos e as independências das Freguesias. Elas não têm que pedir. Elas têm que apresentar projetos para ser qualificados, os regulamentos têm que ser claros para ser dado. Não têm que andar aqui e pedir nada, Sr. Presidente. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado José Vidal. Mais alguma intervenção... Sr. Deputado Jorge Melo, por favor. -----

-----**Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente:** -----

-----“Sr. Presidente da Assembleia, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara e Executivo, caros colegas, público, quem nos assiste na Águeda TV. Eu tenho aqui uma série de pontos, irei procurar ser breve, mas se porventura me esticar um bocadinho, queria tentar perguntar ao Grupo Municipal do PSD, se me cede um minuto ou dois. Muito bem, muito obrigado. Há pouco foi aqui levantada a situação de um minuto de silêncio relativamente ao que aconteceu em 1980 e eu acho que, ainda que sem bombas, ainda que sem feridas de morte, com sangue à vista, eu acho que o país está neste momento com os seus três órgãos de soberania completamente beliscados. E falo daquilo que aconteceu com a nossa Assembleia da República, falo com a nebulosa que neste momento se assola sobre o nosso atual Presidente da República e falo com a Procuradora-Adjunta da Procuradoria-Geral da República que vem dizer que aquilo que aconteceu foi um golpe de Estado encapotado. E que mesmo depois do Ministério Público dizer que lhe vai instaurar um processo disciplinar, ela reitera essa informação. Portanto, algo vai mal e isto preocupa-me, isto preocupa-me bastante que venha o Presidente da República, hoje fazer uma confissão a público daquilo que já todos nós sabíamos e,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

portanto, eu acho que nós devemos fazer uma reflexão profunda daquilo que não queremos e que não devemos ser neste país que está a ficar sem valores, sem princípios e cheio de populismo. Falando aqui da nossa terra, queria começar por pedir ao Sr. Presidente de Câmara que tivesse especial atenção a um assunto, que já foi aqui falado algumas vezes, que está relacionado com as escolas e com o facto de os alunos não terem uma zona de espera, não terem uma pala para se poderem proteger da chuva neste momento de inverno e de intempéries tanto na Adolfo como na Marques, para não falar no problema do trânsito e, portanto, mais uma vez reforçar essa situação.----

-----Relativamente ao Natal, tenho que admitir que durante alguns anos, se calhar ofuscado por algumas bandeiras, não consegui ter a perceção real do custo que efetivamente tem o Natal. E este ano vi-me obrigado a felicitar o Executivo Municipal, porque eu queria tentar perceber quanto é que custa cada um dos sorrisos dos milhares, das centenas, se calhar milhares, dos sorrisos das crianças que aqui vêm. Quanto é que isso custa? Neste momento em que o país, nem tanto, mas o mundo está todo ele em guerra, acho que nos devemos fazer uma reflexão profunda, não só qual é o custo efetivo, mas também qual é o custo imaterial e não permitirmos que por vezes algumas bandeiras não nos percebam perceber isso, passo a redundância. E também tentar perceber porque é que em determinada altura não havia um escrutínio tão grande? Quando algumas pessoas vêm a esta Assembleia fazer este escrutínio, esquecem-se que quando eram os próprios a vender o produto não tinham este juízo e, portanto, terá que haver também uma reflexão profunda sobre isso.-----

-----Ainda com o Executivo Municipal aqui uma pequena questão com o Sr. Presidente da Câmara de algo que já alertei várias vezes, está relacionado com o Plano Municipal de Segurança Rodoviária. Li com grande satisfação que o troço da Estrada Nacional nº 1 vai passar finalmente para a Câmara Municipal e já várias vezes aqui vim questionar, o que é que o Município pensa fazer sobre isso, agora que este troço é de Município, eu queria perguntar ao Sr. Presidente, ou quem ele entender por bem, que tente esclarecer quais são as ideias que temos para este troço. Queria apenas fazer aqui uma pequena ressalva, tenho visto com frequência um senhor, que é mais um senhor entre tantos outros, certamente que lá passarão outros tantos, não se cruzam é com os fusos horários que eu tenho, que faz de cadeira de rodas todo este percurso compreendido entre o IEFP e o Hospital. E não há uma única passadeira em todo este troço. Associado às crianças e aos alunos que têm que passar ali e a todas as outras pessoas, o mesmo acontece depois para sul, se nós pensarmos naquilo a que chamamos de rotunda do Penso até lá acima ao Intermarché, não temos depois nem nenhuma passagem desnivelada, nenhuma passadeira, o que não garante aqui a segurança dos nossos utentes. E ainda na segurança rodoviária, dizer aqui outra coisa. Ainda que o Sr. Presidente de Câmara se faça



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

substituir através dos acordos conjuntos de freguesia, da freguesia da qual eu sou natural, e falando especificamente na antiga freguesia de Lamas do Vouga, eu não conheço uma única passadeira. Eu não conheço um único metro de linha longitudinal contínua, eu não conheço e não consigo perceber porque é que há anos a fio que há um conjunto de espelhos que ajudam os utentes da via e os condutores na sua segurança e continuam por ser colocados. E, portanto, aquilo que queria dizer ao Sr. Presidente da Câmara é que não permita que pela inoperância que existe naquela freguesia, as coisas não se façam. Portanto, se a Junta de Freguesia não está a dar resposta àquilo que são as competências que a Câmara delegou, então a Câmara tem que avocar esse mesmo papel a si próprio. Ainda nesta freguesia, estranho, como é que na localidade de Segadães temos um árvore de Natal em frente à Igreja. Na Trofa temos um árvore de Natal em frente à Igreja e em Lamas temos um árvore de Natal em frente à igreja. Até aqui, tudo certo. Só que depois na Mourisca nós temos uma capela. Em Pedações também. Mas na Mourisca uns são filhos da mãe e certamente que em Pedações outros são filhos de outra senhora. Ainda nesta freguesia, também dar nota que continua um problema grave na zona de Segadães, uns buracos que estão lá e que não sei muito bem, aquilo está em frente ao cemitério, ainda não consegui perceber que buracos são aqueles, estão cheios de água e que já são, conforme disse aqui várias vezes, um problema para a saúde pública. Eu vivo numa freguesia onde se sabe de antemão que não se pode, porque é ilegal, porque estes carros não podemos contratualizar com ascendentes a terceiro grau e descendentes a terceiro grau. E vejo um monopólio de tudo aquilo que são obras de Junta de Freguesia direcionada para o Sr. Presidente da Junta. Certamente não há mais ninguém que o possa fazer, não haverá mais ninguém coletado nem com alvarás, nem disponível para trabalhar no local. Vivo numa freguesia, eu aqui apelo, mas apelo com alguma exuberância, aqui alguns dos presentes, só preciso de dois, eu há algum tempo solicitei à Junta de Freguesia um atestado de residência, o Sr. Presidente da Junta teve a delicadeza de me informar por escrito, para me poder passar o atestado de residência eu necessito de duas testemunhas. Obviamente que isto não é perseguição política, isto foi uma mera casualidade. Curiosamente, por estes dias, tratei de dois pedidos de atestado de residência para dois familiares meus e o critério foi completamente diferente. E aquilo que eu peço é se por ventura alguns dos presentes pode atestar, se disponibiliza, para ir à Junta de Freguesia ou assinar uma declaração em como eu resido em Águeda, sou natural de Pedações, resido na rua da Cheira, onde curiosamente o Sr. Presidente da Junta até tem a delicadeza de vez em quando ir ao muro espreitar para dentro de casa a ver se está tudo bem. Não se preocupe, nós lá vivemos todos bem. Muito obrigado.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Miguel Oliveira, quer lavrar algum protesto? Sr. Deputado, eu percebi a sua indignação, eu, Presidente da Assembleia Municipal, entendi que a expressão só ficará mal na medida do pensamento de cada um, não está para além do que é a verbalização de palavras do senso comum e do dia a dia. Mas faça favor.-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:**-----

-----“Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu fiquei confuso com a expressão porque o Sr. Deputado não inscrito, depois do exercício de lambe-botismo habitual que aqui fez e antes de começar a atacar novamente o Presidente da União de Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas, candidate-se homem. Mas encabece! Não vá de reboque como foi desta vez, para depois dar o salto. Mas desta vez pisou o risco, como já tinha pisado de outras vezes, com insinuações irresponsáveis até sobre a segurança pública. Quando fala aqui dos filhos que têm uma mãe e dos filhos que são filhos de uma outra coisa qualquer, se viesse aqui explicar que é para nós termos uma boa interpretação, muito bem, eu acho que não é necessário, eu acho que nessa altura, Sr. Presidente, o Sr. Presidente continuará certamente a aplicar o critério que tem usado até aqui e porventura muito bem é o seu, mas neste caso eu acho que há tipos de linguagem que não devem ser usados numa assembleia. Não é por mais nada! É porque até pode ser verdade. Isso não está em causa. A questão está é na dignidade que nós devemos pôr no desempenho das nossas funções e no respeito que devemos procurar colher dos nossos concidadãos, tanto com a conduta, mas também com o discurso que temos. Muito obrigado. E fica por aqui o meu protesto, só tinha a ver com isto.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Presidente da Junta, por favor. Paulo Tavares.-----

-----**Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga:**-----

-----“Boa noite Sr. Presidente, Sra. Secretária, Sr. Presidente, Senhores Vereadores, caros membros, público. Em primeiro lugar, lamentar, o nível é o habitual, mas pronto, lamentar, porque realmente como o Miguel diz e bem, devemos ter um determinado nível e um bocado de brio naquilo que são os nossos cargos,. As atitudes ficam com quem as faz. -----

-----Em relação aos espelhos da freguesia tenho a informar que a Câmara Municipal desde há uns anos a esta parte não coloca espelhos e eu também não posso censurar muito, a resposta que nós recebemos por escrito é que não substituem os espelhos porque eles são alvo de vandalismo e estão sempre a partir. . Portanto, já há vários anos, eu se calhar não vou mentir, há quatro ou cinco anos a esta parte, quem coloca os espelhos na freguesia é a Junta da Freguesia. Somos nós que os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

compramos e os colocamos. Poucos ou muitos, até têm sido bastantes e felizmente não têm sido vandalizados. -----

-----Em relação à iluminação de Natal. Nós, este ano, éramos para fazer aquilo que fizemos há dois anos, portanto, umas árvores e uns arcos. Acontece que, em termos de colocação dos arcos, a EDP obriga a que se faça uma baixada, um quadro, etc. Ou seja, por cada arco, os gastos que nós estimamos estará sempre entre quatrocentos a quinhentos euros por arco. Fora o arco, que não é o arco que é caro. O que nós entendemos é que, perante aquilo que é a nossa realidade, que é um investimento que não justifica, é um gasto que não justifica. Portanto, a opção que tomamos foi de colocar árvores onde a Junta de Freguesia tem possibilidade de ter iluminação nossa, ou seja, não precisamos de fazer baixada. A única exceção é o centro da Mourisca, que de facto a Junta não tem e que o Sr. Padre e a Comissão Fabriqueira tiveram a amabilidade de ceder energia da capela. Portanto, é o centro também do lugar, acho que não era bem não ter lá qualquer coisa, tivemos essa possibilidade, colocamos, se não tivéssemos não colocaríamos. -----

-----Em relação à pessoa do meu sogro, eu tenho a informar uma coisa simples. Nós estamos na política, temos familiares, temos amigos, já se passou com a Junta, passou-se com o PS, passa-se com toda a gente. Há uma coisa que eu quero deixar bem clara, o meu sogro por ser o meu sogro não é menos que ninguém. Certo? Nem deve ser discriminado, como eu próprio enquanto político, como qualquer um de nós que está aqui. Nós não temos que ser discriminados por estarmos aqui. Não é? Porque toda a gente está a ver onde é que favorece, dou um exemplo muito simples, o Sr. Presidente há quatro ou cinco anos teve como secretária uma senhora que era sobrinha. Toda a gente criticou, eu defendi-o porque para mim o facto de ser sobrinha ou não ser sobrinha é irrelevante, o que releva é a competência da pessoa e que foi uma pessoa que desempenhou o cargo com excecional competência. Saiu depois por opção dela, certo? Portanto, e isto aqui também serve para nós fazermos o exame de consciência, temos que ter noção, se queremos de facto ser dignos do cargo, se queremos de facto exigir, também não podemos estar a penalizar a pessoa só porque ela tem um laço familiar. Mas em relação ao meu sogro, tenho-lhe a dizer que na sequência das críticas que houveram, porque é uma pessoa que faz um trabalho que eu de facto não arranjo ninguém que o faça, não arranjo mesmo, não é? Mas não tem problema nenhum, teve um ano sem vir para a Junta. As coisas avolumaram-se de tal forma que eu, e até por intermédio do meu tesoureiro, do meu Vice-Presidente que é o que trata do cargo, pediu para vir. E tenho a informar que durante o ano de 2023 o senhor trabalhou e não levou um cêntimo Junta de Freguesia. Percebe? Portanto, se o senhor em vez de o criticar até lhe devia agradecer. Correto? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----Em relação ao atestado, já agora, o senhor pediu-me um atestado a dizer que o seu agregado é o senhor e o seu filho, e tanto quanto sei mora lá uma senhora. Percebe? Por isso é que eu não lhe passei. E até foi muito simpático. Porque eu, em termos de lei, desde que o senhor me apresente um requerimento com duas testemunhas, que iriam com certeza dizer a verdade e eu até lhe passaria o atestado, mas o senhor também não apresentou. Correto? Tenho dito.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente da Junta, Paulo Tavares. Mais alguma intervenção? Pois é, Sr. Deputado, mas ouça, o problema é que esgotou o seu tempo.-----

Deputado Jorge Melo: É defesa da honra. -----

Presidente da Assembleia: Sr. Deputado Jorge Melo, onde é que foi ofendida a sua honra? O senhor entende que ofendeu a sua honra. Faça favor.-----

-----**Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente:** -----

-----”Ó Sr. Deputado Miguel Oliveira, já nos conhecemos há tantos anos e sabe uma coisa, nunca tive de ter aqui um segurança para me vir defender a honra. Portanto, quando eu falar consigo, o senhor defende-se, quando eu me dirigir ao Sr. Presidente da Junta, permite que o homem se defenda, assim está-lhe a retirar protagonismo. Relativamente ao vir lamber, ou não lamber, ou agradecer, o senhor há pouco veio aqui dizer que o seu estado de alma o obrigava a vir apresentar e que tinha necessidade de dizer e que era muito importante fazer-se aqui um minuto de silêncio, porque assim o entendeu. Pois olhe, permita-me que eu também tenha sentimentos e este também foi o meu entendimento. E entendo que não é por vestir uma camisola de um determinado partido que não tenho que dizer que as coisas estão bem quando efetivamente elas estão bem. Quanto ao Sr. Presidente da Junta, mentiroso? Chamou-me de mentiroso? Em qual das partes é que eu menti, importa-se de vir confirmar? Onde é que eu menti? De tudo aquilo que eu disse, onde é que eu menti? Venha aqui e diga. Portanto, se alguém nesta Assembleia tem mentido reiteradamente é o Sr. Presidente de Junta.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado, a defesa da honra está feita. Muito obrigado. Prosseguindo. Mais alguma inscrição no período antes da ordem do dia? Não há. Muito bem. Muito obrigado. Vamos então prosseguir. Sr. Presidente, faça favor.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal - Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----”Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou tentar responder a algumas questões e algumas particularidades de tudo aquilo que aqui foi perguntado ou dito. Começo pelo Deputado Humberto Moreira e dizer-lhe obrigado pelo regozijo que demonstra por as coisas boas que vão acontecendo em Águeda. Eu queria aqui dizer a todos que nós o que fazemos não é para ganhar prémios, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

atenção, não temos dúvidas do que é que significam estes prémios. O senhor falou aqui no Prémio Nacional de Turismo que efetivamente vencemos, é um prémio atribuído e que mais de setecentos e cinquenta entidades neste país efetivamente concorreram e foi entendido, penso eu, entidades independentes, atribuir também este prémio ao Município de Águeda. É uma honra indiscutivelmente e representa qualquer coisa de bom que nós por aqui fazemos. Eu acho que isto vem exatamente na linha do que aconteceu há relativamente pouco tempo com o prémio das Smart Cities, o prémio atribuído no âmbito do Portugal Summit, Smart Cities Summit, e que o primeiro prémio, António Almeida Henriques, para as Smart Cities, entenderam atribuí-lo a Águeda e naturalmente que ficámos também muito contentes, e isso significa com toda a certeza qualquer coisa de bom que nós fazemos por aqui e que merece essa distinção. E é exatamente isso que nos deixa com este regozijo, eu diria que a maior parte das pessoas de Águeda indiscutivelmente têm um orgulho muito grande e sentem-se lisonjeadas e orgulhosas por estas distinções. E depois no dia a dia nós percebemos que, efetivamente, acontecem aqui coisas absolutamente extraordinárias e neste momento estão a acontecer coisas extraordinárias com este Natal em Águeda, e agradeço ao Jorge Melo, e concordo plenamente com ele, os sorrisos de quem ali vem, efetivamente, de quem nós lá vemos, valem efetivamente muito. E sabemos que grande parte desses sorrisos também são de pessoas de Águeda e é natural que há pessoas que são mais dadas à melancolia, que naturalmente não relevem isso e que lhes custa ouvir estas coisas que afinal de contas, estão bem. Mas depois diria o seguinte, que nós relativamente a estas questões estamos muito bem e uma vez que já estamos a falar do Natal em Águeda dizer que percebemos completamente o desconforto, porque quando estas coisas são tão vibrantes e aparecem assim pelos olhos dentro das pessoas, quando somos referência no país, indiscutivelmente, quando entidades isentas e todas aquelas que se preocupam e nos procuram e efetivamente nos mostram como um bom exemplo, importa se calhar inflacionar o preço. Eu queria-vos dizer que nós estamos absolutamente convencidos que o Natal em Águeda custa menos de quinhentos mil euros. Mas já vamos em seiscentos e daqui a breve já estamos nos setecentos ou nos oitocentos. Tal e qual como o AgitÁgueda, que já vai num milhão e muitos e, portanto, continuamos assim. E, continuamos a fazer estas coisas todas e há uma pergunta que fica aqui no ar mas que todos nós sabemos a resposta.-----

-----Relativamente à questão do PRR e às suas preocupações, eu queria-lhe dizer o seguinte: segundo nos parece, o Governo será demitido pelo Presidente da República na próxima quinta-feira, eu queria-lhe dizer que há, e até pela voz do próprio Presidente da República, que já me foi reiterado inclusivamente pela Ministra da Coesão, por exemplo, numa reunião que tive na quinta-feira, nestas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

áreas do PRR vai continuar a haver toda a disponibilidade para continuarmos, até porque é um fundo internacional e que vem da nossa comunidade, que tem prazos e timings e naturalmente que não são passíveis de ficarmos aqui à espera de eleições. Portanto, temos a garantia de que tudo irá funcionar dentro da maior normalidade possível. Mas será sempre a maior normalidade possível, não há dúvidas nenhuma. Queria-lhe dizer que relativamente ao eixo rodoviário Águeda - Aveiro, tivemos uma reunião muito específica, no Ministério da Coesão, onde estivemos com projetistas e com todos os responsáveis e temos as coisas minimamente controladas para podermos avançar com a obra. O projeto estará concluído e pronto para ir para estudo de impacto ambiental no final deste ano, portanto, até ao final do mês. Dizer-vos que tivemos aqui algumas questões que não representaram um atraso significativo, até porque tivemos que explorar duas hipóteses, eu estou-me a lembrar, por exemplo, da travessia do corredor da auto estrada A1 e a linha de alta velocidade que vai passar ao lado e que face à indecisão se passava pelo lado esquerdo ou pelo lado direito da auto estrada, desenvolvemos as duas possibilidades. Depois o tipo de passagem, que tanto as infraestruturas de Portugal como a Brisa colocaram um conjunto de questões relativamente a se era uma passagem superior, se era de uma forma mista, isto quer dizer o quê? Se era em betão armado e obrigaria a ter mais pilares ou se iríamos ter uma solução mista, portanto, com um tabuleiro metálico também, e que seria mais rápido de executar. E tivemos que resolver todas essas questões. O corredor, volto a dizer, que é o corredor que já foi sujeito a um estudo de impacto ambiental, mas em anteprojecto, portanto não tinha nenhum projeto visível. Nós optámos, claramente para ganhar tempo, de o submeter ao estudo de impacto ambiental já com projeto e, contamos que, de acordo com as orientações dadas, para a Agência Portuguesa do Ambiente e para todos os institutos que têm que submeter e dar opinião sobre esta matéria, estamos a contar que, naturalmente, sejam breves e nos permitam avançar dentro dos prazos previstos. A ligação do Parque Empresarial do Casarão ao IC2, temos tudo preparado para submeter à aprovação do Executivo já o projeto. Aqui entra e foi claramente determinante esta questão de nós conseguirmos que a Nacional Número 1 passasse para a nossa jurisdição e isso efetivamente temos o contrato assinado, temos essa transição que está feita e, portanto, falta única e simplesmente alguns complementos que são, no fundo operacionalizar a transição e vamos submetê-los, nomeadamente, também a DUP, que é a Declaração de Utilidade Pública, para as negociações das parcelas necessárias. Estamos a contar que venha aqui e avançar rapidamente a obra. Relativamente às áreas de acolhimento empresarial, também dizer-vos que estamos com projetos e a andamos nas variadas frentes. Temos já partes, nomeadamente nas questões relacionadas com o eixo 2, já vistos do Tribunal de Contas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

inclusivamente, e, temos, neste momento, inclusivamente despesa pronta para pagar já. Portanto, apresentámos despesa feita para que o PRR nos comece efetivamente a pagar já nas áreas de acolhimento empresarial, volto a repetir e a lembrar, é a maior candidatura aprovada no país e a única que abordou os cinco eixos da candidatura. Portanto, eu diria que temos todas as razões para mantermos total otimismo. Relativamente ao Jorge Melo, vem-nos falar aqui de violência, violência contra as mulheres, violência contra os jovens, violência no namoro, violência doméstica, violência contra idosos e naturalmente tudo que é violência e todas as violências que nós conhecemos abominamo-las todas. E também estamos com, efetivamente como bem sabe, com um contrato assinado e em execução - o nosso plano contra a violência e contra a discriminação. Ao que me parece o diagnóstico está feito e, estamos na fase de avançarmos. Eu queria também dizer-lhe que efetivamente tenho visto aí algumas notícias, aliás, o telejornal de ontem na SIC abria com estas desigualdades todas e uma das coisas que nos causa alguma confusão, porque afinal de contas no nosso país o pico da pobreza repicou, está mais alto, portanto, uma coisa que nós pensávamos que estávamos a atenuar, afinal de contas estamos a regredir e isso não é bom e acho que nos deve responsabilizar a todos e, vamos continuar a combater essa pobreza, que cria essas violências também, elas próprias geradoras de violências, e eu acho que isso é absolutamente importante, acho que é um desiderato para todos, não só para os Executivos, mas para todos, efetivamente. A Dra. Olívia Passos, está-me aqui a falar da questão da ERSUC e dos monos e, sobretudo, relativamente a algumas questões que eu possa ter dito e, efetivamente, eu posso ter dito e digo que a ERSUC é um gravíssimo problema que nós temos. Nós temos andado, à procura de soluções, e as soluções possíveis porque temos um quadro legal e uma distribuição na questão dos resíduos que é uma coisa que só existe em Portugal. Porquê? Os resíduos sólidos urbanos, ou seja, os indiferenciados, os resíduos indiferenciados são da responsabilidade da Câmara, são aqueles contentores agora pretos. Esses são da responsabilidade da Câmara. Os outros são da responsabilidade da ERSUC, mas depois há aqui claramente um conflito de interesses. E eu explico. A ERSUC é a entidade que recebe os nossos resíduos. E agora pasme-se, a ERSUC se vier buscar os recicláveis, que são da sua responsabilidade, e que eles colocam poucos contentores, vêm poucas vezes e por isso é que eles estão sempre a deitar fora, têm que fazer todo o trabalho da recolha, levam e nós não pagamos rigorosamente nada. Tudo o que põem ao lado do nosso contentor preto, tudo o que vai misturado com os nossos resíduos e que seria reciclável, a Câmara recolhe, coloca na ERSUC e paga. Como não temos aqui uma incineradora, porque não temos, temos uma unidade de tratamento mecânico e biológico, como toda a gente se lembra daqui há uns anos que aqui houve, o que é que acaba por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

acontecer? Na própria recolha dos recicláveis, os nossos cidadãos são muitas vezes pouco responsáveis e o que é que acaba por acontecer? No vidro se calhar colocamos lá plástico, se calhar no plástico colocamos lá outras coisas, até o saquinho de fraldas do bebé, por exemplo, o que acaba por fazer o quê? Que muitas vezes os recicláveis têm que passar num percurso semelhante ao dos nossos resíduos sólidos urbanos, que também são sujeitos a separação. Ou seja, nos nossos resíduos sólidos urbanos também vai muita coisa reciclável. Só que esses têm uma diferença! Tudo o que lá vai ter, seja reciclável ou não, a Câmara paga. Paga a recolha, paga o tratamento na ERSUC e paga a tarifa de resíduos sólidos, que neste momento é bastante significativa e que aí é que vem realmente o grande problema. Tudo isto para vos dizer que há este conflito de interesses e todos percebem que a ERSUC não tem interesse nenhum, em termos económicos, de melhorar a parte que lhes cabe. Porquê? Porque melhorando, faz com que nós lá tenhamos que levar os nossos resíduos e também com os recicláveis deles, e lá vai tudo parar e, portanto, é faturar das várias maneiras. É uma situação que só existe em Portugal, porque em Espanha, por exemplo, os Municípios são efetivamente responsáveis, mas por toda a cadeia. Aliás, nos recicláveis vão buscar algum financiamento para a recolha dos outros resíduos. Nós aqui ficamos só com a despesa, com aquilo que afinal de contas não gera nenhum benefício e teoricamente não seria reciclável. No entanto, continuo a apelar para que as pessoas reciclem e façam a separação. Nós temos neste momento uma campanha, uma campanha muito forte também patrocinada pela Sociedade Ponto Verde, que é no fundo quem gere esta questão da reciclagem, e estamos aqui a tentar incentivar ao máximo a reciclagem. Porque é absolutamente importante que nos reduzam as toneladas que nós recolhemos e que são uma imensidão. Dizer-vos que no nosso Município de Águeda, neste momento, pertencemos a um leque muito restrito de Municípios que têm as mais baixas tarifas, portanto, quando as pessoas dizem que pagam, podem ter a noção clara de que não há sítio nenhum onde paguem menos e nós somos dos que pagamos menos. Nós temos o preço mais baixo. Não é suportável durante muito tempo, mas naturalmente ainda nos mantemos com esses valores muito, muito, muito baixos. O meu pedido é para que as pessoas façam a gestão o melhor possível. Uma nota, nós temos qualquer coisa como perto de três mil contentores no nosso Concelho, os pretos, e são imensos. E aquilo que eu queria dizer, eu às vezes faço uma analogia, porque muitas vezes os ecopontos, não sendo tantos quantos nós queríamos, os tais ecopontos da ERSUC, mesmo assim eu diria que são mais ou menos, muito perto de cem vezes mais do que as caixas de multibanco. Uma caixa multibanco quando não tem dinheiro nós vamos a outra, habitualmente. Por acaso este fim de semana em Águeda, não sei se vocês sabem mas as caixas multibanco esgotaram o dinheiro, nós tivemos que inclusivamente alertar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

todas as entidades bancárias, todas perceberam o que aconteceu mas efetivamente no fim de semana ficamos com todas as caixas de Águeda sem dinheiro, o que quer dizer que... parece-me que nunca tinha acontecido e, portanto, alguma coisa cá fica. Nós não temos dúvidas, mas era só para acalmar as mentes mais perturbadas a esse respeito e dizer-vos que, assim como nós vamos quando uma caixa de multibanco não tem dinheiro, vamos a outro, quando há um ecoponto cheio, por favor vão a outro que não há de estar assim tão longe. Já agora, relativamente à questão que colocou dos monos, dizer-lhe o seguinte, não é nada do que disse, bem pelo contrário da forma como disse, há um sistema de recolha de monos em que as pessoas ligam para o número verde da Câmara e é marcado um dia e uma hora para lá ir. Se as pessoas não estiverem em casa, deixam, mas de preferência não porque há um dia e uma hora que é marcada e agendada para irem buscar a casa. Mas não sei qual é a notícia da soberania, não li, mas indiscutivelmente isto funciona desta maneira. Já agora uma outra nota, o que vai sendo deixado ao lado dos ecopontos, muitas das Juntas de Freguesia têm essa colaboração com o sistema, porque também no fundo isto é uma questão de todos, e recolhem para um sítio onde nós vamos buscar. Porquê? Porque o camião que passa a recolher o nosso resíduo comum não tem condições para levar um móvel de cozinha, não tem condições para levar uma máquina de lavar, não tem condições para levar um colchão. Encravava aquilo tudo imediatamente, toda a gente percebe. Quando se coloca ali naquele sítio, eu não sei o que dizer, mas há uma coisa que eu sei, as nossas crianças têm uma educação, em termos ambientais e para estas questões da separação, brilhante, eu diria que as nossas escolas de há uns anos a esta parte são brilhantes. Mas depois os exemplos que encontram em casa, eu não sei o que é que vai ser mais forte e faz-me temer o futuro. Porque depois na escola, os professores a dizerem-nos e a ensinarem-nos e toda a comunidade escolar a contribuir para uma boa cidadania e depois não sei quem serão as pessoas que fazem estas coisas, e atenção, volto a dizer, isto não é uma questão política, é uma questão do país, parece-me que é cultural, mas era importante que nós mudássemos rapidamente todos a nossa forma de funcionar. Julgo que respondi às questões que trouxe. O Sr. Deputado José Vidal vem dizer que deveríamos fazer ou promover iluminações nas freguesias. Acho que nunca tinha acontecido, mas há uma coisa que todos nós temos que perceber, que aquilo que fazemos em Águeda, relativamente ao AgitÁgueda, relativamente ao Natal, os cidadãos do Concelho têm que se rever um bocadinho com a festa da nossa freguesia. A festa da nossa freguesia é na freguesia, é naquele lugar, habitualmente perto da igreja. Estava a olhar porque está ao lado. E aí, se nós nos pusermos a fazer uma iluminaçãozinha em cada um dos centros urbanos das nossas freguesias, eu tenho dúvidas que cá venha esta multidão ver. Tenho dúvidas, sinceramente. Aquilo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que eu queria convidar todas as pessoas de Águeda era a sentirem que isto é uma festa de Águeda, é um Natal de Águeda, mas é para todos os Aguedenses. Agora reparem numa coisa, eu sei, porque eu recebo às vezes esse tipo de reclamações e de lamentos, por exemplo, até diria que propriamente em Águeda há um conjunto de pessoas que achava que deveriam ser todas as ruas por igual. Todas! Isto é absolutamente impossível! As pessoas têm que perceber que para nós conseguirmos fazer as coisas que fazemos com este brilhantismo, depois ainda nos exageram no preço, mas atenção, o custo é avultado! E não precisamos de exagerar para dizermos que é avultado, é preciso uma gestão muito boa para fazermos isto e termos a certeza de que temos retorno! Agora, quando começamos a dizer que é muito mas devíamos ainda ir fazer mais e outras coisas que não poderiam ser assim, temos que perceber, afinal de contas, onde é que estamos neste processo. Há uma coisa muito simples, claramente a opção está tomada relativamente a estas matérias e é para continuar, o Natal de Águeda é e volto aqui a dizer, porque ainda hoje estive com o Presidente do Turismo do Centro e ele dizia-me algo que eu já disse noutras ocasiões e é engraçado, dizia-me que este fenómeno é muito parecido com Óbidos aqui há uns anos quando foi o Natal de Chocolate. E reparem, não vale a pena nós estarmos aqui com mais humildades ou menos, o que se passa em Águeda é efetivamente um grandíssimo fenómeno, agora está nas nossas mãos mantermos, melhorarmos ano após ano e não deixarmos que desvaneça porque é extraordinariamente fácil deixar que isso aconteça. Portanto, volto a dizer, as caixas automáticas e o nosso comércio, naturalmente, basta andar por aí pela rua e percebemos claramente o efeito que temos e nomeadamente em todas as nossas camas hoteleiras, que estão permanentemente esgotadas, como vocês bem sabem, com estes fenómenos. Relativamente à questão das fotos nas rotundas, eu queria-lhe dizer que não tenho conhecimento e tenho sérias dúvidas que assim seja, nós naturalmente estamos disponíveis para publicar, pode-se ter pedido a colaboração de alguém para fazer qualquer tipo de fotos numa rotunda para nós publicarmos depois e fazermos o que fizemos. Pode ter acontecido isso, não mais do que isso, até porque temos os recursos que temos no Águeda TV são relativamente parcos, por algumas questões que se passaram com alguns funcionários. Pessoais, claramente. Depois, o Deputado Jorge Melo fez aqui algumas questões relativamente ao estado da nossa nação, eu diria que há aqui um conjunto de coisas que está a tornar as coisas absolutamente insuportáveis, sobretudo pelo estado de dúvida que se levanta perante todos e eu queria apenas e só dizer que estou absolutamente convencido que a esmagadora maioria das pessoas que se dedicam às causas públicas estão aqui de alma e coração e apenas por bem e para fazer o bem. E, portanto, algumas coisas, umas com razão, outras que nós ficamos eternamente sem saber se têm a razão ou não, porque é legítimo pensar porque faltam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

depois essas questões todas que deveriam acompanhar estes processos. Eu acho que estão a tornar um bocadinho insuportável e esta ideia de quem vem para a causa pública em vez de fazer currículo vem criar cadastro, tem que acabar de uma vez por todas. Eu queria dizer que a maior parte das pessoas que vêm para a causa pública, estou absolutamente convencido que têm os melhores sentimento se não vêm aqui minimamente preocupados com essas questões paralelas que não importam rigorosamente ou não deveriam importar a ninguém e não tenho dúvidas que o ser humano é o que é, e não somos todos iguais, naturalmente, mas é mau demais criar-se esta nebulosa que apanhe toda a gente. Acredito que, no meio desta história toda temos que ter a margem de dúvida para percebermos que, se calhar, nem todos os visados possam estar implicados no que quer que seja. Pode acontecer, e isto é suficientemente mau. Esta mera hipótese de podermos imaginar que um cidadão zeloso, cumpridor, pode vir a ser incomodado pela justiça, e neste momento eu viro-me para qualquer um de vocês e vejo um lado que não pode acontecer, acho que é mau demais e, portanto, temos que todos fazer um esforço, um esforço enorme, grande para aumentarmos a credibilização de uma coisa que é completamente credível na minha ótica que é a causa pública e. são essas matérias que nos motivam. Penso que respondi a todas as questões relacionadas com a freguesia. Peço desculpa, mas não vou comentar. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado José Vidal.-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

----- “Sr. Presidente, eu só cá vim por causa dessa questão que o Sr. Presidente da Câmara falou mesmo agora, é que é preciso mesmo fazer isso e só se consegue falando, e tem toda a razão, com a situação difícil que se vive, mas só se consegue com uma coisa, credibilização. Credibilização só se consegue, neste momento, com uma coisa que é um bocado estúpida, que é excesso de ética, isto é, nós vamos ter que ter excesso de ética para compensar a falta de credibilidade, quando não devíamos ter excessos de nada. E o Sr. Presidente quando há bocado me acusa de eu mandar para aí papéis. Posso-me enganar, Sr. Presidente, mas se for à base GOV, ainda dá tempo para ler, “surpresa sensacional, onze mil e quatrocentos, Humberto Rodrigues, noventa, Somnium, oitenta mil duzentos e cinquenta, Somnium ainda parte do ano anterior tinham um contrato de setenta mil, mas só tem lá parte deste ano. Impactplan, sessenta e cinco mil, Somnium, trinta e seis, por aí abaixo, e soma quinhentos e doze mil, mais IVA, o que dá seiscentos e trinta mil, mais IVA, e ainda falta EDP, dois meses, que nós prolongamos, blá blá blá. É que no ano passado, tenho lá a resposta do e-mail da Câmara ao relatório do Natal do ano passado em que diz assim, “não conseguimos fornecer porque não há relatório do Natal”. E mandaram-me só algumas contas e mesmo essas contas todas, sem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

IVA, chegavam aos trezentos e trinta e quatro mil. Sem IVA. Portanto, pode acontecer, eu pensar que estou a fazer 500 mil. Temos que saber é que é um evento grandioso, muito bonito, umas pessoas que gostam, outras não gostam, não atinge o Concelho todo, mas atinge uma marca Águeda, pode ser é demais, Sr. Presidente. Numa altura em que muitas e muitas cidades em Portugal reduziram o número de dias para poupar eletricidade, poupar a pegada carbónica, para poupar algumas situações. E quando o Sr. Presidente fala em vinte e cinco mil euros, que é muito, e diz que nunca existiu, existiu sim senhora! No tempo do PS existiram arcos em todas as freguesias à entrada e à saída, no tempo do PS. Por acaso, o senhor era Vice-Presidente e o Sr. Vereador que está aí ao lado era Vereador. Existiram arcos em todas as entradas e saídas das vinte e uma freguesias, não era das dez. Este ano, só para acabar, desculpe lá, já devo ter passado o tempo com a interrupção. Só para acabar, é que não se discute isso, discute-se é que vinte e cinco mil euros dados aos Srs. Presidentes da Junta não é nada e fica bonito e não acaba nada com o Natal em Águeda nem com esta imensidão. Eu gosto, muita gente gosta, vai às redes sociais dizem “na minha freguesia” e era uma coisa simples que eles faziam isso. Foi uma proposta que nós fizemos. Eu acho que deviam ver que não é muito para isso.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Presidente, pretende usar da palavra? -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, o Sr. Vice-Presidente, até porque a organização aqui do Natal em Águeda passa muito mais por ele, ele tem mais pormenores e com certeza que ficamos bem elucidados.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Faça favor, Sr. Vice-Presidente.-----

-----**Edson Carlos Viegas dos Santos – Vice-Presidente da Câmara Municipal:**-----

-----“Boa noite a todos. Eu só pedi ao Sr. Presidente para falar por uma razão, uma pessoa que é deputada desta Assembleia, quando fala, tem que falar com números, coisas concretas e cabe-me a mim um pouco, não venho pedir a defesa da honra porque, sinceramente, pessoas que me tentam ofender de alguma forma, e que dizem mentiras, e que de alguma forma têm aqui um discurso popular e que mostram extremas, nem digo que são extrema-direita ou extrema-esquerda, não sei, mas têm este discurso. Como deputado desta Assembleia, o Sr. José Vidal, quando fala em seiscentos mil euros, devia estar bem credenciado e não é dizer que são seiscentos, depois vir dizer que já são quinhentos, depois já são quatrocentos. O que eu lhe posso dizer é que, neste momento os dados que eu tenho aqui, cabimentados, anda na ordem dos quatrocentos e cinquenta mil euros. Portanto, é o valor que tenho cabimentado, podem faltar algumas despesas, nunca chegará aos valores que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

você vem para aqui dizer. E já falou nisto várias vezes, quer no AgitÁgueda e, portanto, eu também acho que há uma responsabilidade de transparência. Os valores que tem aí, que atinge os seiscentos mil euros, são valores que vêm do ano passado. Ou seja, quando termina o Natal, nós pagamos. Nós não pagamos tudo ao mesmo tempo a partir do momento que são montadas as instalações. Uma parte delas ficam transferidas para o ano seguinte, que é quando levantam. Portanto, o que falou, quase sessenta mil euros, mais ou menos, informe-se primeiro, porque é mau para a nossa transparência, é mau para a nossa Câmara, é mau para Águeda. Vejo-o a falar sempre nesta situação das Juntas de Freguesia. Eu já falei com a Juntas de Freguesia todas, já expliquei porque é que Recardães, Aguada e outras continuam a ter, porque sempre tiveram, porque houve uma proposta do próprio fornecedor, que enquanto fosse aquele fornecedor, o fornecedor coloca-as. Portanto, há aqui uma situação que já vem de trás. Tenho falado com as Juntas de Freguesiae já são elas que colocam. Agora esta coisa de colocar as Juntas de Freguesia, populações das Juntas de Freguesia contra Águeda, como se tudo acontecesse em Águeda, este discurso popular que você traz, às vezes também não é transparente, Sr. José Vidal, e eu agradeço que quando trazemos para aqui números, é bom que eles sejam corretos. É só isso que vos peço e quando me pedem os números eu tento dar. Do AgitÁgueda por acaso não percebo porque ainda não foram dados, sinceramente, já foram transferidos, já foram dados há algum tempo. Em relação ao Natal, vou-lhe dizer também que é a outra parte que temos que ver. Temos pessoas que estão a vender as faturas, são pessoas de Águeda. A prioridade é sempre dada às pessoas de Águeda. O comércio de Águeda, a hotelaria de Águeda, a restauração de Águeda, tem estado cheia. A Dra. Olívia sabe, tem um restaurante ela própria, ou é de algum familiar, e disseram que o Natal já ultrapassa e muito o próprio investimento que é feito no AgitÁgueda. Portanto, nós temos de dar valor ao trabalho que é feito. E não sou contra as oposições, não sou contra que haja aqui uma oposição diferente daquela que nós pensámos, uma maneira de fazer diferente. Acho muito bem e concordo com isso. Agora vir para aqui dizer que se gastam seiscentos mil euros, que as populações coitadinhas de Recardães e não sei quê que não têm, que o Vereador tem uma luz à frente, sabe porque é que eu tenho as luzes à frente da minha casa? Porque tenho comércio por baixo. Está a perceber? Mas foi isso que você veio para aqui dizer! Sr. José Vidal, eu vejo-o muitas vezes a pedir defesa de honra quando não é tão atacado como você me tenta atacar aqui. Portanto, o Natal é uma aposta, é uma aposta do Sr. Presidente, a qual me compete a mim realizá-la e fazê-la e, portanto, acho que estamos num caminho que já mostrou e tem mostrado resultados- só para verem as televisões que vêm cá, a publicidade que é dada, que essa não é quantificada! E Sr. José Vidal, muita dela nem sequer é paga. E, portanto, isso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

tem um retorno e é preciso fazermos as contas todos. Se vocês entendem que não se deve fazer o AgitÁgueda da mesma maneira ou o Natal da mesma maneira, digam! Olha, nós só fazíamos um Natal com um pai Natal pequenino ou nós não fazíamos Natal nenhum. Isso é que eu gostava de vos ouvir falar, agora vem para aqui dizer “seiscentos, gastam muito, gastam muito”, depois, mas atenção, gastam seiscentos, é muito, mas deviam gastar ainda mais trinta ou quarenta nas freguesias! Então não é seiscentos e trinta, devíamos gastar seiscentos e cinquenta. Mas espere aí, depois não gastem tanto! Esse discurso populista que engana as pessoas com vários contos e deixando assim vários valores para o ar, olhe eu vou-lhe dizer uma coisa, tem-nos ajudado a gerir da nossa maneira, o nosso caminho é este, acho que estamos no bom caminho nesse sentido de, e digamos mais uma vez, nós não fazemos o Natal para iluminar a cidade, nós fazemos o Natal de apoio e promoção ao comércio tradicional. Sr. José Vidal, está a olhar para mim, vou-lhe dizer, claro que as luzes iluminam a cidade, mas o propósito desse investimento é trazer gente a Águeda e sabe que no comércio tradicional mais de setenta e tal por cento ou 80% nesta altura do ano, foi feito com compras de pessoas que vieram de fora do Concelho? Se não fosse este Natal, como é que estaria o nosso comércio tradicional? Como é que estaria a nossa hotelaria? Os nossos restaurantes? A própria cidade como estaria? Vocês vão ver a partir do dia 7, deixem acabar o Natal, com a crise política, com esta situação que se está a passar no país, com o aumento das rendas, com o aumento do crédito, vocês vão ver o que é que vai acontecer quando se apagarem as luzes de Natal. Portanto, o nosso caminho é este, Sr. Presidente. Enquanto quiser, cá estarei para o ajudar.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Obrigado Sr. Vice-Presidente. Sr. Deputado José Vidal, peço-lhe que seja breve para terminarmos este período.

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----“Sr. Vice-Presidente, é difícil às vezes uma pessoa estar a falar contra uma pessoa como eu, que por acaso comete erros porque fala de mais, mas nunca de menos. Tudo o que eu disse hoje, disse em 2010, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17. A diferença é essa, Sr. Vice-Presidente. E eu sempre disse, nem nunca estive contra o Natal, nem nunca estive contra o AgitÁgueda, está lá, Sr. Presidente! Aliás, escrevi, também nos jornais da terra também está escrito. O que ninguém pode dizer aqui! Ninguém o fez aqui! Portanto, nessa hipótese, não. E se você me diz que eu me engano, dê-me o relatório, Sr. Presidente. E se diz que eu estou a brincar, eu tenho aqui os custos de tudo o que está na Base.Gov. A soma dá quinhentos e cinquenta mil, mais IVA, sem luz! Portanto, basta lá estar escrito. Eu posso-lhe mandar daqui a bocado disso. Mas pronto, eu não estou só a discutir. E quando me vem para aí com populismos... não, Sr. Vice-Presidente, eu defendi isto em 2014 e 15 e 16 e 13 das freguesias. E o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

senhor até uma vez pôs um arco em cada freguesia e isto eu gosto. Ir à noite e ver um arco à entrada da freguesia. Gosto. É uma coisa simples, não estamos a aumentar despesas. Numa brincadeira de seiscentos mil euros não estamos a aumentar despesa nenhuma, passamos vinte e cinco mil para ali. Pronto, é só isso.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem, Sr. Deputado José Vidal. Faça favor, Sr. Deputado Rui Moreto. -----

-----**Rui Miguel Pires Moreto – CDS–PP:**-----

-----”Muito obrigado, Sr. Presidente. Na sua pessoa, para não demorar mais, cumprimento todos os presentes e quem nos assiste na Águeda TV e a comunicação social aqui presente. -----

-----Queria só dar dois apontamentos para final de ponto, que é relativamente às jornadas internacionais de turismo, que decorreram agora no dia 24 e 25 de novembro último, no qual tive o gosto de estar presente, até em representação conjuntamente com os meus outros colegas da Comissão de Turismo da Assembleia Municipal. E, portanto, dar os parabéns ao Município pela excelente organização, decorreu muito bem, achamos que esse formato de transitar a Jornadas de Turismo para novembro é uma aposta a manter porque de facto em julho torna mais difícil a participação das jornadas na sua plenitude e este ano tivemos, por exemplo, na inauguração, no âmbito inicial, tivemos se calhar cem pessoas ou mais a assistir a essas jornadas. Depois também foi com muito orgulho que em representação da comissão de turismo da Assembleia Municipal, fiz parte do júri do chapéu de ouro que foi merecidamente atribuído ao Dr. Pedro Machado pelo seu valioso contributo ao turismo da região centro e ao apoio em Águeda ao longo desse tempo. E, portanto, era esse apontamento que queríamos deixar, felicitar e incitar o Executivo a manter a aposta das jornadas de turismo para novembro. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado Rui Moreto. Julgo que terminámos as intervenções do período de antes da ordem do dia. Sr. Presidente, também não há mais qualquer intervenção que queira fazer, Sr. Presidente?-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** “Sr. Presidente, apenas agradecer a menção ao Sr. Deputado Rui Moreto. Efetivamente foi verdade, as Jornadas Internacionais de Turismo, na sua oitava edição, revestiram-se de um brilho especial, acho que foram muito bem conseguidas, aliás, todos os intervenientes, eu diria que já mostram que estamos num patamar bastante interessante no âmbito destas questões ligadas ao turismo, tanto nacionais como internacionais, e, portanto, é também uma ótima realização que de ano para ano temos vindo a melhorar. É este o caminho, paulatinamente de melhorar sempre cada vez mais. Muito obrigado.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sra. Deputada Júlia Melo, por favor.---

Deixe-me só lhe dar nota que o tempo já terminou, por isso seja breve, por favor.-----

-----**Júlia Maria Pinheiro de Melo – PS:**-----

-----"Só queria que ficasse um registo que o Sr. Presidente da Câmara não me respondeu a nenhuma questão, por isso aguardo pela próxima Assembleia, se hoje não for oportuno, para trazer os dados que perguntei, que hoje podiam não estar disponíveis da sua mão. Obrigada.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem, Sra. Deputada. Fica registado. Terminamos então o período antes da ordem do dia. Temos os pontos da ordem do dia e eles, não sendo muito extensos, são de alguma complexidade, portanto, vamos avançar nos trabalhos e passamos então à discussão dos pontos: -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

3.1 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Fiscalidade do Município de Águeda para o ano de 2024;-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, quer introduzir o ponto?

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----"Rapidamente dizer-vos que, tal como em 2016, e para fazermos em 2017, esta é a mais baixa fiscalidade que se pode aplicar às famílias e é isso que voltamos a fazer. Na altura e nos anos subsequentes saltámos diretamente para os valores mais baixos da fiscalidade, que era um desafio e que fazê-lo uma vez ou duas eu diria que não seria difícil, mantê-la nesse nível, isso sim seria um grande desafio e é mais um ano em que cumprimos esse desiderato e, portanto, dizer com muita tranquilidade mas também com alguma felicidade de que continua a ser possível em Águeda aplicarmos esta fiscalidade mais baixa às famílias, mais baixa que podemos fazer no país. Somos um exemplo que curiosamente em todo o distrito de Aveiro, e já agora em Coimbra, Porto, Leiria, Lisboa, Setúbal, não há mais ninguém que nos acompanhe. Muito obrigado, Sr. Presidente."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, alguma intervenção no ponto?-----

-----Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, aprovou por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal n.º 407/23 de Fiscalidade do Município de Águeda para o ano de 2024.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----3.2 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração da Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Águeda; -----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, tem a palavra.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----“Sr. Presidente, trouxemos aqui há algum tempo a alteração desta estrutura e temos agora aqui algumas correções a fazer e é isso que nos propomos, uma das situações tem a ver, efetivamente, com a assunção de competências na área da saúde e depois pequenos ajustes. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

--**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, há alguma intervenção no ponto? -----

-----Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com doze abstenções (sete do Grupo Municipal do PS e cinco do Grupo Municipal do CDS-PP), a proposta da Câmara Municipal n.º 415/23 de alteração da Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Águeda.-----

-----3.3 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal das Grandes Opções do Plano e Orçamento, e Mapa de Pessoal do Município de Águeda para o ano de 2024;-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, tem a palavra.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Vou pedir ao Sr. Vice-Presidente que faça a apresentação da parte relacionada com o orçamento. Muito obrigado.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Vice-Presidente, por favor.-----

-----**Edson Carlos Viegas dos Santos – Vice-Presidente da Câmara Municipal:**-----

-----“Mais uma vez boa noite. Em relação ao orçamento, eu vou tentar arredondar aos milhões para não estarmos a ir aos cêntimos, oitenta e um milhões e tal. Mas neste caso em concreto, o orçamento global ronda os oitenta e um milhões, sendo que no âmbito das GOP, mais ou menos o investimento e receitas e custos correntes ronda os sessenta e três milhões, na parte orçamental, na ordem dos dezassete milhões, sendo que destes dezassete milhões, mais de doze milhões são relacionadas com despesas pessoal. É um orçamento que cumpre as regras orçamentais, ou seja, o equilíbrio entre a receita corrente e a despesa corrente e, portanto, nesse aspeto acho que estão cumpridas todas as regras orçamentais para a realização deste orçamento. Posso salientar aqui algumas despesas mais significativas, nomeadamente que tornaram este orçamento um dos maiores orçamentos de sempre do Município de Águeda, neste caso o maior de sempre. Nomeadamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

aqui o eixo rodoviário Águeda - Aveiro, vinte milhões. Na ótica da habitação, estamos aqui a falar de recuperação da habitação social na ordem dos quatrocentos e trinta e cinco mil euros, , que é a recuperação da habitação social em Vale de Domingos, aquisição de terrenos, arrendamentos... também vou deixar aqui alguns projetos que o Sr. Presidente está mais dentro deles e se for preciso explicá-los também, na ótica do futuro, eu acho que vou só dar aqui um valor global. Projeto das áreas de acolhimento empresarial, estamos aqui a falar na ordem de mais ou menos quatro milhões e duzentos mil euros. Uma aposta forte no comércio e no turismo, com o incentivo ao comércio tradicional na ordem de seiscentos e trinta e cinco mil euros, onde se inclui aqui o Águeda Natal, o Compre em Águeda, a Festa do Leitão e continuar a aposta também no evento AgitÁgueda. No âmbito dos serviços culturais e desportivos, estamos a falar no âmbito da cultura mais ou menos na ordem de um milhão e novecentos mil euros e na área do desporto o valor é muito equivalente também na ordem de um milhão e novecentos mil euros. Os grandes aumentos, estamos aqui a falar de aumentos significativos, têm a ver com as refeições escolares, estamos quase aqui a falar de um milhão e duzentos mil euros, houve um aumento, salvo erro, de dois euros e noventa para três euros e meio, quase, a refeição. Isto no meio de tantos milhares de refeições, houve um aumento significativo. Os transportes escolares, na ordem dos novecentos mil euros, é aquilo que a Câmara gasta. Resíduos, houve aqui também um aumento muito significativo, principalmente no tratamento, estamos a falar na ordem de um milhão e quatrocentos mil euros que a Câmara terá que gastar, só no tratamento. Na recolha, mais de novecentos mil euros, iluminação pública rondará um milhão e duzentos mil euros, na iluminação de edifícios públicos a verba também a gastar será na ordem de um milhão duzentos e sessenta mil euros, no gás houve aqui um aumento quase para o dobro, pelo menos em previsão, limpeza, isto também com alguns edifícios que transitaram nomeadamente no centro de saúde e nas transferências de delegação de competências para as câmaras, neste caso a limpeza, só dos edifícios, rondará os quinhentos mil euros. É um valor mesmo brutal. Saúde, na saúde houve aqui um incremento, uma rubrica que normalmente não tínhamos grande verba alocada, neste momento temos alocados perto de seiscentos e quinze mil euros, sendo que duzentos e vinte e um mil euros ainda se reporta à fatura, à última fatura que temos para pagar das obras do hospital, que por uma razão não foi possível a conclusão das obras, não foi possível termos os autos e as faturas pagas até a data e, portanto, consideramos aqui esse valor a transitar para anos seguintes. E alcatroamentos na ordem de quase dois milhões de euros, mas isto o Sr. Presidente pode falar até melhor que eu. Em termos gerais, penso que referi as rubricas principais, há um conjunto alargado de obras que temos e que o Sr. Presidente, logicamente, irá falar nelas, Centro de Interpretação do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Rio, outras pavimentações, mercados, tanta coisa que está aqui prevista neste orçamento. É um orçamento que nos vai dar garantias que podemos projetar algumas das obras que temos pensadas, começar algumas das obras que já estão projetadas e terminar, dar continuidade a obras que já estão a decorrer. É um orçamento dos maiores de sempre e esperemos, se não o cumprimos na totalidade, iremos cumprir aquilo que nos compete fazer, que é arranjar financiamentos para estas obras, porque logicamente todos nós sabemos que o orçamento da Câmara, as receitas próprias, as receitas que o Estado nos transfere não daria para fazer nem metade deste orçamento. Portanto, vamos tentar, e é isto que nós nos propomos fazer, é ir a financiamentos públicos para PRR e outros ainda estão aí abertos, de maneira a conseguirmos arranjar verbas para fazermos estas obras. Disse.”

-----**Presidente da Assembleia:** Já terminou, Sr. Vice-Presidente? Muito obrigado. Apresentado o ponto, Srs. Deputados, alguém quer intervir? Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----”Sr. Presidente da Assembleia, há duas formas de nós analisarmos um plano de orçamento, ou votamos e vamos embora e estamos despachados, ou analisamos, discutimos, propomos e vamos embora e estamos despachados. Porque isto é a reação que tem acontecido nas reuniões que nós temos tido no âmbito do direito de oposição, em que é raro, mesmo muito raro, haver uma ou outra medida, que nem tem a ver com questões orçamentais, que têm sido vistas, ou planos que o Partido Socialista apresente, ou situações e propostas que faça nas reuniões de Câmara, é raro, mesmo muito raro, que o Sr. Presidente da Câmara e o Executivo do PSD aproveitem sequer aquilo que nós consideramos ser boas ideias. É que nem sequer se dão à questão de aproveitar se são boas ideias. Dou-vos um exemplo: No direito de oposição, nós propusemos aqui há três anos, , há dois e há um, aliás, fazia parte do programa do Partido Socialista nas eleições, que fosse criado um Conselho de freguesias, na reunião do Executivo com os Srs. Presidentes de Junta, que reunisse três vezes por ano, vinha na proposta do Partido Socialista, foi aqui explicada até, para que houvesse uma programação geral, independentemente de todas as reuniões, logicamente, que o Sr. Presidente e o Executivo têm com cada um dos membros, em que fosse definido o plano geral, uma a meio para ver como é que estão a correr as obras, outra no final, em outubro ou novembro, para a finalização das mesmas e a preparação do plano para o ano seguinte. Fomos até informados pelo Sr. Presidente que isso até está a correr e foi uma decisão que tomaram e que eu acho que é positivo e que estarão a fazer assim e onde todos ficarão a saber de tudo, não só nos gabinetes, mas ninguém será apanhado só se for por silêncio, por não querer incomodar o Sr. Presidente da Câmara, mas isso já depende dos Senhores Presidente de Junta se portarem assim ou não, por silêncio, nessas reuniões que devem ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

um regulamento e devem ser oficializadas para que haja uma certa dignidade nesse Conselho. Isso foi para a frente. E, portanto, é uma daquelas coisas que não custa dinheiro e que podem ser organizacionais. Embora o Sr. Presidente da Câmara, na reunião que teve connosco, foi para a frente porque houve um Presidente da Junta... não, não houve. Foi uma proposta objetiva do Partido Socialista, feita não só na campanha como aqui nesta Assembleia. Depois há o Plano Municipal de Saúde, aprovado por unanimidade vai fazer dois anos e nada foi elaborado, nada foi feito, embora apareça agora aqui nestas GOP. Mas vamos então às GOP. Obras estruturantes. O que é que são obras estruturantes? Espaços públicos da baixa da cidade. É uma obra estruturante. Avenida 25 de Abril. Centro de Interpretação do Rio, o Largo da Nossa Senhora de Assequins, a requalificação do Mercado Municipal e a requalificação do Paços do Concelho. Será que me engano se estas cinco não estarão no ano anterior já? No ano anterior como obras estruturantes? Isto é o que vem lá nas GOP, são estas as estruturantes para o Concelho. Nas freguesias, o Centro Cívico de Arrancada, a igreja matriz de Valongo, o centro urbano Fermentelos e a Praceta Capitão Brites Vasques na Alagoa. Não teremos ouvido isto há um ano? Obras estruturantes? É só a dúvida. Portanto, é isto, perante estas obras, aquilo que este Executivo acha que é fundamental e que, como diz o próprio nome que lá colocam, estruturantes para o desenvolvimento do Concelho. Habitação. Isto aqui não é bem estruturante. Isto foi o grande bandeira eleitoral do PSD. Primeiro ano acho que foram cem mil euros, que não executaram, o segundo ano cinquenta mil euros que não executaram e este ano aparece-nos aqui com uma verba de setecentos mil euros na sua globalidade. Mas finalmente há uma iniciativa a sério, estruturante, que irá permitir construir a custos moderados, custos controlados, porquê? Porque a Câmara vai investir uma verba significativa de cinquenta mil euros para comprar terrenos. Uma coisa fortíssima. Os senhores, o PS, há um ano, propôs-se nesta Assembleia a apoiar o Executivo em medidas que realmente fossem estruturantes e que aplicasse dois milhões, três milhões de euros, que nós votaríamos a favor, tem capacidade de endividamento, podia realmente rasgar novas perspetivas, que não são só, agora vamos à comparação, AgitÁgueda e Pais Natais com milhares de pessoas fora. São estruturantes para os de cá. Podia aí alterar o mercado, se entrasse nesse mercado a comprar terrenos. E já o fez! Já o fez antes, quando criou zonas industriais, já o fez quando estava no Partido Socialista, fez isso muitas vezes. Tentou rasgar novos mundos. Agora, aplicamos cinquenta mil euros, com cinquenta mil euros vai dar para construção em baixa. Temos mais. Bairro de Vale de Domingos, uma promessa do Sr. Presidente há dois anos, que pelos vistos vai para a frente, que são quase quinhentos mil euros. Criar um gabinete de apoio às candidaturas da estratégia local de habitação, elaboração da parte municipal de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

habitação, o Socializa Mais, o subsídio ao arrendamento que é uma medida que o Executivo tomou e bem há uns tempos e continua a manter, e criar um novo que é a acessibilidade 360, que é ao fim ao cabo uma prioridade na recuperação de casas de pessoas portadoras de deficiência. Não criou, por exemplo, equipa de limpeza de terrenos, de demolições de habitação, que nós propusemos, e que criassem depósitos de inertes, portanto, que criassem depósitos de inertes, que isso ia facilitar realmente as pessoas terem os terrenos limpos, iria facilitar a criação de novos projetos ou pelo menos não ter o impacto ambiental que as casas de ruínas estão a ter. Depois temos ambiente e sustentabilidade. Ganhámos um prémio há uns tempos no âmbito da descarbonização. Ganhámos um prémio e os prémios são importantes porque algumas coisas eles não-de corresponder. Algumas perguntas lá terá que haver, algumas coisas nós temos que fazer. E esse prémio da descarbonização foi dado à cidade melhor do mundo para se viver onde temos o primeiro prémio da utilização do automóvel. Não se compreende bem como é que ganhamos o prémio da descarbonização, que somos os primeiros na utilização do automóvel a nível do país. Aí é que somos os primeiros mesmo, Sr. Presidente. Não há dúvida. Somos os primeiros. Plano de adaptação às alterações climáticas, serem alteradas aquelas zonas, é ficarem mais quentes, haver mias calor nos passeios para as pessoas viverem melhor lá em baixo. Portanto, é um plano. Na questão da impermeabilização dos solos, na questão de abrir ruas para o trânsito automóvel, em vez de ser pedonal, e na questão de aceitar e não alterar até hoje o regulamento, acho que também já foi proposto pelos Srs. Presidentes da Câmara, o regulamento que permite que uma pessoa através de uma verba relativamente baixa, quando constrói um prédio não construa locais para estacionamento e então esses carros irão para o espaço público. Então, mas o senhor paga um X, ganha esse espaço de estacionamento e esses carros irão para estacionar no espaço público e sobrepor-se no espaço público e fazer que haja menos estacionamento no espaço público. Portanto, essa parte regulamentar espero que o Partido Socialista apresente logo na primeira reunião de janeiro a alteração desses regulamentos. Depois temos o plano de ação para a energia sustentável e clima. O Sr. Presidente falou e bem, nós temos bandeiras verdes em todas as escolas, desenvolvem grandes trabalhos, eu estou um bocado fora disso, que eu estava dentro, e pertencia a essas escolas e a esses projetos, estou um bocado fora. Porque há ali uma coisa que me falha nos projetos, o Sr. Presidente há bocado identificou: como é que eles não chegam às famílias? Porque os projetos são da escola e não estão interligados com as famílias para a prossecução, porque se eu tiver um objetivo que implica o miúdo, e os miúdos nessa idade fazem sempre que eles são competitivos, se eu lhe criar um objetivo em que o pai tenha que participar, aí ele massacra o pai até participar. E se eu monitorizar aquilo mensalmente, ele faz!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Portanto, o problema das escolas tem que evoluir para a segunda parte. Dá-me a ideia, posso estar a falar de cor e já existir em alguma, mas há dois, três anos não existia. Portanto, esse eco escolas tem que saltar para as famílias e há possibilidades disso.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado José Vidal, vou só alertá-lo que já terminou o primeiro período de 10 minutos, se o senhor quiser continuar pode usar o segundo período de 10 minutos.-----

-----**Deputado José Vidal:** Não, mas é que pode haver depois alguma intervenção e eu posso querer responder. Obrigado.-----

Presidente da Assembleia: Mas quer concluir? Está breve para concluir a sua explanação? -----

Já estava? desculpe, não tinha percebido. Então, foi na hora. Muito obrigado. Sr. Deputado Gabriel Alexandre, faça favor.-----

-----**Gabriel Alexandre Marques Abrantes de Almeida – PPD/PSD.MPT:**-----

-----”O nosso Grupo Municipal apresenta quatro pontos fundamentais perante o maior orçamento de sempre. O primeiro ponto, infraestruturas e urbanismo. O compromisso com a construção do eixo rodoviário Águeda - Aveiro, como já foi tornado público, antes da apresentação das GOP, tem agora assegurado um financiamento de cento e trinta milhões de euros vindos do PRR. Se havia quem levantasse dúvidas sobre a sua concretização, a revisão do PRR veio desfazer qualquer dúvida ou receio. Na habitação, é claro que os setecentos mil euros não permite resolver os muitos problemas que existem na habitação. Ainda assim, é sete vezes mais do que os cem mil que têm sido inscritos. O valor inscrito é importante, como todos nós sabemos, é para que a rubrica esteja aberta no orçamento. O nosso grupo teve a oportunidade de debater as grandes opções do plano com o Excelentíssimo Sr. Presidente e sabemos que vão começar as intervenções com as verbas do primeiro direito, mas também estamos confiantes na revisão das áreas de reabilitação urbana, ARU, e as medidas complementares no urbanismo vão permitir o desenvolvimento de novos projetos urbanísticos no Concelho. Segundo ponto, desenvolvimento económico. No desenvolvimento económico, destaca-se o início da execução de Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico e Inovação de Águeda, o PDEIA, que encaramos como um instrumento transformador da relação do Município com o tecido económico e em particular com a indústria. É um documento que está alinhado com as estratégias nacionais e europeias. Terceiro ponto, educação e juventude. Na educação, congratulamos o Executivo, e neste caso a Sra. Vereadora, pela aposta na carta educativa, que há vários anos tem sido assunto, inclusive pela voz do PSD, e que será finalmente concluída. Aguardaremos pelas conclusões para perceber quais são os passos seguintes a dar na requalificação de equipamentos escolares. Quarto ponto, apoio social e qualidade de vida. Na dimensão do apoio



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

social e qualidade de vida, ficamos satisfeitos por ver que a autarquia continuará focada nas políticas sociais, com um foco não só na habitação mas também na saúde mental, na aposta no envelhecimento ativo e no apoio à integração de grupos mais desfavorecidos. Sobre o ambiente, onde destaco o plano de ação para a energia sustentável e projetos como Águeda Recicla e a requalificação de linhas de água para amenizar efeitos das cheias. O que tem sido feito na contenção de cheias é absolutamente extraordinário e tem-se mostrado bastante eficaz. No turismo existe um trabalho que muito valorizamos, o que é indiscutível e é o que está em vista de todos. Muitas vezes aqui levantam-se questões sobre intervenções estruturantes e estão aqui apresentadas respostas. Obrigado.” -----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado Gabriel Alexandre. Sr. Deputado Mauro Ezequiel, por favor.-----

-----**Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro – PS:**-----

-----“Sr. Presidente da Assembleia, cumprimento todos na sua pessoa. Relativamente às GOP, eu queria só fazer duas questões, que me parece que o Sr. Vice-Presidente gosta de números, queria perguntar se a execução orçamental até outubro das GOP do ano passado está em 40%, segundo números que aqui consta. Portanto, nós temos as GOP do ano passado para este ano subiram 41%, o valor, e até outubro, segundo o relatório que está aí, executou dezoito milhões, de quarenta e três milhões. Segundo o que tem aí no seu relatório. Depois queria-lhe fazer outra pergunta, isto são os números que estão aí no relatório. Portanto, não sei qual será o nível de execução de oitenta milhões, mas se formos a ver pelo que temos por aqui, não sei onde é que chegaremos ou se teremos que fazer alguma revisão ou coisa parecida. Depois queria fazer-lhe outra pergunta, que é a última, que aqui o meu colega José Vidal pode querer falar a seguir, queria perceber porque é que a aquisição de serviços na programação do centro de artes subiu 77%. Portanto, a aquisição de serviços no centro de artes, neste momento, pelas rubricas que estão nas GOP, está em setecentos e sessenta mil euros. E eu queria perceber porque é que foi este aumento de duzentos mil, se me puder responder. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor. -----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:**-----

-----”Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, analisadas as grandes opções do plano para 2024, nós, em primeiro lugar, não encontrámos nenhuma desconformidade com aquilo que está previsto em termos legais e, portanto, por esse lado, por essa via, não há nenhum reparo a fazer da nossa parte e volto a repetir aquilo que já disse em outros anos, este é o orçamento de quem ganhou as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

eleições para a Câmara Municipal. Se fôssemos nós a ganhar as eleições para a Câmara Municipal, teríamos certamente outro orçamento com outras propostas, embora certamente muitas delas iguais às que estão neste orçamento. Há questões fundamentais da administração local e do desenvolvimento local que são comuns e que têm soluções experimentadas e testadas noutros lados e naturalmente nós, em grande medida, em muitas coisas, nomeadamente, por exemplo, foi aqui falada a reabilitação do bairro social de Vale de Domingos, ainda bem que finalmente se vai proceder a essa reabilitação, o CDS levantou esse assunto, ou pessoas ligadas ao CDS levantaram esse assunto aqui há largos anos, e acompanhámos sempre com alguma preocupação a situação de degradação em que se encontravam aqueles imóveis, achamos bem que a Câmara Municipal aproveite o património que tem para o pôr à disposição da habitação e por isso compreendemos que só coloque uma verba de cinquenta mil euros, de facto deve ser qualquer coisa que é posta ou para abrir a rubrica, mas aí até uma verba inferior seria possível, mas suponho eu para conseguir fazer uns alargamentos que ponha o imóvel da Câmara mais fácil de explorar, se me é permitida esta brincadeira. Mas de uma forma simples, não havendo nada em termos legais contra a aprovação deste orçamento, vendo nós muitas das nossas propostas refletidas em continuidade neste orçamento em relação a outros, ficamos no entanto expetantes em relação ao cumprimento do orçamento no que respeita à execução. É realmente a execução do orçamento que interessa e isso havemos avaliar apenas em 2025, em abril de 2025, quando forem apresentadas as contas. Mas como já aqui foi salientado, pelo Deputado Mauro, o orçamento e plano, sobre o qual eu fiz as mesmas reflexões que estou aqui a fazer, do ano passado também era bastante ambicioso, sessenta e três milhões de euros, se não estou a falhar, e depois a execução foi relativamente pobre, sobretudo no que respeita às despesas de investimento, ou seja, às despesas de capital. Portanto, fazendo votos de que a execução corra tão bem quanto seja possível, tendo em conta que estamos a entrar em tempos particularmente complicados em termos económico financeiros, e esperando, sinceramente, que 2024 nos traga um ano melhor do que 2023, deixo aqui a posição do Grupo Municipal do CDS, que será a de se abster nesta votação. Muito obrigado.” -----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Tomaz, por favor.--

-----**Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:**-----

-----”Sr. Presidente e senhores membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, venho aqui, no fundo, fazer aqui duas perguntas quanto ao mercado municipal, que é um dos temas aqui traçados como estruturantes e que de facto é-o até pelo volume de investimento que já está aqui em causa. Ora bem, nós, convosco, com este atual Executivo, começámos por cerca de quatro milhões e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

quatrocentos mil euros, depois, pelos vários problemas que já foram aqui debatidos, passámos para cerca de seis milhões e meio, neste momento encontra-se inscrito um valor de cerca de sete milhões cento e quarenta mil, será isso? Será assim? No fundo, perguntava de onde vem este valor, por outro lado recordar-se-á de na altura termos todos referido sobejamente a existência, a não existência, de possível pedido de um parecer relacionado com possíveis erros que tenham existido e que sejam da responsabilidade de outros ou, quem sabe, da Câmara Municipal, mas partindo do princípio que sejam de outros, de forma a que possamos defender os interesses do Município e fazer com que quem tenha essas responsabilidades as assumam. Portanto, as perguntas seriam o que justifica este valor, digamos, o que é que se intenciona, qual é o motivo deste valor que está aqui neste momento, este parecer se existe, se foi de facto solicitado, se foi emitido, qual é que é o seu conteúdo e quando é que poderemos conhecê-lo naturalmente e, a partir daí, o que é que se perspectiva da parte da Câmara Municipal quanto aos passos seguintes. Não só gostaria de saber, Sr. Presidente, qual o ponto de situação da obra e o que perspectiva em termos da sua conclusão e se estes são os gastos que antecipam serem finais, porque bem me recordo que na última Assembleia Municipal em que falámos sobre este tema, recordo-me que o Sr. Presidente disse que aquele era o valor máximo, porque por causa do tipo de estacaria ainda se conseguiria poupar ali alguma coisa, pelos vistos não, já estamos em mais de sete milhões. Estes valores não estão em IVA, portanto, é de facto um montante muito volumoso. Mas importa aqui, o Sr. Presidente esclarecerá com certeza, que passos foram dados na defesa dos interesses do Município e dos munícipes. Por outro lado aproveito para reforçar aquela que foi uma declaração, uma proposta que tive ocasião de fazer em nome do Partido Socialista na nossa reunião do direito de oposição e que tem que ver de facto com a habitação e com a aquisição de terrenos, que nos parece ser algo verdadeiramente fundamental, e que tem vindo a ser bandeira do Partido Socialista, orçamento após orçamento. É verdade que tem havido algumas verbas que têm sido inscritas em orçamento, em rubrica relacionada com orçamento, a verdade é que é sempre dito que é para ficarem abertas e elas lá ficaram abertas mas não foram executadas. Esta agora é muito diminuta, ali constava-me que afinal não eram cinquenta, mas que eram cento e cinquenta mil euros. Bom, admito que sejam os cinquenta, mas mesmo os cento e cinquenta mil para o que está em causa e para o maior Município do distrito, com quase cinquenta mil pessoas e com a pressão que temos, de facto parece-nos mesmo muito pouco. Sr. Presidente, o Partido Socialista reitera aqui o que lhe disse na reunião, com os membros do Executivo que têm pelouros e consigo, o Partido Socialista politicamente apoia fervorosamente que o Município possa fazer uma aquisição relevante de mais de dois milhões de euros ou mesmo três milhões de euros em zonas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

estratégicas das várias freguesias, em zonas estratégicas dos arredores da cidade de Águeda, em zonas estratégicas ligadas e próximas estratégicas ligadas à próxima ligação Águeda-Aveiro, de forma a que o Município tenha mesmo poder de fogo para influenciar o mercado, para poder vir a fazer a disponibilização de terrenos para construção a preços acessíveis às pessoas, para o Município poder ter também a capacidade de fazer um certo jogo de cintura e negocial com outros empreiteiros com que possa vir a fazer parcerias para vários efeitos, seja para venda depois a custos controlados, seja para arrendamento a custos controlados, seja para habitação pública. Conforme a Sra. Secretária de Estado da Habitação, nossa concidadã aguedense deixou aqui também expresso, quando teve ocasião de assinar o protocolo com Vossa Excelência, a verdade é que o nosso Município, tal como muitos, é verdade, e temos de correr de forma a ultrapassar esse atraso, tem uma percentagem de habitação pública muito diminuta e eu acredito, acreditamos no Partido Socialista, que a compra de terrenos em quantidade significativa em locais estratégicos disseminados pelos vários locais mais relevantes do nosso Município pode ser de facto uma base essencial para conseguirmos aumentar a habitação de cariz público ou de cariz controlado ou em parceria para todas as classes económicas com empreiteiros e esta aquisição de terrenos, queremos deixá-lo aqui muito reiterado, porque isso é uma aquisição relevante, porque esses valores são valores quase ao nível de uma família de classe média, não são sequer ao nível de uma pequena empresa, quanto mais de um Município. De facto o Sr. Presidente com certeza acreditará que esses valores terão impacto. Por outro lado, Sr. Presidente, vou aqui fazer duas referências muito rápidas quanto ao seguinte. Tivemos ocasião de falar sobre espécies invasoras. É certo que há muitos tipos de espécies invasoras, seja a nível aquático, seja a nível florestal, seja a nível dos nossos terrenos agrícolas, é certo que muitas delas estão já fora da possibilidade de erradicação. Em todo caso, muitas delas permitem ainda algum controlo. Nós falámos sobre a erva das pampas. A erva das pampas, apesar de bonita e de muitas pessoas até as cortarem para pôr lá em casa depois secas dentro de uns púcaros, pronto, as ervas são de facto engraçadas e são de facto muito resistentes e conseguem espalhar-se com muita força. E de facto conseguem mesmo afetar os ecossistemas e conseguem afetar os cursos de água com muita força mesmo. Sr. Presidente, ambos concordamos que, no fundo, ao longo dos anos, vão-se espalhando a partir da zona do mar, essencialmente, eu tive ocasião depois de olhar com mais cuidado e consegui verificar mais ou menos o seguinte: A verdade é que os Municípios que são o segundo a contar do mar estão relativamente infetados, já. Especialmente ao pé das linhas rodoviárias, dos cursos rodoviários. Se olharmos o nosso Município, perto da Albergaria, há bastante. Quanto mais andamos para o sul do Município, cada vez são menos. O tratamento não pode ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

apenas cortar como se cortam as silvas e como se corta o resto. É claro, aquilo oferece uma dificuldade e por isso tem de haver um plano, um plano a nível municipal para o combate enquanto ainda é tempo, porque apesar de já serem bastantes, se neste momento, nos próximos meses, com equipas, com a Câmara Municipal, com parcerias, for detetados locais onde elas estão e forem efetivamente atacadas e forem, não é cortá-las, é efetivamente arrancadas e há-de haver outro tipo de controlo de entendidos, que não é o meu caso, nós poderemos evitar a contaminação do resto do Município, podemos praticamente conseguir erradicá-las no nosso Município e evitar que entrem em Anadia, porque se nós entrarmos em Anadia elas quase não se veem. Na Mealhada eu não vi nenhuma. Nas zonas onde andei, Oliveira do Bairro também não vi. Chega-se a Coimbra já há bastantes. Portanto, Sr. Presidente, naturalmente isto não é uma responsabilidade só sua, isto não é uma coisa que seja culpa de ninguém particularmente. Agora nós podemos ficar a olhar e dizer, bom, isto é muito difícil, elas vão com o vento e por aí vão, pronto, agora é esperar que elas cheguem à Serra da Estrela, ou podemos ter um plano de ação. Eu sei que o Município teve atenção em alguns momentos, o que é a nossa proposta é que haja um verdadeiro plano integrado e que seja feito um combate mesmo sério durante o próximo ano, de forma a que no nosso Município, tendencialmente, elas não existam, é que depois o seu combate será muito mais simples a partir daí. Bom, a população compreenderá bem, porque temos o problema dos jacintos, que são também uma invasora na Pateira de Fermentelos. E eu faço ligação a uma outra coisa, Sr. Presidente, que não deixa de ser simbólica, mas não deixa de ser simbolicamente muito triste que numa das rotundas da entrada da cidade e nós referimos isto e já houve outro partido antes de nós que referiu e de facto, a rotunda ali do Ninho d'Águia tem uma erva-das-pampas ali toda bonita, toda frondosa, a espalhar as suas sementes, cultivada pelo Município e o Município quer erradicar uma determinada espécie que depois planta numa rotunda. Eu sei que o Bloco de Esquerda já disse isto para aí há um ano ou dois. Nós também já dissemos. É mesmo esquecimento, é teimosia, o que é que se passa? Porque é que aquele espécime que ali está não é arrancado, não é retirado? Ainda mais o terreno depois em frente já está cheinho delas, se calhar parte delas são sementes daquela que ali foi plantada. E portanto, o simbolismo não resolve, não é aquela específica erva-das-pampas que está a contaminar todo o Município, mas naturalmente, quer dizer, é a mesma coisa que nós agora temos um curso de água nosso, ou termos uma coisa assim ligada ao resto da natureza, porque o que ali está esvoaça e vai por aí fora e metermos lá uns jacintos de água da Pateira. Porque são, eles são bonitos, acreditem, eu acho os jacintos de água muito bonitos. Há todos os outros problemas e eu sei que o Sr. Presidente é sensível a isto e, portanto, , tem o nosso apoio político, porque muitas vezes as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

populações, se bem que eu acho que francamente até entendem tudo isto muito bem e queriam um bocadinho mais de nós. Por outro lado, bem vimos as verbas que existem ao nível do combate aos incêndios, ao nível da proteção civil, são fundamentais, a Câmara tem feito um trabalho neste aspeto, as Juntas também, as corporações também. Às vezes há uma certa poluição visual aqui, que não é só a sonora, a poluição visual também incomoda um pouco. Bom e de facto, Sr. Presidente, o que não vemos é nenhum tipo de verbas relacionadas, fortes, ao nível do controle florestal, ao nível da própria transformação da nossa floresta. Bem sabemos que há pequenos projetos, até que são sempre chamados de projetos-piloto, nós depois estamos à espera do resto da tripulação, não é? Que são projetos de colocar aqui e acolá alguns hectares de floresta autóctone, todos nós gostamos, os carvalhos demoram dezenas de anos a ganhar robustez, os sobreiros a mesma coisa, mas fica-se muito por ali, por aquele ponto simbólico, dá uma boa inauguração numa determinada aldeia mais isolada, mas em termos estruturantes e volto a dizer o Partido Socialista da Águeda continua a querer que sejamos os campeões do eucalipto, é que nós queremos ter mais eucalipto que todos aqui à volta, mas achamos que temos tamanho suficiente para também conseguir ter outra floresta que nos torne mais resistentes ao fogo, que nos crie outro valor económico, que nos crie outro valor ambiental. E, portanto, gostaríamos que o orçamento também contemplasse outro tipo de intervenção em termos ambientais. E agora, por curiosidade, porque estava a olhar, talvez Sr. Presidente da Assembleia, não me levará a mal o reparo, mas foi porque olhei e me lembrei, talvez também estivéssemos na altura de voltar à altura pré-Covid e deixar de ter o plástico todo que aqui temos nesta Assembleia Municipal, que depois evitará de ser reciclado e poderíamos voltar a ter as bilhas de água que sempre aqui conheci até à pandemia. E este exemplo, acreditem que se olharem aos ritmos da Câmara Municipal, poderá aplicar-se esse exemplo noutros pontos. Bem sei do vosso comprometimento, fica só este alerta. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado António Mascarenhas, por favor.-----

-----**António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas – PS:**-----

-----”Boa noite Sr. Presidente da Assembleia, respetiva Mesa, Sr. Presidente da Câmara, a respetiva Mesa, Deputados. Dou os meus parabéns por um orçamento ambicioso. Espero que possamos, neste próximo ano ter passeadeiras juntos às escolas, que possamos ter a pala do auditório em Fermentelos finalmente concluída, há mais de quatro anos que foi deitada abaixo, que possamos ter equipamentos de segurança contra incêndios nas escolas que não estão conformes, possamos ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

planos de emergência nas escolas para que os nossos alunos possam realmente viver em segurança. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado António Mascarenhas. Srs. Deputados, mais alguma intervenção? Sr. Deputado José Vidal, por favor.-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----”Sr. Presidente, continuando a intervenção por áreas, aparece-nos lá também na educação, operacionalização da Carta Educativa. Ora, para operacionalizar a Carta Educativa, tem que existir a Carta Educativa. E os nossos Vereadores ainda não nos receberam, nem foi apresentado de nenhuma forma nem foi aprovada, nem foi discutida, nem foi debatida. Portanto, espera-se que esta operacionalização seja primeiro a apresentação o mais rapidamente possível, visto que já passaram mais que dois anos sem carta educativa. Depois temos o Segundo Congresso de Saúde Mental, o que achamos bem, o que nós não sabemos, mas pode ser ignorância só nossa, se houve algum resultado disso e gostaríamos que fôssemos informados, pelo menos em reuniões de Câmara, quais foram as conclusões do primeiro congresso? Se há um congresso, há iniciativas, há que operacionalizar, um plano de saúde mental não sei se existe ou não, mas portanto é uma situação a considerar. Depois temos o apoio às Freguesias. Em termos orçamentais, eu não compreendo muito bem como é que aquilo é dividido, porque também não vem lá quanto é que é transferido do Estado para as Freguesias para sabermos realmente quando é que a Câmara transfere de si própria para as Freguesias, portanto, está lá só dois milhões de euros. O que está um bocadinho esquisito, Sr. Presidente, mas é um lapso certamente, é nas transferências para as Freguesias, no apoio às Freguesias, o Sr. Presidente junta cinquenta e dois mil euros para o Boletim Municipal. Portanto, está lá como um apoio às Freguesias. Portanto, é um apoio que vos é feito para poderem ler o Boletim Municipal, consta também nos dois milhões e cinquenta e dois mil euros, mas isso é um lapso, certamente. Depois temos uma parte aqui, Sr. Presidente, que eu gostaria de ver esclarecido, que era a questão das residências artísticas. As residências artísticas são projetos alternativos, são feitos por grupos e para isso, Sr. Presidente, contrata uma empresa há vários anos. A empresa *Improvise And Organize - Associação*, é contratada há vários anos e estranhamente Sr. Presidente, é um bocado estranho. Isso aí gostaria que houvesse mesmo uma explicação. Vinte e dois mil euros para a associação e depois um contrato com a Presidente da associação de mais dez mil euros para fazer a mesma coisa. Coordenação, planeamento, execução, portanto há o âmbito mais alargado ou menos alargado. Portanto eu sei que é uma questão que deve ter a ver com impostos, ou que a associação não pode pagar, se lhe der os trinta mil euros à associação não pode transferir os dez mil euros para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

a sua Presidente porque é ilegal. Há aqui qualquer coisa, mas não deveria ser feito assim, portanto. E mais, em datas diferenciadas, foi à reunião de Câmara, logicamente, o apoio à associação, não foi à reunião de câmara o contrato feito com a Presidente dessa associação. Mas é só uma questão para ver. Depois temos uma coisa que o Sr. Presidente da Câmara nos informou na reunião que teve, que é a recuperação da Estação Arqueológica do Cabeça de Vouga, com a aquisição de terrenos para recuperação e redimensionamento de vias e que depois também, com alguma aposta no futuro, não será já no próximo ano, portanto de recuperação e de disponibilização daquele centro histórico para a vivência das populações. No âmbito aqui das atividades também educativas, temos também a bicicleta, o projeto “Bicicleta vai à escola”. Só que vai a uma escola perto, Sr. Presidente. Sr. Presidente, isso é uma bicicleta que vai andando, vai andando um ano, vai andando dois anos, vai andando três anos e não sai de Águeda Sul. Não há escolas em Valongo, Macinhata, Arrancada, Trofa, não há. Portanto, o projeto é só mesmo para Águeda Sul, que é para aquele lado. Não é altura e um projeto global, um projeto destes, é para todos os alunos do terceiro ano de todo o Concelho. Há vários miúdos do terceiro ano que não tiveram isto, portanto o projeto só chega a um sítio e tem que chegar a todos. Aqui também deve ser engano. Apoio às atividades seniores, tem três mil euros para equipamentos, dois mil euros para contratação de serviços depois tem cento e sessenta e seis mil euros para as piscinas. Apoiamos os seniores com as piscinas. O projeto, cento e sessenta e seis mil euros para as piscinas. Portanto o projeto das piscinas está no apoio aos seniores. Portanto aqueles todos que têm mais de sessenta e cinco anos, têm lá o projeto das piscinas. Estamos a apoiar com duzentos mil euros as atividades seniores. Mas deve ser uma questão decolocar as rubricas no sítio certo, também admito esse engano. Depois temos o Centro de Artes, setecentos e setenta mil euros. Com trezentos mil euros de despesas constantes, quatrocentos e setenta mil de programação, com uma programação que depois até vem também no registo os vários espetáculos, portanto, pode-se dizer que temos uma boa programação para as pessoas que se interessam por isso, ou por aqueles públicos alvos, com uma boa utilização do Centro de Artes e que gastamos setecentos e setenta mil euros. Depois temos o desenvolvimento do tal plano municipal de saúde, que não existe; o desenvolvimento do plano municipal de envelhecimento ativo, que não existe; o plano municipal para a igualdade que não existe; o centro local de apoio à integração, existe um centro local de apoio à integração, não é criado, Sr. Presidente, não tem é verba, portanto é um centro que vai gastar zero no próximo ano. Depois temos o plano municipal de integração de migrantes que também não existe, mas que irá, pelo que eu percebi, ser feito, ser aprovado ao fim destes três anos. Temos, por último, a questão das baixas execuções, o Sr. Vice-Presidente já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

explicou e quanto a mim bem, porque eu não percebo nada disso, oitenta milhões, mas vinte, desses oitenta são vinte milhões para o Águeda-Aveiro, portanto que normalmente temos rubricas abertas, porque estamos à espera de muitas candidaturas. O nosso problema é só mesmo opções, um plano e orçamento são opções. E o Partido Socialista não terá estas mesmas opções porque o Partido Socialista gastaria certamente, de bom grado novecentos mil euros de apoio direto ao comércio. Não é indireto, era direto, com medidas de apoio familiar, com aquela medida de mil euros por ano para cada pessoa que nascesse até aos três anos. Portanto são medidas objetivas, diretas, inovadoras, que rasgam e que não é sempre as mesmas medidas do apoio indireto ao comércio local, com trinta e cinco mil euros para prémios, com mais quinhentos ou seiscientos euros no Natal, etc. e portanto as opções seriam certamente outras, a parte orçamental nem sequer discuto, o orçamento participativo que investia diretamente quinhentos mil euros nas Freguesias, Srs. Presidentes de Juntas, eram investidos no tempo do PS quinhentos mil euros nas Freguesias. O orçamento participativo passou a zero, depois passou a vinte e cinco mil euros não foram executados. Finalmente, fomos informados que ia haver uma nova forma de orçamento participativo, portanto, logicamente, com umas novas temáticas, com uma forma de contra para 2024 ou 2025, mas não há porque o orçamento é zero. Portanto, vamos ter uma execução 100% porque vamos executar zero. Era das poucas coisas que nós tínhamos a certeza que eram investidas nas Freguesias, porque essas aí não tinham que ser pedidas, eram quinhentos mil euros ano. Era exagerado? Era capaz de ser exagerado. Nós propusemos aqui que houvesse uma verba, uma redução para duzentos mil, duzentos e cinquenta mil, propusemos que fossem alteradas as temáticas, a forma de participação das pessoas, porque houve muita batotice, houve muita trifulhice, houve mesmo ilegalidades. Portanto, a forma já está visto que não era aquela, mas os temas poderiam ser outros e a organização do projeto. Este Executivo resolveu uma coisa, simplesmente abandonar a ideia da participação. Falando em participação, que é um dos pilares, é a participação cívica. Um dos pilares, escrito por este Executivo, é a participação cívica. Que começa assim, “Pilar fundamental”, portanto os outros eram estruturantes, este é fundamental. Disponibilizar nas plataformas digitais todos os projetos municipais. Se formos ver, como por exemplo Matosinhos, obras, prazos de execução, custos, os diagnósticos social- é verdade, diagnóstico social também ainda não existe, mas qualquer dia vamos fazê-lo. Planos. Isto é um pilar fundamental que vem para 2024 deste Executivo. Nós concordamos com isso. Não tem é lá nada, mas nós vamos concordar com isso. Outro, tornar públicas todas as reuniões do Executivo para que haja maior participação das pessoas. Sr. Presidente, só falta pôr a transmissão das reuniões de Câmara, que ainda me disseram que nas últimas houve lá



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

umas coisas e tal, mas disseram-me. Ninguém consegue participar, ninguém consegue lá ouvir. Só o Sr. Presidente e o PSD é que conseguem, não sabemos como, eles nem lá estão, mas conseguem. Portanto, isto é, o que nos levaria só este ponto e é aqui que começa a transparência, só a não transmissão das reuniões de Câmara nos levaria e sendo isso um pilar fundamental e a não existência destas plataformas na Câmara, nos levaria a votar contra, logicamente que o nosso voto desta vez nem será abstenção, como já foi umas vezes, neste momento será contra. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Srs. Deputados, mais alguma inscrição antes de passar a palavra ao Sr. Presidente? Mais nada. Sr. Presidente, por favor.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----”Muito obrigado, Sr. Presidente. Procurando dar algumas respostas, queria dizer ao Sr. José Vidal, antes, agradecer muito ao Miguel Oliveira porque tocou aqui numa questão absolutamente essencial, este é um orçamento de quem ganhou as eleições. E nós estaremos sempre disponíveis e dispostos a aprender com todos, estamos dispostos a ouvir todos, mas não abdicamos daquilo que efetivamente queremos fazer e do rumo que traçamos para o nosso Concelho. Fica absolutamente claro. E portanto evita de vir aqui propagandear muitas vezes que fazia, que fazia, que fazia e passar literalmente uma esponja do lado, do tempo, desde o tempo em que estava, curiosamente, diria que do lado da situação, porque nessa altura havia muitas coisas que não se faziam ou que se faziam exatamente assim e o senhor estava de acordo. Não vale a pena porque era assim mesmo. Queria dizer uma coisa muito simples. O senhor até pode dizer e eu compreendo e há uma coisa que digo-lhe desde logo, faço mea culpa. Eu digo, mas digo com total convicção, que não consigo fazer tudo, em todo lado e ao mesmo tempo. Não consigo. Há muita coisa que eu queria fazer, que nós queríamos fazer e que não está aqui, porque temos que perceber, por um lado, até onde é que a questão financeira dá, por outro lado, a disponibilidade dos nossos recursos humanos. E, efetivamente, acredite que eu para além disto e de tudo aquilo que nos propomos fazer, naturalmente coloco aqui uma série de questões que podia e gostava de desenvolver também. O difícil é dizer o que é que eu retirava para colocar destas do que cá temos. Aí é que é o difícil, mesmo até em questões de obras. Acredite numa coisa, temos ideias de obras para muitos anos. Elas não se esgotam rigorosamente nada em tudo aquilo que aqui está. Não tenha dúvidas que temos. Agora, temos que ser realistas e fazemos um orçamento e um plano de atividades que todos dizem que se calhar é inflacionado. Para quem conhece alguma coisa da execução dos Municípios, percebe uma coisa muito simples, eu vou-lhe dar um pequeno exemplo só para nós termos noção. Nós tivemos uma obra há uns dias que teve o visto de Tribunal de Contas. Nós celebramos o contrato no dia 28 de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

março e tivemos o visto de Tribunal de Contas no dia 10 de novembro. Não tenho que me queixar, é o tempo do Tribunal de Contas. O visto veio quer dizer que o procedimento foi completamente correto. E durante este tempo todo eu tenho um conjunto de verbas paradas porque eu não posso dar execução à obra. E eu podia ter gasto, podíamos ter feito a obra andar, até lhe digo mais, é que agora o empreiteiro diz-me o seguinte, mas eu agora quero uma revisão de preços. Percebe? E tem direito. E eu percebo. Em março custava X e agora ele não consegue fazer pelo mesmo preço. Mas é a lei e percebo que são as questões com as quais eu tenho que viver. Agora sabe uma coisa? Esta obra que eu não fiz e queria ter feito está aqui no orçamento e no fim não vai aparecer nas contas, porque eu vou efetivamente conseguir executar essa obra no ano que vem. E nós temos que reparar e olhar para estas coisas todas e percebermos o que é um orçamento. Estava há um bocado aqui a falar baixinho e disse “ no próximo ano, se calhar pomos aqui uma verba que é, uma verba a dizer ação de formação para ler um orçamento e para percebermos um orçamento. E um orçamento é, indiscutivelmente, um plano de intenções. Há aqui coisas que nós vamos fazer que se calhar não estão aqui e que durante o ano inteiro vai surgir a oportunidade e nós vamos querer fazê-las. E algumas delas virão a esta Assembleia para fazermos orçamentos retificativos. E esta é a vida por uma razão muito simples, é que nós não estamos aqui numa fábrica que faz, por exemplo, parafusos. Porque senão eu aqui podia, conseguia estimar que tinha uma capacidade de fabricação X, era otimista, tudo muito bem, mas era essa que fazia e não ultrapassava aquilo. Não. Nós aqui fazemos de tudo. E, inclusivamente, há uma coisa que nós temos que estar atentos é a atenção permanente. Sabe uma coisa? Abriu há dias, esta semana que passou, um concurso do PRR onde apareceu e foi a última obra que entrou , a unidade de saúde de Barrô. Estávamos em velocidade cruzeiro a executar o projeto, passou tudo à frente, porquê? Vamos ter financiamento do PRR, está lá. E sabe, quinze dias antes é que eu tinha garantido que isto entrava no aviso. Quinze dias antes. O ano passado, quando fiz o orçamento, não tinha a mínima ideia, nem tinha qualquer perspetiva de, em nome do Município de Águeda, conseguir incluir esta obra. Apareceu-me uma oportunidade, não hesitei, já lá está. Muito obrigado ao Sr. Ministro, porque efetivamente deu indicações e as indicações que deu e que me confirmou que ia dar aqui estão, bem representadas na questão da oportunidade. E é esta atenção permanente que nós temos que ter. Isto para lhe dizer o seguinte, nós não fazemos tudo e também não fazemos tudo bem. Volto a dizer e digo muitas vezes, o medo de não fazer completamente bem ou até mesmo de falhar não nos paralisa. Nós já percebemos que temos que avançar e é exatamente este caminho que nós estamos a fazer de uma forma sistemática. Agora o que às vezes nos incomoda é que há duas ou três coisas ou quatro ou cinco no meio destas coisas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

todas, que quando nos dizem que estamos a fazer mal, curiosamente nós sentimos que estamos a fazer bem, muito bem até. Mas é natural, quando nós temos a convicção de que estamos a fazer bem, aparece alguém a dizer-nos que não, não é nada disto. Desculpe. A gente até fica assim um bocadinho incomodado, se calhar ficamos com a ideia de que este tipo não percebe nada. Pronto, também não é o caso. O que está a dar é apenas e só a sua opinião. Agora, também lhe queria dizer outra coisa que é interessante. É que este facto de não fazermos tudo, permite-nos também, de alguma forma, perceber que qualquer um outro a fazer este orçamento teria aqui nuances diferentes. Mas não tenho dúvidas nenhuma que muitas coisas estariam cá. Muitas estariam, com toda a certeza. E mal de nós se não estivessem. Mas muitas destas coisas também representam muito trabalho, muito sentido de oportunidade e, portanto, têm mesmo que aqui estar. E cada uma que aqui está é uma opção. E isso quer dizer uma coisa simples, toma o lugar de outra. Porquê? Porque esta coisa não é tão elástica como a gente gostava que fosse. Há algumas coisas que fazemos e fazemos muito bem. E vou-lhe falar exatamente na habitação. Elegemos, para este mandato, a habitação como uma questão prioritária para nós. Mas em momento nenhum dissemos que nos iríamos tornar empreendedores imobiliários e que iríamos fazer concorrência, começar a fazer prédios a vendê-los ou ainda mais, pior do que isso, fazermos aqui mesmo uma quantidade de prédios que depois não sei muito bem como é que faria. Eu não sei se sabe, mas é importante percebemos todos que a Câmara Municipal, a habitação que possuir, porque nós não temos nenhuma empresa municipal, é apenas e só para habitação social. E, nós percebemos que quem precisa mesmo a sério de habitação são as pessoas que querem comprar a sua casa, fruto do seu trabalho e que nós precisamos de lhes proporcionar preços módicos, que sejam capazes de pagar. Daqui a um bocado temos ali os técnicos e até me custa naturalmente vê-los ali, porque há uma questão essencial e que nós precisamos mesmo de aprovar com toda a rapidez, uma alteração à revisão do PDM, que mais importante até do que uma questão de solos e de classificação de solos, que é inerente à própria lei, tem um conjunto de alterações ao regulamento que são absolutamente essenciais para avançarmos com um conjunto grande de projetos que temos aqui. A outra coisa que eu lhe digo é que não faz ideia o trabalho que temos feito, no sentido de chamarmos para Águeda gente que venha construir casas e algumas delas, digamos que a preços controlados, outras que o Município possa comprar para arrendamento. É este o caminho que estamos a escolher. Eu estou com uma tranquilidade muito grande porque sei exatamente o que é que temos em carteira. Sei exatamente que aquilo que nós vamos votar daqui a um bocado, que espero que votemos daqui a bocado, aquilo que representa para muitas desses projetos, é o ponto de partida absolutamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

essencial para podermos fazer. Porque tínhamos aqui uma série de questões, que na altura em que foram feitas, julgadas como muito corretas, mas que eram uma atrofia enorme para um conjunto de projetos e que nos tornavam absolutamente desinteressantes. E nós vamos ter tudo isso. De tal ordem que estou absolutamente convencido que muito em breve nós todos vamos sentir que a questão da habitação está a mexer fortemente no nosso Concelho. Atenção, a Câmara também vai fazer a sua parte. Mas a nossa estratégia local de habitação está muito vocacionada para isso. Reparem, nós temos, por exemplo, em São Martinho, uma urbanização que é da Câmara. Está lá uma casa construída, nós precisamos de mobilizar e começarmos efetivamente a mexer, mas não é de agora. Essa urbanização está lá muito provavelmente há perto de trinta anos. Percebe? Nós temos aqui um conjunto de urbanizações que ficaram paradas por questões, nomeadamente, do tempo da crise. É importante ir buscá-las, porque tem um conjunto de infraestruturas que ficam sempre muito mais baratas, do que fazer tudo de novo outra vez e manter abandonado um património que já é património. Algumas daquelas infraestruturas inclusivamente foram entregues ao Município. Diz-me, para nada, porque não vive lá ninguém. Nós conseguimos já desbloquear um conjunto de situações à volta destas urbanizações, que são extraordinariamente interessantes e que nos vão potenciar indiscutivelmente a habitação que aqui temos. As ARU, aquela legislação toda sobre as áreas de regeneração urbana. Fazemos nós ideia do desafio que neste momento se coloca às pessoas que têm estas casas devolutas, abandonadas? É um tempo de oportunidade. E nós estamos a passar toda esta informação complementada com a nova legislação e, sobretudo, como tornarmos Águeda interessante. E posso-lhe dizer uma coisa. Estou em condições de lhe dizer, este é o AgitÁgueda, este é o nosso dinamismo empresarial, este Natal de Águeda, esta imagem positiva que a Águeda tem, está a chamar gente e também está a chamar empreendedores. E alguns vão ficar interessados, vai ser interessante percebermos quem eles são. Por uma razão simples, pessoas, entidades que estão dispostas a investir no nosso Concelho e efetivamente a retirar-nos do marasmo. Quem sabe se daqui por um dia destes não temos finalmente e ao fim de muitos anos, uma rua nova em Águeda. Quem sabe? Veja bem, se calhar há décadas que não há uma rua feita de novo em Águeda. Um dia destes é capaz de haver. É esta dinâmica que nós fazemos. Portanto, quando me diz que devia ser por ali, nós estamos a ir por acolá, e peço-lhe desculpa, mas nós, provavelmente, poderíamos e deveríamos e eu tinha toda a vontade, até porque vocês, toda a gente, sabe que eu gosto muito e muito de explicar. Eu até perco demasiado tempo a explicar muitas vezes, eu até sou demasiado minucioso nas explicações que dou acerca de tantas coisas, mas lamentavelmente nós, a nossa vida e sobretudo o frenesim que é esta vida não nos permite isso. Acreditem que não é um assunto que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

tenha posto debaixo do tapete, muito menos no fundo da gaveta. Não, está na primeira linha das nossas preocupações e estamos indiscutivelmente a lutar por elas. E, rapidamente, só para vos dizer mais duas ou três coisas. Relativamente à saúde e ao plano estratégico. A minha pergunta era, eu podia ter todos os planos, mas como é que eu executo com a falta de médicos que há? Eu gostava e até, aliás, estou admirado, como é que o assunto do encerramento das nossas urgências, das cirurgias, das urgências cirúrgicas no Hospital de Aveiro, como é que não foi tema aqui hoje? É um drama para nós. Que raio é que se está a passar? O que é que acontece? O que é que é isto que se está a passar no nosso país? O quê? Achamos e aceitamos por percebermos que no país são praticamente todas as urgências que estão um caos? Precisamos claramente disto. Agora, fala-me, vai-me aqui falar do plano estratégico da saúde? Eu faço, mas depois falta-me o essencial. Outra coisa que venho aqui dizer é o seguinte. Há aqui uma série de obras estruturantes que já cá estavam em anos anteriores. As obras estruturantes, algumas delas, naturalmente que nós temos que as começar a pensar, a desenvolver projetos e depois colocá-las em curso. E muitas delas, como bem sabem, não se fazem num ano e, muitas vezes elas passam, aliás sempre passaram. Não me parece absolutamente nada inusitado. Já agora, no final, falou-nos aqui da Carta Educativa que está a ser executada e não há dúvidas nenhuma. As questões do congresso, não sei se a Sra. Vereadora quer explicar alguma coisa relativamente a essa matéria, mas penso que não é relevante relativamente à questão, pode ficar claramente para outra altura, porque não é relevante face à questão do Orçamento e Plano de Atividades, na questão do apoio às Freguesias. O apoio às Freguesias continuamos a disponibilizar às Freguesias um apoio ao nível do que melhor se faz nos Concelhos. E não tenham a mínima dúvida relativamente a essa matéria. E continuamos a fazê-lo e vamos continuar neste ano. Há um conjunto de obras que vamos, estou absolutamente convencido, iniciar fisicamente este ano que vem, nomeadamente em Asseguins que é na Freguesia de Águeda, mas não é o centro da cidade e por isso é que eu falo aqui, em Valongo, no centro educativo de Valongo, o centro cívico de Valongo. Estou a falar do posto médico naturalmente de Barrô, estou a falar de um conjunto de obras que nós vamos ter e obras em Fermentelos visíveis e fortes e grandes e muitas outras, por muitas outras Freguesias. Nomeadamente há uma coisa que parece que também estamos a acabar neste momento, está mesmo a terminar, uma enormíssima obra que nós fizemos, enormíssima tanto em extensão como em valor, como em interesse para a Freguesia em Aguada de Cima. Estou-me a lembrar da famosa variante da Canada, que andámos aqui décadas a discuti-la. Décadas a falar nela. Porque há muitas coisas que lá estavam atrás e que tinham muito interesse. Mas que também passavam de orçamento para orçamento e nunca tinham sido feitas. Mas isto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

cabe-nos a todos lembrar-nos destas coisas. Relativamente ao apoio direto ao comércio que nos fala aqui eu poderia dizer o seguinte, então se nós estivéssemos a injetar dinheiro diretamente no comércio estávamos a tornar o nosso comércio apenas e só subserviente, em vez de termos qualidade era qualquer coisa, eu diria que estávamos a dar o peixe em vez de estarmos a dar a cana, como nós estamos a fazer, indiscutivelmente, com a promoção de um território. E tantas outras coisas que podia dizer. Olhe, também venho aqui dizer que gostava muito de ter elencado os prazos de execução que estão todos em dia nesses Municípios que referiu. Eu posso-lhe dizer que neste momento estão em dia os prazos de obras públicas, as obras só nos Municípios onde há, onde não existem, ou há muito pouco, porque efetivamente com todos os presidentes de Câmara que eu falo, é um drama que nós temos a questão dos prazos para concluirmos as obras, porque é fruto da falta de mão-de-obra, fruto da dificuldade que há no fornecimento de equipamentos. Estou-me a lembrar, por exemplo, do centro de interpretação do Rio, houve uma dificuldade de fornecimento dos aquários que lá serão colocados. Está-nos a obrigar, naturalmente dilatar o prazo da obra,, porque, efetivamente, o fornecedor dos aquários vai demorar pelo menos mais cerca de 30 dias. E não há volta a dar. Todos percebemos que a obra não pode ser concluída sem colocar os aquários dentro. São estas questões que nós todos temos aqui que ponderar. Relativamente à questão do Alexandre, ele fez aqui um conjunto de alertas para coisas que estão no orçamento e que estão bem, agradeço. Depois, o Miguel Oliveira, além do que disse, também penso que não há aqui nenhuma questão subjacente. Relativamente às questões colocadas pelo Paulo Tomaz e que tenho muito gosto em responder. Em primeiro lugar, o mercado. O mercado está em execução, as obras não se veem por cima dos taipais, estamos a trabalhar muito nas fundações e na parte estrutural. Eu diria que mais alguns meses, semanas, poucas, teremos a implantação da estrutura e depois toda a gente já fica a perceber, a ter uma ideia da obra que estamos ali a construir. A questão dos sete milhões é outra coisa que nós todos precisamos perceber, quando ele disse que não será esse o valor. Nós temos trabalhos contratuais que não serão realizados. Nós temos, inclusivamente, trabalhos contratualizados já, como trabalhos complementares, que não foram gastos na sua totalidade. Para nós termos determinadas despesas em determinadas rubricas, há algumas que não são executadas, mas estão cabimentadas e por isso é que até à conta final estão naturalmente em orçamento. É esta a questão.

E depois, eventualmente, pode haver e naturalmente que haverá, revisões de preços. Mas temos financiamentos garantidos, nomeadamente para o Portugal 2030, que passámos e vamos continuar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

ter financiamento assegurado. Relativamente às responsabilidades, neste momento, quem está a tratar disso é a empresa com que temos assessoria jurídica, no sentido de, efetivamente, fundamentar e, claramente, que, tal como eu tenho dito, as responsabilidades são para pedir aos projetistas. Estamos aqui a falar de dois casos, de dois projetistas. Nós temos um gabinete de projetistas e um revisor de projeto, que na minha ótica falharam os dois. Naturalmente, com o relatório do novo projetista, com esse relatório a fundamentar os erros e a evidenciá-los, é exatamente dessa forma que vamos colocar as questões. Em termos de prazo e há um erro de projeto, claro, não há dúvida. Havia erros graves no projeto e já o dissemos e volto a dizer, o mais estranho é que a primeira obra que me lembro que o Município fez com projetista e revisão é logo aqui que acontece. O que quer dizer que até muitas vezes é obrigatório e é dado legal nestas obras maiores de fazermos revisão, afinal de contas dá no que dá. Eu acho que é fundamental, esta obra vai servir com toda a certeza de lição de muitos gabinetes que fazem revisões e que podem de alguma forma não estar a ser tão zelosos quanto deviam. A questão da floresta, temos que perceber claramente como é que funciona a nossa floresta e, sobretudo, uma novidade que nós temos desde há algum tempo, que tem a ver com as áreas geridas pelo ICNF, que eram as áreas dos perímetros florestais, foram agora entregues às Comissões de Baldios. Já começamos a ver algum trabalho estruturado e isso penso que de alguma forma vai ser qualquer coisa de bom. Até aqui tudo o que a floresta produzia nessas áreas, e estamos a falar de áreas muito grandes do nosso Município, era dividido entre as Comissões de Baldios, que depois naturalmente canalizavam para a Juntas Freguesia, 40, 60% e o outro 40% ficava no ICNF. Aquilo que era reinvestido na floresta, eu diria que é invisível. Neste momento, percebe-se, já com a possibilidade das Comissões de Baldios poderem investir, estamos a verificar que começa a haver intervenção, espero que seja um sinal bom para essas áreas florestais. No resto, o Município naturalmente que tem em curso e sobretudo aquele equipamento que nós comprámos e que neste momento está nos bombeiros, curiosamente eu hoje estive a ver o planeamento dos caminhos que vão ser intervencionados por essa máquina no próximo ano e é incrível, eu diria que está em todas as Freguesias que têm áreas florestais assinaláveis e estamos a falar de uma parte, portanto é o segundo ano de intervenção e já é muito denso o nível de caminhos que nós vamos intervencionar. Temos previsto fazer dois pontos de água de grande dimensão, um na Freguesia do Préstimo, outro na Freguesia da Agadão. E, naturalmente, continuamos com a gestão do nosso PDM, do nosso Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios que, como sabem, é um instrumento de gestão do território, mas sempre com estas questões, porque estamos num território em que a pequena propriedade causa-nos grandes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

constrangimentos. A tentativa de comprar terrenos, já a Câmara o fez aqui há uns anos e viu-se que não resulta porque as pessoas nem por aí vêm e, portanto nós nunca conseguiríamos fazer intervenções capazes em pequenas áreas intervaladas por essas propriedades. E volto a dizer, os próprios cadastros, vamos ver o que é que resulta agora do registo do BUPI, é uma tentativa boa, mas é uma coisa absolutamente fantástica, o número incrível de proprietários que nós temos, de parcelas micro, pequeninas, enfim, o cadastro eu diria que é um sério problema à regularização da nossa floresta. Relativamente à questão das invasoras, queria-lhe dizer que nós andamos, efetivamente, diligentemente a tentar tratar, ou pelo menos conter invasoras, a começar pelos jacintos, a erva pinheirinha, uma outra que tem um nome muito esquisito que existe no Cértima e que nós também temos e inclusive conseguimos um financiamento para tentarmos o seu controle, porque nestas coisas da erradicação é muito difícil. As mimosas, que é uma coisa incrível e que em todas as intervenções, nas margens do rio, estamos a fazer um ataque maciço, mas elas estão disseminadas no território e não só em Águeda, é no país, estão completamente disseminadas e também são muito más. A questão da Vespa Asiática, eu queria lhe dizer que ontem mesmo, numa conversa que tive com o nosso coordenador da Proteção Civil, já temos neste momento mais de mil e duzentos ninhos de Vespa Asiática desativadas este ano. É uma coisa incrível, isso só aumenta. É uma coisa que não se cinge às fronteiras do Município. Eu diria que falta uma ação integrada que a Direção-Geral da Veterinária, neste caso deveria tutelar e dar orientações e, sobretudo, ser à escala nacional, porque isto é um problema nacional crítico. Há outra vespa que nós também temos e que andamos também a tentar controlar, que é a vespa das galhas do castanheiro, que os nossos castanheiros tem sofrido e de que maneira. A erva-das-pampas, tem razão relativamente à da rotunda, ela vai sair, com toda a certeza, mas ontem também vi aqui num sítio muito interessante de Águeda, elas também têm uma função decorativa, estão lá com uma função decorativa e no sábado à noite, quando ia sair olhei e acredito que já lá fui muitas vezes e foi a primeira vez que a olhei com olhos de ver porque elas estavam agora com aqueles tufos grandes e eu disse, isto tem muita pampa por aqui realmente. E pronto, efetivamente as pessoas continuam a fazer isto, continuam a fazer este tipo de utilização e tem razão que há aqui um conjunto de vias principais, nomeadamente o nosso IC2, que me leva a ver e a pensar qual é a forma de disseminação disto e qual é o papel que os veículos têm nestas coisas. Não sei se já repararam, mas quem vai na A25 de Albergaria por ali fora e até mesmo mais para diante, elas lá estão. Não sei se são os camiões que vêm do lado do Porto de Aveiro ou qualquer coisa que vêm enfeitados com elas, não sei. São imensas isto já não é fácil. Isto já não é fácil. E relativamente ao Deputado Mascarenhas, dizer-lhe que esteja tranquilo, a pala, o Sr.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Presidente da Junta de Fermentelos tem todas as orientações para poder avançar com essa questão, tanto quanto sei estão a avançar e,, se não respondi a alguma coisa, naturalmente faça-me a questão depois terei todo o gosto. Uma nota já agora relativamente ao Centro de Artes. Sr. José Vidal, há um aumento de duzentos mil euros porque há uma candidatura que nós fizemos de financiamento para o Centro de Artes, como ainda não está garantida, temos a mais, ou seja, se ela vier representa baixa na outra parte dos setecentos.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Já terminou, Sr. Presidente? Vamos então colocar o ponto à votação, por favor. -----

-----Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com seis votos contra do PS e seis abstenções, cinco do CDS e uma do PS, a proposta n.º 416/23 da Câmara Municipal das Grandes Opções do Plano e Orçamento, e Mapa de Pessoal do Município de Águeda para o ano de 2024.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Vou agora colocar à consideração, nós temos ainda vários pontos para apreciar. Essencialmente, temos três pontos, uma tomada de conhecimento e a informação do Sr. Presidente. Presumo que será difícil, que a Assembleia decida prosseguir até à hora limite regimental. Confesso-vos que com muito pesar da minha parte e vou-vos explicar porquê, tenho dois técnicos da Câmara Municipal aqui desde o início desta Assembleia para apresentar o ponto seguinte. E por este caminho de facto não o vamos poder fazer, o que será desgastante porque terão que cá voltar, mas eu honestamente também entendo que suspender os trabalhos apenas e aligeirar um tema que certamente os técnicos terão obviamente também o interesse em apresentar de forma condigna, não parece adequado. Este é o meu entendimento. Agora gostaria também de ouvir a vossa posição.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** A questão da fiscalidade naturalmente é inerente à questão do orçamento e não fazia sentido aprovarmos o orçamento sem termos a fiscalidade aprovada anteriormente. Como sabem, legalmente temos que dar prioridade ao orçamento, mas na indicação que eu tinha dos trabalhos este era o primeiro ponto. Por uma razão muito simples, volto a dizer, é absolutamente essencial nós fazermos a aprovação. Queria-vos dizer que temos ali os técnicos para nos fazerem uma apresentação prévia, isto trata-se de um assunto que foi discutido e largamente discutido e gostava que todos nós percebêssemos que é um assunto de toda a conveniência e estou a falar de conveniência para o Município e para, indiscutivelmente, a aprovação, que tem os pareceres técnicos de todas aquelas entidades e, portanto, não há nada aqui que possamos mudar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Podemos chumbar, mas não há nada que se possa mudar relativamente à redação que ali temos. Eu gostaria de vos pedir o esforço suplementar de tratarmos esta questão e gostaria muito que fosse esta e o ponto seguinte por uma razão simples, os nossos interlocutores estão à espera, naturalmente, de um telefonema a dizer que esta Assembleia aprovou o memorando de entendimento para a instalação daquela empresa cá em Águeda.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, sintetizando, o que quer dizer a esta Assembleia era que era de todo interesse que apreciássemos esses dois pontos hoje, é isso? -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Eram esses dois só. O três ponto quatro e o três ponto cinco.---

-----**Deputado:** ...que eu próprio tenho muita dificuldade, tive muita dificuldade em conseguir digerir, tendo em conta a quantidade de documentos, a complexidade, os diplomas legais que estão envolvidos, a variedade de assuntos que envolve e a densidade brutal de documentos que recebemos para analisar. Portanto, esse auxílio da apresentação é precioso. Agora tem um problema. Essa apresentação, para alguém que seja interessado, vai certamente suscitar dúvidas e vai suscitar pedidos de esclarecimento. Aliás, o objetivo é que as pessoas fiquem esclarecidas, presumo. Portanto, se o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Presidente da Assembleia entendem que é racional procedermos à análise agora, atendendo à necessidade, eu estou disposto a ficar cá mais um bocado. Se entenderem, inclusive, a fazer outra coisa, que se faça hoje a apresentação, se suspendam os trabalhos, para depois então nós, com calma, pensarmos em questões que podem ser colocadas, etc. e depois na nova reunião fazermos a votação do ponto, eu se calhar também acho que é preferível do que estarem a pedir aos técnicos para voltarem cá. Mas, atendendo ao apelo que o Sr. Presidente da Câmara acabou de fazer, à necessidade, à urgência... -----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, a questão aqui fundamental é para quando é que vamos fazer a segunda parte da Assembleia. Todos os que aqui estão têm possibilidades no dia de amanhã? Muito bem. Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, a Assembleia vai ficar suspensa e inicia-se amanhã às vinte horas e trinta minutos.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal suspende a primeira reunião da Quinta Sessão Ordinária, designando para sua continuação o dia cinco de dezembro de 2023, pelas vinte horas e trinta minutos, sendo que desta forma se consideram convocados todos os membros presentes, pelo que às zero horas e dez minutos do dia cinco de dezembro de 2023, deram-se os trabalhos por encerrados. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Aos cinco dias do mês de dezembro, do ano dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, teve lugar a segunda reunião da Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

3.4 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal da versão final da 2.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal e respetivo Relatório Ambiental;-----

3.5 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Reconhecimento de Interesse Público, de venda de terrenos e de Memorando de Entendimento no âmbito do investimento e implantação da empresa CITIC Dicastal no Parque Empresarial do Casarão;-----

3.6 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de retificação da Proposta n.º 240/2023, aprovada em reunião de Câmara Municipal de 22 junho de 2023 e na 3.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de junho e 3 de julho de 2023;-----

3.7 Tomada de conhecimento da deliberação de declarar a alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Águeda, por força da entrada em vigor da Alteração da Delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do Município de Águeda, a que diz respeito o Despacho n.º 9263/2023 (Diário da República, 2ª Série, n.º 175 de 8/09/2023);-----

3.8 Apreciação da informação escrita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Vamos, então, dar início à segunda sessão da 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda que teve início em 4 de dezembro de 2023. Permitam-me, antes de mais, saudar, obviamente, a Secretária da Mesa, os Srs. Deputados Municipais, o Sr. Presidente da Câmara, o restante Executivo, os Srs. Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia. Também o público aqui presente, os meus cumprimentos, a todos aqueles que nos assistem pela Águeda TV. Hoje não temos as técnicas do audiovisual. Ontem comunicaram a sua indisponibilidade para o dia de hoje, portanto, será uma lacuna, mas nada a fazer. Os funcionários da Autarquia, também, que colaboram com os serviços para o funcionamento desta Assembleia. No dia de ontem, terminámos no período da ordem do dia, no ponto 3.3, foi discutido e votado. Passamos, então, agora, ao ponto:-----

3.4 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal da versão final da 2.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal e respetivo Relatório Ambiental;-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----"Tenho conhecimento de quem vai apresentar, o ponto, será a Dra. Isabel Belchior que irá fazer de uma forma, vamos dizer, sintética ou por súmula, aquilo que será a proposta da Câmara Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

para a versão final da segunda revisão, a segunda alteração da primeira revisão do PDM. Entretanto, obviamente, ela estará presente, assim como, também, estará presente o Eng.º Luís Almeida, alguns esclarecimentos que, entretanto, forem sendo necessários, os mesmos poderão ir também explicando. Obviamente, que, também, o Executivo, o Sr. Presidente e o Sr. Vice-Presidente e os demais. Então, eu convido a Dra. Isabel Belchior, por favor, a tomar o lugar no púlpito para ir apresentando o ponto.”-----

-----**Dra. Isabel Belchior:** “Boa noite a todos. Vou, então, passar à apresentação. Vou tentar ser breve. A segunda alteração à primeira revisão do PDM é, essencialmente, isto: uma alteração. Não é uma revisão, não é uma alteração da estratégia do Plano de Diretor Municipal. Advém, sobretudo, da alteração ou da revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, que obrigou a que esta alteração fosse feita, tendo imposto, inclusive, um prazo para essa alteração. Este regime jurídico vem, essencialmente, alterar aquilo que é a classificação do solo e os critérios da classificação do solo. Até então, havia a diferenciação entre o que era o espaço urbanizado e o espaço urbanizável. Esta diferenciação, neste momento, deixa de existir e passa a haver só solo urbano. E dentro do solo urbano, o que está infraestruturado ou edificado tem condições para integrar o solo urbano; o que não tem que integrar, de alguma forma, o solo rústico. Esta alteração deste regime jurídico, o próprio regime jurídico foi sofrendo alterações. Os prazos que temos atualmente é 31 de dezembro, caso não cumpramos este prazo, poderá haver a suspensão das normas do PDM, que deveriam ter sido alteradas e que não foram alteradas, e que põem em causa qualquer prática ou ato ou operação que implique o uso e transformação do território. Este regime suspendia, também, o direito de candidaturas a fundos comunitários e nacionais relativos à área da educação, habitação e apoio social. No entanto, esta restrição foi-lhe associada um novo prazo, ou seja, se a versão do plano que fosse a parecer às entidades até 20 de outubro de 2022, que foi o que aconteceu com o PDM, o município estaria liberto desta restrição e poderia então candidatar-se, e pode neste momento candidatar-se aos fundos comunitários. O que é que alterou, afinal, nesta alteração do Plano Diretor Municipal? Alterou, obviamente, o regulamento. A partir do momento que deixa de existir espaço urbanizável, tem que haver alteração do regulamento. Deixem-me dizer primeiro, também, que, para além desta necessidade de adaptação ao novo regime jurídico, há, também, efetivamente, a necessidade de atualização da planta de condicionantes porque o Plano Diretor Municipal já tem mais de 10 anos de vigência e, como tal, houve muita coisa que entrou em vigor, houve muitos regimes jurídicos que alteraram, e a par disso, também, um longo período já de trabalho com o Plano Diretor Municipal, que se verificou, em alguns casos, não ser flexível o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

suficiente e não ser suficientemente adaptado às necessidades da transformação e da rapidez com que tudo ocorre hoje em dia no território. Então, continuando a referir o que foi alterado, foi alterado o regulamento; obviamente, a planta de ordenamento de património porque houve classificação de património e isto repercutiu-se, quer no ordenamento, quer na planta de condicionantes. Alterou a estrutura ecológica municipal porque está associada ao ordenamento e à classificação, havendo mais áreas rurais, mais espaços naturais, obviamente, aumenta a estrutura ecológica municipal. A alteração das zonas sensíveis e mistas, que também está associado ao perímetro urbano, e em termos de ruído e das questões que se impõem em termos de ruído. E foi alterada a planta de condicionantes, como eu já referi, as condicionantes gerais e a Reserva Agrícola Nacional, porque estando neste momento em causa a ponderação do solo urbano, havia construções que ainda existiam numa proximidade com o perímetro urbano, que estavam afetadas à Reserva Agrícola e que, efetivamente, tentámos, mais uma vez, que elas fossem integradas no perímetro urbano. E tivemos sucesso em grande parte. É claro que não conseguimos tudo o que pretendíamos, mas vale-nos aquilo que conseguimos e que foi com esforço e insistência. Em termos do que foi revogado, foi revogada a hierarquia viária, a planta de ordenamento da hierarquia viária. Não quer dizer que as faixas que são associadas e as áreas não edificantes tenham sido tiradas do Plano Diretor Municipal. O que aconteceu é que a hierarquia viária, à data do PDM 2012, era feita com uma cartografia desatualizada e em questões de rede viária, principalmente, do domínio municipal, a informação não era muito fidedigna. E, nesta perspetiva, foi revogada esta carta. A rede viária, o sistema principal, que é o sistema primário e o sistema secundário, integra a planta de ordenamento normal. Os outros sistemas, que são os sistemas, efetivamente, terciário e quaternário, que têm a ver se está dentro do perímetro urbano, se está fora do perímetro urbano, foi esmiuçado em termos de definição e em termos de haver, efetivamente, a oportunidade de se comprovar o que é que é efetivamente domínio público e o que não é domínio público, porque, as Juntas de Freguesia, muitas vezes, são questionadas sobre essa matéria, e se não houver alguma flexibilidade do PDM de se adaptar a estas questões, temos que estar a fazer como fazíamos desde 2012, a fazer correções constantes, correções materiais por erros detetados nesta matéria. As áreas de edificação consolidadas eram áreas que estavam impostas – impostas, não, que era necessário definir, efetivamente, porque, na altura, o sistema de gestão, o que é o equivalente ao atual sistema de gestão integrado de fogos rurais, falava nestas áreas edificadas consolidadas, mas não havia uma definição concreta para depois haver a possibilidade de aplicar, efetivamente, as questões da floresta e da defesa da floresta contra incêndios e, na altura, a solução passou por definir estas áreas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

edificadas consolidadas, que, efetivamente, não eram mais do que as áreas integradas no perímetro urbano. Neste momento, o sistema de gestão integrada de fogos rurais já remete para o Plano Diretor Municipal aquilo que é solo urbano e aquilo que é solo rural. Por isso, esta carta deixou de ter necessidade de existir e foi revogada. Este sistema também revogou o diploma que impunha a restrição às áreas percorridas de povoamentos florestais percorridos por incêndios. Estas áreas não poderiam, num prazo de 10 anos, serem alvo de classificação ou de reclassificação para solo urbano e estavam restringidas a determinadas operações, loteamentos e outro tipo de operações. Este novo regime que entrou em vigor, também revogou esta carta e possibilitou, efetivamente, que algumas reformulações fossem feitas porque a restrição deixou de existir. Existem duas novas cartas, a Planta de Ordenamento de Risco de Cheias de Inundações, porque a Agência Portuguesa de Ambiente, que se encontra e está em conclusão a elaboração do Plano de Gestão de Riscos e Inundações da Bacia Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis, solicitou que esta planta fosse uma planta independente, que identificasse, para além da zona abrangida por cheias, que já estavam no PDM 2012, as áreas de risco potencial que eram definidas neste plano supramunicipal, as áreas da REN de zonas inundáveis e, efetivamente, há esta carta nova. A Rede de Defesa da Floresta contra Incêndios advém, também, do novo sistema de gestão integrado de fogos rurais, que define que, efetivamente, a Rede de Defesa da Floresta contra Incêndios, principalmente a rede primária, seja integrada nos Planos Diretores Municipais na planta de condicionantes. E estamos com isto a falar de quê? Estamos a falar em postos de vigia, em pontos de água, e na rede primária, e, sobretudo, na rede primária, de faixas de gestão de combustível. O restante conteúdo documental é o conteúdo documental de qualquer alteração, relatório, programa de execução, relatório ambiental e outros elementos que ajudam a caracterizar ou a complementar, em termos de decisões que são tomadas e de posições que estão tomadas ao longo do plano. Em termos de condicionantes, como referi, foi alterado o património. Nós tínhamos no PDM 2012 património classificado e em vias de classificação. Neste momento, está todo classificado, independentemente da identificação do outro património que a Câmara tinha já no PDM 2012 como tendo interesse patrimonial, e que se mantém, e que essas áreas não foram mexidas porque estavam fora, efetivamente, deste âmbito. Foram atualizadas as infraestruturas. Houve, posso dar o exemplo do IC2 e do estudo prévio do IC2 e das faixas de proteção associadas que foram revogadas e automaticamente tiveram que sair. A rede elétrica aumentou, os gasodutos também. Estas condicionantes foram todas alteradas. Os recursos hídricos, houve a definição do que é a Pateira de Fermentelos enquanto leito e, depois, efetivamente, as faixas de redes de proteção, a mais restrita e a mais alargada. E esta definição foi feita pela Agência Portuguesa do Ambiente. O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

domínio hídrico, foi, igualmente, todo adaptado porque temos uma cartografia nova e, automaticamente, a localização de tudo o que é domínio hídrico, linhas de água, leitos dos cursos de água, automaticamente são diferentes. O mesmo aconteceu com recursos geológicos. Houve novas publicações, novas explorações que criam condicionantes. Temos, por exemplo, aqui na zona de Aguada de Cima, novas zonas de exploração que têm restrições e que vão ter, também, alguma repercussão na carta do uso do solo. Houve a atualização do aproveitamento hidroagrícola, houve, se não me engano, mais dois ou três perímetros hidroagrícolas. A Reserva Agrícola, daquilo que já falei, em termos de desafetações e a carta dos povoamentos florestais que foi revogada, como disse anteriormente. Em termos de classificação do solo, efetivamente, há estes critérios alguns dos quais já se mantinham do regime anterior. Efetivamente, o que aqui se destaca essencialmente é que tem que haver esta aglomeração de edifícios de população, atividades e fluxos, tem que haver, efetivamente, a existência de infraestruturas ou o compromisso do Município, no horizonte temporal do plano, no seu programa de execução e, depois, anualmente, no seu plano de atividades e orçamento, preveja efetivamente a construção destas infraestruturas. Outro critério que é essencial é esta garantia da coerência dos aglomerados urbanos e da contenção da fragmentação territorial. Neste momento, a expansão de perímetros urbanos é uma coisa que já não se pode falar bem assim. Tirando questões pontuais de poucos metros para abranger esta casa ou aquela casa, o que não se chama expansão do solo urbano chama-se reclassificação de solo rústico em solo urbano, que tem caráter excecional, mas que pode ser sempre feito quando esteja em causa o desenvolvimento económico e social do Município. Eu quero com isto dizer, efetivamente, é que neste momento o que é urbano é urbano, o que não é urbano pode vir a ser, mas, efetivamente, tem que ser com base num Plano de Pormenor com efeitos registrais, com programa de execução, com contrato de urbanização e com, efetivamente, uma intenção de executar no território estas iniciativas com uma justificação, efetivamente, do interesse público a que elas estão associadas. Em termos do solo rural, não há muito a dizer. O solo rural é aquele que tem aptidão agrícola, florestal e de conservação e valorização e, essencialmente, a sua vocação relativa aos seus recursos endógenos. E, efetivamente, tudo o que não é solo urbano é solo rural. Não há meio termo, não há espaços urbanizáveis, não há zonas mistas. Há solo urbano e há solo rural. Mesmo que neste solo rústico haja duas categorias que ainda possam ter alguma capacidade construtiva, que são os aglomerados rurais e as áreas de edificação dispersa, que são duas áreas. Os aglomerados rurais não é preciso que eles cumpram os afastamentos de defesa da floresta contra incêndios. Têm que ter alguma função habitacional, algumas atividades associadas à sua relação com o solo rural. As áreas de edificação dispersas já são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

construções, são, essencialmente, permitam-mo dizer, habitações perdidas com alguma densidade no solo rústico. Uma habitação aqui, outra habitação ali, que cria, efetivamente, uma mancha que pode ter alguma densidade, mas que, efetivamente, não se podem considerar aglomerados urbanos. Então, em termos de classificação do solo, quais são as alterações essenciais? Esta questão de ter terminado o solo urbanizado e solo urbanizável, seja em que subcategoria for, nos espaços centrais, habitacionais, do especial – aqui, essencialmente, os equipamentos – quer seja nas atividades económicas. O solo que tem infraestruturas ou que possa ser edificado num prazo curto é solo urbano. O que não é, passa, efetivamente, a integrar alguma categoria do solo rústico. Alteraram as reservas de solo, porque, atualmente, o regime jurídico também impõe que qualquer reserva de solo que o Município faça no plano, quer seja para infraestruturas, quer seja para equipamentos, tem um prazo de validade, ou seja, tem um prazo que o Município se compromete, quer seja à vigência do plano, quer seja um prazo mais curto, que se compromete a comprar aquele terreno e a ficar com ele para o fim a que estava previsto, ou, então, tem que abdicar dessa reserva de solo e classificá-lo e, digamos, que restitui-lo ao seu proprietário. Em termos de espaços de equipamentos, não tivemos grandes problemas com o espaço de equipamentos. Havia muitos que estavam no espaço urbanizável, mas como estavam maioritariamente ocupados eles não tiveram grande problema na integração do solo urbano. Dado a ter caído a restrição das áreas ardidas, foi possível corrigir os limites do espaço de atividades económicas de Macinhata do Vouga, na zona das Cubatas. Esta era uma área que tinha vários buracinhos, digamos assim, porque havia zonas que tinham sido percorridas por incêndios. O nosso Concelho também tem nesta zona mais área que está a ser negociada, mas que ainda não está integrada, em termos de Plano Diretor Municipal, e que tem apetências para ser, também, espaço de atividades económicas, dada as suas acessibilidades e à localização onde se encontra. Foi criado o espaço de atividades económicas do Préstimo. Este espaço é um espaço que podemos considerar como experimental. Era um espaço habitacional que da aplicação dos critérios teria que reverter para o solo rústico. No entanto, a CCDR permitiu-nos, dado que a nossa zona mais serrana não tem qualquer tipo deste tipo de espaço, que, efetivamente, se pudesse localizar aqui e pudéssemos ver quais são os impactos que poderá vir a ter no território envolvente. Quando o Município adquiriu os terrenos para o Parque Empresarial do Casarão, adquiriu, também, terrenos para o então chamado Parque Empresarial Giesteira Norte que, efetivamente, avançou-se com o Parque empresarial do Casarão, mas os terrenos relativos à Giesteira, neste momento, e dado aos compromissos assumidos para o canil intermunicipal, foi convertido em espaço de equipamentos para a localização desse equipamento e poderá,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

eventualmente, depois ter outros equipamentos, até de cariz municipal, caso seja necessário. Outra questão que parte um bocado da evolução do território e que, muitas vezes, ele evolui em direções que não são as que nós inicialmente prevíamos, são, efetivamente, os espaços residenciais tipo 3, que estavam definidos no PDM 2012 como sendo espaços híbridos onde misturava o uso industrial com o uso habitacional. Efetivamente, a evolução do território mostrou-nos que, ao contrário do que nós na altura desejaríamos que este espaço fosse todo convertido em espaço habitacional, efetivamente as indústrias geram indústrias importantes, continuaram a evoluir. As que saíram deram lugar a outras que adquiriram os terrenos e que, efetivamente, estão em evolução contínua, e, logo, desde o início desta alteração, apresentaram pedidos para que esta zona fosse reconvertida em espaço de atividades económicas como, aliás, já o era no PDM de 1995, e, como tal, houve então esta diferenciação e separação efetiva do que é que é industrial e do que é que é habitacional. Questão esta que está identificada no relatório ambiental e que, efetivamente, terá que ter o acompanhamento necessário em termos dos aglomerados limítrofes. Os aglomerados rurais, no PDM 2012, nós tínhamos muito poucos aglomerados rurais, porque, efetivamente, eles em termos edificatórios têm mais restrições, mas, efetivamente, a CCDR identificou-nos, ponto a ponto, os aglomerados que efetivamente não teriam condições de se manterem como espaços habitacionais e, efetivamente, não o eram e, como tal, tivemos que reformular estas questões. As restrições e as condições de edificabilidade são as mesmas em termos de aglomerados rurais e, entre construções existentes, a dificuldade de edificação não é muita, no resto, eles, efetivamente, têm que cumprir áreas mínimas para poder construir. As áreas de edificação dispersa temos só três, porque, por nossa vontade, não teríamos nenhuma, mas havia um conjunto de construções mais ou menos isoladas, aqui a norte de Macieira da Alcoba, e mais uma ou outra que eu agora não consigo identificar, mas que, efetivamente, são áreas que de acordo com o regime jurídico são para ser contidas e são para ser controladas, não são aglomeradas e, como tal, têm que ser tratadas à luz do novo regime jurídico. Em termos das alterações regulamentares, as construções existentes e que não eram compatíveis com a categoria de espaço onde estavam, já tinham condições para poderem ampliar mediante determinadas condições. Neste momento, e dado que em termos legais passou a existir ou passou a ser aceite a questão do termo legalização de construções, foi criada uma nova regra, porque há edificações sem licença de habitabilidade, há edificações com construção por concluir e, nestes termos, foi criada esta regra que permite licenciar a construção à data da sua edificação. Ou seja, antes dos anos 50 não havia licenciamento; de 50 a 95 era o regime jurídico que existia na altura; de 1995 a 2012, temos o PDM que vigorava na altura, e, sendo assim, temos uma condição extra para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

resolver alguns problemas que nós temos de licenciamento e de construções que, lamentavelmente, e como não se pode controlar tudo, temos que ajudar e temos que contribuir para que estas questões sejam regularizadas. No entanto, esta questão é uma questão que não visa promover a ilegalidade e, como tal, tem um prazo de três anos, que foi acordado com a CCDR, para que, efetivamente, as pessoas possam recorrer à Câmara e possam promover o licenciamento das suas construções. O interesse público foi alargado, passou a abranger, para além da cultura, das questões de investimento, de originalidade, passou a abranger a ação social, quer em termos de instituições e de equipamentos, quer em termos mesmo de habitação social. O interesse público permite ultrapassar alguns índices e alguns parâmetros que por interesse público sejam necessários para rentabilizar uma intervenção. As zonas inundáveis, que anteriormente estavam só restritas ao solo urbano, passaram a estar restritas ao solo urbano e ao solo rústico, porque, efetivamente, a restrição recai sobre as construções, não recai sobre a classe de espaço. E também houve algumas alterações em termos regulamentares, nomeadamente, em termos de construção de caves e do primeiro piso onde não pode haver pernoita. Isto tudo orientado pela Agência Portuguesa do Ambiente, que estava a elaborar o Plano de Gestão de Riscos e de Inundações, que vai ser concluído em breve, e que, certamente, de acordo com as informações que já tivemos, teremos também que fazer algumas alterações, mas o PDM e os planos supramunicipais cada vez são mais dinâmicos, cada vez entram mais em vigor e, então, nós temos que nos ir adaptando a eles. As disposições do solo rústico. Temos, sobretudo, a compatibilização das questões do decreto regulamentar que define os critérios da classificação do solo e as propostas do Programa Regional de Ordenamento do Território que define o uso compatível com o solo rústico, ou seja, tudo o que seja indústria, comércio ou serviços no solo rústico que não esteja diretamente ligado ao solo rústico e à exploração dos recursos do solo rústico é incompatível com o solo rústico. Há, também, e esta é uma grande alteração, porque o nosso PDM era bastante restritivo em questão de áreas necessárias para a edificação em solo rural. Efetivamente, não estamos a falar de todos os tipos de edificação. Estamos a falar de indústrias ligadas ao solo rural, estamos a falar de construções agrícolas, estamos a falar de empreendimentos turísticos que podem ser localizados de acordo com o Programa Regional de Ordenamento do Território no solo rural e, então, houve uma redução da área, tendo em conta os afastamentos da defesa da floresta contra incêndios e salvaguardando estas questões que são importantes para quem se estabelece no solo rural. A transposição para o regulamento das disposições do Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro foi uma das premissas e foi uma das questões também fundamentais, porque, efetivamente, quem tem a capacidade de definir as espécies que podem ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

ou não florestadas e reflorestadas, é o Programa Regional. Nós tivemos, inclusivamente, no âmbito da discussão pública, algumas questões relativamente a este assunto que foram articuladas com o ICNF e, então o Programa Regional define por áreas, as chamadas sub-regiões homogéneas, as espécies que, efetivamente, são possíveis de plantar no nosso território, espécies por nível de prioridade. E, à custa disso, foi adaptado todas as questões que estavam associadas à arborização e a rearborização, quer no solo urbano, quer no solo rústico. A criação da categoria de solo rústico da área de edificação dispersa, já falámos. As alterações às disposições do solo urbano. Logo à partida, há, efetivamente, a adaptação do plano ao sistema de indústria responsável, que entrou em vigor já após o PDM 2012, porque no âmbito do PDM 2012 a tipologia de indústria era definida em questão da potência elétrica, térmica e número de trabalhadores. Neste momento, é tipificada em função do grau de risco para a exploração, para as pessoas e para o ambiente. E, efetivamente, é uma tipificação que é mais lógica, que é mais segura e que salvaguarda bens e pessoas. E, então, houve esta necessidade de adaptar a indústria tipo 1 e tipo 2, que são, supostamente, as mais poluidoras e as com mais risco, não quer dizer que (não) haja exceções. Há exceções, por exemplo, dos assadores de leitões que nós temos no nosso Concelho em vários espaços urbanos e essa foi uma exceção que foi introduzida e eles só precisam do número de veterinário, da emissão do número de veterinário, para poderem operar. Efetivamente, em termos de riscos, não implicam mais riscos. Mas, de resto o tipo de indústria mais compatível com o solo urbano é, efetivamente, a indústria tipo 1 e nada tem a ver com as questões térmicas ou de número de trabalhadores. O índice de impermeabilização, estava definido no PDM de 2012 para todo o território, para todo o solo urbano, melhor, quer fosse habitacional, quer fosse de atividades económicas. O que para o solo habitacional não criava grandes constrangimentos, o índice era de 50%, para as atividades económicas criou sempre bastantes constrangimentos, até, porque, em determinadas circunstâncias e em função da indústria, era necessário impermeabilizar determinadas áreas para recolher determinadas substâncias que não podiam ser lançadas no ambiente sem critério. Desta forma, o índice de impermeabilização para os espaços de atividades económicas foi igualado ao índice de construção, que é de 90%. Mas isto só nos espaços de atividades económicas. As disposições relativamente às instalações de gestão de resíduos em espaços de atividades económicas, também sofreu alterações. Isto porquê? O PDM 2012 obrigava a 10 metros envolvente à totalidade da parcela e de duas fileiras intercalares de árvores, o que implicava, automaticamente, a redução de 20 metros de largura e de 20 metros no comprimento da parcela. Nós temos, principalmente, em Aguada de Cima, algumas instalações de gestão de resíduos que, efetivamente, podem correr o risco de fechar. O que o PDM fez na alteração deste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

artigo foi, efetivamente, que seja feita uma solução comprovada em como eles envolvem toda a área de manipulação de resíduos que seja feita no exterior. Tudo o que é feito na área coberta, está controlado, tem a legislação que é aplicada. O que é feito fora, tem que haver uma proteção associada. A compatibilização do número de pisos da altura máxima da fachada para a indústria é uma alteração que foi feita apenas nos espaços centrais e nos espaços habitacionais e foi efetivamente ponderada por uma questão levantada no âmbito do período de discussão pública. Efetivamente, esta alteração foi aceite. E foi aceite porquê? Primeiro, estamos a falar só em áreas excluindo os espaços de atividades económicas. E, efetivamente, até agora, era permitido dois pisos, mas a altura máxima da fachada era 9 metros. Nós passamos a permitir 3 pisos, mas a altura da fachada continua a ser os 9 metros, ou seja, em questão de construção, em questão de volume, em questão de impacto visual, é exatamente o mesmo. Permite-se é que a indústria possa, dentro do volume que já lhe era concedido, poder jogar, em função dos usos e em função do layout e das necessidades que têm, definir os pisos que efetivamente conseguem, até aos 3 pisos, definir na sua área interior. O período de discussão pública ocorreu 18 a 28 de setembro. Foram acolhidas as participações que não tinham condicionantes, que estavam no seguimento do perímetro urbano, que não implicavam nova consulta às entidades ou nova discussão pública, porque, efetivamente, este prazo de 31 de dezembro tem que ser concluído e tem que ser cumprido, sob pena de podermos ver áreas do nosso território onde não possa ser feita qualquer operação urbanística, porque, não se coaduna com o novo regime jurídico. Esta alteração resolve problemas que foram diagnosticados e que estão pendentes até agora para resolver. É uma alteração que vai ajudar e que vai ter que mudar mentalidades, mas é o que é imposto em termos legais e na próxima revisão do PDM certamente teremos novos desafios, estes e outros, para responder, mas, por agora, acho que estes nos vão ajudar no nosso dia a dia e na nossa adaptação à evolução do território.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado pela sua apresentação. Obrigado. Sr. Presidente, quer, ainda assim, usar da palavra para mais alguma explicação?-----

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:**-----

-----”Muito boa noite, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sras. Secretárias, Srs. Vereadores, Srs. Membros desta Assembleia, caro público que nos acompanha aqui em casa pela Águeda TV. Primeiro, queria, naturalmente, agradecer à Dra. Isabel Belchior e ao Sr. Eng.º Luís Almeida pela disponibilidade e pela forma como apresentaram hoje aqui, naturalmente, esta alteração à revisão do nosso PDM e, sobretudo, pelo trabalho que é um trabalho que tem cerca de 3 anos para chegarmos aqui. Eu diria que há aqui um conjunto de alterações, eu diria, sobretudo, regulamentares



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que são absolutamente decisivas, entendo eu, para a celeridade num conjunto de processos. Vamos resolver imensos problemas que temos e que nos complicam, e de que maneira, os serviços, e, sobretudo, a vida das pessoas. E, naturalmente, que do ponto de vista da classificação dos solos, aplicámos a lei, conseguimos resgatar algumas situações. Não conseguimos resgatar tudo aquilo que entendíamos, porquê? Porque todos estes pareceres são, naturalmente, vinculativos de um conjunto de entidades e, por isso, era isto que eu aqui queria chamar a atenção. Este processo foi muito debatido, teve vários períodos de abertura e de abertura à decisão e à participação de todos os cidadãos e chegámos hoje aqui que, diria, que é quase um momento final de aprovação pela nossa Assembleia. Tanto a Dra. Isabel, como o Eng.º Luís, estão ali, naturalmente, disponíveis para algumas questões. Outras, com certeza, também eu estarei em condições para as poder responder, mas queria-vos dizer que, no final de um prazo que temos que cumprir, aqui temos uma alteração à primeira revisão de uma revisão que foi feita pela primeira vez, que é a primeira revisão do nosso PDM, que foi feita em 2012, e, portanto, desde 2012 até agora eu diria que o PDM não teve mais nenhuma alteração. É esta. No futuro, com certeza, que haverá outras alterações, até, porque, há aqui ainda algumas questões que, naturalmente, nós continuaremos a perseguir para a sua resolução, mas isso é um outro período que terá que se abrir, depois, quando houver, naturalmente, quando acharmos que é a altura adequada. Dizer ainda que, uma vez que este é um documento fundamental, que me perdoem a impertinência um bocadinho de ontem, e agradeço-vos imenso a disponibilidade para estarmos aqui hoje. Nós precisamos, efetivamente, de andar muito rapidamente com este instrumento de gestão do nosso território, que é absolutamente basilar, sobretudo, a nossa gestão urbanística. Muito obrigado Sr. Presidente.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, alguns esclarecimentos ou intervenções no ponto? O Sr. deputado Miguel Oliveira, por favor.-----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----

-----”Muito obrigado. Saudações a todos. Muito obrigado pela excelente intervenção que aqui veio fazer, ajudou a contextualizar bastante esta alteração que nos pedem que votemos. Apreendi mais com a análise daquilo com o que estou mais familiarizado, que é o regulamento, o próprio regulamento. Existem alterações importantes, elas estão bem explícitas, mas, por vezes, a interpretação daquilo que se altera não é simples. E aproveitando a vossa presença, e até porque acho que é do interesse do público, ia colocar um exemplo simples que, certamente, conseguirão elucidar. A interpretação que faço da alteração do artigo 85º, conjugada com o artigo 80º, portanto, o artigo 85º o que tem a ver com a edificabilidade em espaços habitacionais tipo 1, onde é possível



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

edificar até três pisos acima da cota de soleira. Espaços habitacionais tipo 1. 3 pisos acima da cota de soleira. E, depois, admite-se uma exceção, no caso, que reverte para o artigo 80º, certo? em que, verificando-se uma das duas, penso que são duas, condições que estão presentes no artigo 80º, então, é possível aumentar o número de pisos. Uma dessas condições presentes no artigo 80º é que, no espaço em frente a essa edificação, eu estou a citar de memória, do que depreendi, é possível fazer esse acréscimo desde que, em frente, na envolvente do edifício, haja espaço superior à altura com que vai ficar esse edifício para desafogar, ao fim e ao cabo, o espaço urbano. A questão é, provavelmente, muito simples de responder. No caso de termos uma via que separa dois terrenos que delimitam com a via e que têm espaço suficiente para, por exemplo, a construção ser feita a 10 metros do eixo da via, portanto, ficando 20 metros para cada lado. Um edifício, imaginemos que alguém recorrendo a estas disposições excecionais consegue fazer a construção com mais um, ou dois, ou três pisos acima daquilo que está inicialmente previsto. A questão é, o indivíduo que tem um terreno do outro lado da estrada, quando for construir, já não dispõe do mesmo espaço livre. Certo? E, no limite, se não tiver o mesmo direito, o que acontece é que vamos ficar de um lado da estrada com construções a uma altura e do outro lado da estrada com construções a outra altura. Eu não sei, provavelmente, não é assim, mas, de qualquer forma, eu gostaria que me ajudassem a tirar esta dúvida. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Julgo que prosseguiríamos com as intervenções ou pedidos de esclarecimentos e, depois, os técnicos fariam, obviamente, uma resposta a todas aquelas interpelações a que forem sujeitos. Julgo que será a melhor marcha dos trabalhos. Mais alguma intervenção, algum pedido de esclarecimento? Sr. deputado José Vidal, por favor.-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----”Sr. Presidente da Assembleia, primeiro, vou aproveitar dez segundos para uma correção de um ponto da ordem de trabalho de ontem, das GOP. É que, eu falei ontem na questão do projeto “Bicicleta Vai à Escola”, que o Sr. Vice-Presidente não esclareceu e informaram-me que o projeto, e corretamente, começou há vários anos, abrange, em cada período, um agrupamento diferente. Eu falei que abrangia só Águeda Sul. Pois, o problema é que na página 117 das GOP está que abrange só Águeda Sul. Portanto, eu aconselho aos serviços da Câmara a alterarem a cópia que fizeram de há quatro anos, há cinco, e a não meterem sempre a mesma, senão, nós somos enganados. Mas informaram, portanto, que esse projeto, e bem, pelos vistos, esteve no Águeda Sul só há uns anos.----

-----Em relação a isto, começo por agradecer a apresentação que foi realizada. Logicamente, que a maior parte dessas situações são decorrentes de alterações da lei. A minha questão primeira em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

relação aos técnicos é se receberam ou não algumas orientações do Executivo na sua realização ou se foi só a reposição da parte legal e das diversas nuances da parte legal. Outra situação, que não está aqui, foi pena que desligassem porque o nosso problema é ver os mapas e assim não conseguimos ver nada, porque nós temos aqui uma perceção o que é que são estas zonas de exclusão. Exclusão de quê? Exclusão da REN? É que muitas das zonas de exclusão, exclusão para quê? Diz só zonas excluídas, estão a vermelho no mapa e são junto a rios. Ora, normalmente, se serão juntas a rios, serão junto a zonas protegidas, de não edificação, e muitas delas são retiradas daí. E eu tenho vários exemplos. Gostaria que me explicasse, basta explicar uma, depois uma pessoa percebe as outras, a 121 em Segadães, a 122 em Segadães, ou aqui no Amial a 61, a 59, a 52, isto é, desanexam. Devia haver, de certo, uma condicionante qualquer e agora passa a ser o quê? Se até é uma zona vermelha toda tirada de junto de um rio, o que é que lá há, uma casa? Será que já lá está uma casa e então vamos justificar ou ela está junto ao rio e então tiramos aquela zona toda para edificação? Basta ser, portanto, o exemplo 121, o exemplo 76, o exemplo 122, o 61, 59, 52, tem várias que saem do rio. Ora, seriam zonas de proteção. Naturalmente, alguma razão há-de ter para passarem a ser desanexadas. Portanto, a questão que eu punha aqui. Depois, tinha aqui uma situação que é a daquela questão das indústrias tipo 3. Se bem percebi, são zonas em que há indústrias misturadas com habitações, em que foram-se desenvolvendo as atividades fabris, em alguns casos, foram aumentando as atividades fabris. E, depois, de chamar a atenção, foram aumentando as atividades fabris e, neste momento, nós não vamos mandar a fábrica abaixo e retirá-la do meio das residências. Embora, a Autarquia, e bem, criou parques empresariais, está a tentar delimitar novas zonas, está a tentar fazer com que essas indústrias saiam daquelas zonas. Mas, a verdade é que aumentou, por aquilo que a Dra. nos informou, é que aumentou. Desde 2012 para cá, aumentaram o número de fábricas, aumentou a ocupação dos solos, aumentou a mistura entre residências e coisas. Portanto, acho que estas alterações, talvez, tenham que dar aqui algum impacto e aí já é uma decisão política certamente. Pronto, eu queria só explicar, por exemplo, a zona REN da Reserva Agrícola Nacional, tem uma coisa boa que é a zona de estruturas ecológicas municipais aumentaram, pelos vistos, acho muito bem. Perceber se as zonas ardidas, houve uma alteração, portanto, acabaram os condicionantes e quem é que define se se constrói nessas zonas ou não, se é a Autarquia ou se é a própria lei que já o define, que autoriza e pronto. Era só essa a questão. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. deputado José Vidal. Srs. Deputados, mais algum esclarecimento, alguma intervenção? Sr. Deputado Jorge Melo, por favor.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente:** -----

-----"Sr. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes. Muito boa noite. Ora, as minhas dúvidas, ainda que isto seja uma matéria muito específica, gostaria de tentar perceber, de acordo com esta nova alteração ou com esta nova incrementação no PDM no que toca às novas construções, pretendo saber se, relativamente ao licenciamento destas novas construções, se vai existir ou não a obrigatoriedade específica de uma especialidade do estudo do solo. Isto, porque, por experiência própria, deparei-me aí com algumas situações em que pelo facto deste estudo do solo não ser uma das especialidades exigidas, depois cria alguns dissabores na própria construção. Relativamente aqui ao estudo também apresentado, gostaria de tentar perceber se, no interface Rural-Urbano, se nos podem explicar, concretamente, quais vão ser as novas medidas ou as novas restrições que podemos ter neste PDM, por força de que as mesmas possam mitigar ou reduzir este interface urbano, isto mais relacionado, depois, também, com a incrementação do Plano Diretor Municipal para a proteção dos incêndios rurais, ou seja, onde é que um plano se encontra com o outro e onde é que este plano nos vai ajudar a mitigar e a reduzir esta problemática, que é na área da proteção civil a gestão de ocorrências com este mesmo interface que é o que acaba por provocar sempre um grande alarido nas populações e uma grande dispersão de meios, se este plano prevê que se reduza a própria construção rural, a arborização dentro do espaço urbano. E, depois, gostaria também de tentar perceber o inverso, se isto, em certa medida, vai restringir que se possa construir, conforme se fazia de há muitos anos a esta parte, portanto, edificados, sejam eles de empresas do tipo 1, do tipo 2 ou do tipo 3, em zonas que são claramente rurais à vista grossa, ou seja, podermos construir em zonas onde habitualmente vemos só pinhais e eucaliptais e afins, se isto, também, nos vai restringir nesse aspeto e, desta forma, obviamente, mitigar aquilo que acabei de dizer que é o tal interface rural-urbano. E fala aqui, também, que, de acordo com a nova legislação, terá que existir um plano independente relativamente à gestão daquilo que são as cotas de cheias e dos rios. E aquilo que eu queria tentar perceber é se, doravante, irá ser restrito, absolutamente restrito, a construção de qualquer tipo no leito da cota de cheia, que é também um dos problemas que assola o nosso Município, por força dos cinco rios e dos seus vários afluentes, e, em especial, aqui na zona urbana, se, depois, o facto de estar na zona urbana se pode sobrepor a esta legislação que vem relacionada aqui com as zonas das cotas de cheia. E, também, uma última questão, uma penúltima questão. Relativamente àquilo que falou da possibilidade de legalização de alguns edificados, daquilo que eu percebi, mais relacionados com a área comercial e com a área industrial, se o mesmo se aplica também às habitações e aos fogos urbanos, portanto, habitacionais. E, por fim, quando fala aqui em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

aglomerados rurais, estes aglomerados de rurais é tudo o que é inferior a 10 casas, é isso? Ou é superior às 10 casas? Onde é que, o que é que quis dizer concretamente acerca disso? Isto, porque, depois, o limite, isto nos aglomerados rurais, como penso que bem saberá melhor do que eu, tem uma definição específica para aquilo que deve ser a legislação aplicável a mais 10 ou menos de 10 casas. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sra. Deputada Júlia Melo, por favor.-----

-----**Júlia Maria Pinheiro de Melo – PS:**-----

-----”Boa noite a todos. Cumprimento todos na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia. Gostaria de colocar esta questão. Se nesta alteração do PDM vai estar devidamente identificado, os lençóis freáticos que nos percorrem, os terrenosinhos e tudo isso. Se é possível, se é consolidado o mapa de lençóis freáticos com todas estas alterações que fazem. À propósito, essa nota penso que Jorge Melo já a colocou. Eu queria fazer aqui uma pergunta, assim, muito concreta. Relativamente à estrada Águeda-Aveiro, que se ouviu nesta sala que já tinha o traçado completamente solidificado, se fazia sentido ou não, ou se está considerado, agora no PDM? Se está considerado no mapa que nos enviaram, isso não é visível, ou seja, a minha questão é se vai ser a posteriori, se não seria o momento já dessa mesma identificação ser colocada. E se isso vai fazer alteração à estrada Aveiro-Águeda, é a minha pergunta, já que o traçado está consolidado, se vai alterar o tipo de solo urbanizável ou não, tanto o traçado como as áreas limítrofes, como eventuais percursos que, necessariamente, são necessários fazer para compensar o corte que a estrada faz e se isso vai alterar na nossa localidade o tipo de solo e o tipo de construção que se pode fazer. Obrigada.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sra. deputada Júlia Melo. Julgo que terão finalizado as intervenções. Dra. Isabel Belchior, Eng.º Luís Almeida, não sei qual dos dois pretende tomar os esclarecimentos? Ou ambos. Faça o favor.-----

-----**Dra. Isabel Belchior:** Posso começar já pela última intervenção. Relativamente ao eixo rodoviário Aveiro-Águeda, ele é um eixo que tem legalmente uma servidão constituída até ela ser revogada, que só será revogada com a construção do eixo rodoviário. Ele tem que estar na planta de condicionantes e está, também, na Planta de Ordenamento como uma via estruturante do sistema primário. Ele não afeta o perímetro urbano, essencialmente, Travassô. Ele passa por zonas que são do solo rústico. Já assim era no PDM 2012 e mantém-se dessa forma. Efetivamente, vai aumentar a acessibilidade, mas, em termos de ocupação do solo e da classificação, é apenas protegido o corredor para permitir que, efetivamente, o eixo rodoviário passe. Relativamente à primeira questão, relativamente ao artigo 85 e ao artigo 80, e na definição de que poderia haver pisos extra se houver espaço público em frente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que correspondesse à altura. Efetivamente, este espaço extra tem que ser cedido pela parte que está a ser intervencionada. Não pode ser cedido pelo proprietário que está à frente. O proprietário que está à frente, se quiser ter esses mesmos pisos ou recua também, ou, então, tem menos pisos e mantém o alinhamento atual e mantém a articulação com a envolvente, porque quer um, quer outro, quer o que recue, quer o que não recue, vai ter que ter essa articulação com a envolvente. Permitam-me só dizer que esta é uma regra que já vem do PDM de 2015, que não foi alvo de alteração, mas que a interpretação, efetivamente, é esta, quem quer construir mais, tem que ceder mais, não o tem que fazer à custa de terceiros. Relativamente à questão da discussão do Plano Diretor Municipal e das alterações terem sido feitas com ou sem o Executivo. Efetivamente, têm que ser feitas com o Executivo, como é óbvio. Há questões que têm que ser ponderadas, que têm que ser avaliadas, mesmo do ponto de vista do enquadramento com a estratégia atual do PDM e estas questões, a proposta, não é dos técnicos, a proposta é do Executivo, e como tal, as questões foram discutidas, foram debatidas e foi chegada a uma conclusão que foi posta à consideração do Executivo e à discussão pública e, por isso, esta versão. Não é, nem teria sentido que fosse de outra forma. Relativamente às manchas 121 e 172 e demais manchas, eu penso que estará a falar de uma planta que é anexa e tem a ver com a ponderação do programa de execução do Plano Diretor Municipal. Estas manchas não são manchas de exclusão. Como eu referi no início, a ponderação do solo urbano é definida com base, essencialmente, nas infraestruturas que existem e nas edificações que existem no local. Pode haver a totalidade das infraestruturas ou pode só haver infraestruturas em termos parciais. Efetivamente, se o município quer manter, porque, em termos de construções, há uma densidade de construção que assim o exige, e quer manter que aquela área se mantenha em solo urbano, tem que promover a infraestruturação daquela área na parte que lhe falta, não é, se só falta saneamento, é saneamento. Se for outras infraestruturas, serão outras infraestruturas. Estas são, essencialmente, as infraestruturas que são da responsabilidade do Município. Isso não quer dizer que ele não, junto de outras entidades, não faça pressão para que as demais infraestruturas sejam executadas e sejam contempladas. Isto nada tem a ver com áreas de exclusões, nem de afetações. Tem, efetivamente, exclusivamente, acerca deste assunto. Relativamente às exclusões da Reserva Agrícola, foi o que eu referi inicialmente. A Reserva Agrícola, também, cada vez mais, é restrita do ponto de vista das áreas que quer abrir mão, porque o solo agrícola cada vez mais é apoderado por outros tipos de uso e, efetivamente, o que foi negociado, e não só, essencialmente, o que foi admitido, raro uma ou outra exceção, foi de construções que já existiam. Essas sim, tiveram parecer favorável para a desafetação e integração do solo urbano, as demais não tiveram. Relativamente às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

novas regras de defesa da floresta contra incêndios, a gestão de ocorrências de incêndios. Efetivamente, o Plano Diretor Municipal não tem todas as competências, em termos da defesa da floresta contra incêndios e da defesa das construções que podem ocorrer no território florestal. Independentemente daquilo que o PDM permite, e permite com áreas mínimas de construção, com afastamentos, o sistema de gestão integrado de fogos rurais exige um conjunto de regras que as intervenções têm que comprovar, nomeadamente, nos materiais que usam, nas características que incutem às construções para que elas sejam mais resistentes à passagem do fogo e isto vai à comissão e a comissão dá um parecer relativamente a isto e relativamente ao tipo de risco que aquela construção impõe para o resto do território, e, efetivamente, a articulação é feita deste modo. Depois, é analisado caso a caso e é remetido, em fase de licenciamento, para questões técnicas e para estudos em termos da perigosidade que aquela intervenção exige. Pronto, e é o que eu tenho a dizer, efetivamente, sobre esta área. Certamente, a minha colega da área florestal e do licenciamento teria mais informações, mas, efetivamente, é esta articulação que fazemos mutuamente e que fazemos entre os serviços. A indústria em solo rural, efetivamente, há aquela questão que eu referi. É possível indústria em solo rural, nestas condições, obviamente, de defesa da floresta contra incêndios, cumprindo a área de construção e a área mínima, mas, efetivamente, têm que ser indústrias que estejam relacionadas com a exploração dos recursos florestais. Efetivamente, ninguém vai pôr umas águas serranas no centro da captação. Está lá, ela tem que estar lá. Assim como outro tipo de indústria, e quem diz indústria, diz comércio, diz serviços, diz a atividade que for e que estiver relacionada com o solo rural e que permite uma maior promoção do solo rural e de não ser só em termos florestais, porque, mesmo em termos de recursos, tem vários recursos para serem explorados e para serem promovidos. Em termos de legalização das construções, este artigo para a legalização das construções em função do período em que a construção foi feita e das regras que estavam em vigor na data, é para todo o tipo de construção. Não tem a ver com a indústria, não tem a ver com a habitação, não tem a ver com o comércio, tem a ver com a construção. Efetivamente, se ela tiver condições perante o regime jurídico que estava em vigor à data que ela foi construída, ela poderá ser licenciada, se não puder terá de encontrar outra solução. Relativamente ao mapa dos lençóis freáticos, não cabe ao PDM definir esta questão dos lençóis freáticos, contudo, nós, dentro em breve, e não foi abrangido por esta alteração do Plano de Diretor Municipal, porque era uma questão que não era apenas de copy /paste e de ajustamento, que é a Carta da Reserva Ecológica Nacional. A Carta da Reserva Ecológica Nacional tem a ver com as áreas de máxima infiltração, que indiretamente tem a ver com a recarga dos aquíferos, tem a ver com as linhas de água, tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

associado um programa específico que desenvolve e que define as áreas e será no âmbito da reserva ecológica que estas questões específicas serão mais estudadas e que, obviamente, depois terá de ser feita uma alteração por adaptação para integrar esta nova reserva ecológica no Plano Diretor Municipal. Eu não sei se me esqueci de alguma questão, espero ter esclarecido.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Srs. deputados, se alguma coisa, se tiver esquecido, os Srs. deputados ainda terão a oportunidade de o dizer. Faça favor, Sr. deputado José Vidal.-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----”Sr. Presidente, se bem percebi, em relação às áreas ardidas, há uma alteração que permite agora a construção. A construção, depois, terá que ser autorizada por alguém, eu perguntei se era a Autarquia ou se estava definido já no âmbito da lei. Outra questão, na requalificação do solo rústico e urbano, obriga um Plano de Pormenor, a um interesse. Esse interesse público vem à Assembleia, Sr. Presidente? Não são aquelas situações de interesse público? A pergunta era só essa. Obrigada.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Dra. Isabel Belchior, faça favor. -----

-----**Dra. Isabel Belchior:** “Relativamente às áreas ardidas, a revogação da restrição, eu penso que não foi por acaso. Efetivamente, as áreas ardidas, neste momento, podem ocorrer onde ocorrerem que o que é solo urbano é solo urbano, o que é solo rústico é solo rústico. E, efetivamente, a alteração do solo rústico para solo urbano tem que ser sujeita a um Plano de Pormenor, tem que ter todas aquelas condições que eu referi, tem que ter parecer das entidades, e como tal, esta questão do aproveitamento de ter havido um incêndio para haver uma reconversão do solo, já não se põe propriamente, porque, efetivamente, o Município estará sempre envolvido quando houver reclassificação do solo, que, efetivamente, agora não é a regra haver a reclassificação do solo. Pode haver um ajuste, um limite ou outro, mas, efetivamente, não há alteração da classificação do solo, a não ser que seja por interesse do Município e através de Plano de Pormenor com efeitos registrais.”--

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Mais uma vez, Dra. Isabel Belchior, muito obrigado. Sr. Presidente, faça favor.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, muito obrigado. Eu queria aqui chamar a atenção a um conjunto de questões que nós aqui vemos resolvidas e que, porventura, não as vi focadas e que são bastante interessantes e que eu acho que nesta Assembleia, que, sobretudo, tem um carácter político, são absolutamente essenciais nós lembrarmo-nos. A primeira questão tem a ver, exatamente, com a possibilidade, nesta alteração regulamentar que nós estamos a fazer, de podermos vir a licenciar, por um período de 3 anos, um conjunto de edificações que existem e agora não a remetermos para 1951 e 1970 e qualquer coisa que fazíamos, mas para 1995, que foi a altura



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

em que tivemos o primeiro PDM. E, portanto, é um tempo de oportunidade e que vai resolver um conjunto enorme de questões que nos entopem literalmente os serviços e causam imensas dores de cabeça às populações. E, portanto, temos aqui um instrumento que, do ponto de vista da resolução de problemas aos cidadãos, é extraordinário. Segunda questão, queria-vos dizer que esta questão tem a ver com a abolição das áreas percorridas por incêndios, que foi uma legislação que foi abolida. Eu estou-me a lembrar, por exemplo, na área de atividades económicas de Macinhata Norte, que é a área das Cubatas, em Serém. Nós já em 2012, na revisão que fizemos do PDM, tínhamos ali uma área que à última hora foi amputada, porquê? porque passou ali um incêndio que vinha, segundo me parece, do lado daquela localidade dos Açores, que pertence à Albergaria-a-Velha, lá, daquele lado, um incêndio chegou ali e amputou-nos ali uma área numa zona extraordinária com um potencial incrível e que, pura e simplesmente, ficou amputado na anterior revisão do PDM. O que nós estamos a fazer agora aqui, uma vez que foi abolida a lei, foi retomar essas áreas que já estavam previstas em 2012 e, portanto, vamos agora tê-las completamente libertas para essa área de atividades económicas. Uma nota muito importante, e que me lembro perfeitamente, já foi no outro mandato, que falei aqui na nossa intenção de criarmos uma área de atividades económicas numa freguesia serrana, no Préstimo, mais propriamente, e ela aí está. Queria, naturalmente, agradecer toda a intervenção e, sobretudo, dos técnicos que acompanharam o processo porque não foi um processo simples. Nós tivemos imensas dificuldades, conseguimos encontrar uma área onde foi possível na zona da Barrosa, do Préstimo. É uma pequena área, mas é uma pequena área que se revela essencial para estas nossas comunidades serranas, porque, afinal de contas, permite-nos ali instalar algumas empresas. Daqui eu faço questão de lembrar esta situação porque é importante que alguma coisa ali venha a acontecer. E, portanto, mesmo a atividade privada, mesmo aquelas pessoas que efetivamente estão ali e, naturalmente, com a colaboração do Município, vamos fazer com que alguma coisa ali aconteça porque é absolutamente essencial para a fixação de pessoas na nossa área serrana. E, portanto, aquilo que eu disse na altura, e fui eu a primeira pessoa a falar nisso, não há dúvida nenhuma, aqui está, e queria registar com muito ênfase esta pequena vitória que tivemos e voltar a dizer e a agradecer muito porque foi extraordinariamente difícil nós conseguirmos ali arranjar aquela área. Porquê? Porque, já agora, e é preciso relembrar, este percurso incrível, naturalmente, que tem um trabalho notável por parte dos técnicos do Município, da Dra. Isabel Belchior em particular, mas, naturalmente, que tem a audição e, sobretudo, o parecer de dezenas de entidades. Até chegarmos aqui são dezenas de entidades que têm que se pronunciar sobre esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

matéria e, atenção, é um trabalho, eu diria que, muitas vezes, quase que o podemos classificar de penoso. Portanto, uma vez mais, muito obrigado e fica aqui este registo. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. deputados, vamos então colocar a ponto à votação.-----

-----Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com 4 abstenções do Grupo Municipal de CDS-PP, a proposta da Câmara Municipal n.º 412/23 da versão final da 2.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal e respetivo Relatório Ambiental; -----

-----**Presidente da Assembleia:** Passemos, então, ao ponto 3.5, não sem antes, agradecer, uma vez mais, a vossa presença, o vosso trabalho, o vosso afinho, também pelo facto de no dia de ontem terem acabado por verem frustradas os vossos trabalhos, as vossas intenções na apresentação. Mas, as coisas são assim, a dinâmica de uma Assembleia é, por vezes, assim. Resta-me desejar-lhes um resto de uma boa semana e da parte desta Assembleia estão dispensados, está bem? Muito obrigado. -----

3.5 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de de Reconhecimento de Interesse Público, de venda de terrenos e de Memorando de Entendimento no âmbito do investimento e implantação da empresa CITIC Dicastal no Parque Empresarial do Casarão; -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Trata-se, efetivamente, de uma situação que trago aqui com muita alegria. Porquê? Porque é um processo que tem alguns meses de evolução e que neste processo, naturalmente, que o Município esteve envolvido em negociações e, sobretudo, numa competição cerrada com outros países, inclusivamente. Esta empresa, que, volto a dizer, é uma das 50 maiores empresas de componentes automóveis, fornecedora premium, o que quer dizer de primeira linha, das principais marcas de automóveis. São construtores de jantes de automóveis, e eu diria que são os fabricantes de jantes de automóveis de praticamente todas as marcas de veículos que nós conhecemos e pretendem-se instalar na Europa e, ao fim de todo este processo, a decisão acabou por recair em Águeda. E é com muita alegria que aqui estamos, por várias razões. Este processo é um processo que nos permite trazer aqui uma proposta de morando de entendimento e aqui um conjunto de deliberações que peço à Assembleia Municipal para que tenhamos essas decisões e, naturalmente, positivamente e afirmativamente. Trata-se de um investimento de cerca de 180 milhões de euros, numa área que, quando atingir a segunda fase, será de cerca de 150 mil metros quadrados que o Município lhe vai ceder no Parque Empresarial do Casarão e nas zonas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

limitrofes, e prevê um número superior a 500 funcionários. Esta empresa pretende registar-se e constituir-se em Águeda e com sede em Águeda e isso, naturalmente, fará com que no futuro pague impostos em Águeda, o que também é muito importante. A outra nota é que nós estamos, efetivamente, a vender-lhe o terreno, não estamos aqui a subsidiar o terreno para lhe dar o terreno. O terreno é vendido e a nossa proposta, é que naquela globalidade e para os 150 mil metros quadrados o terreno tenha um valor de 10 euros o metro quadrado e não os 16 do Parque Empresarial porque, atenção, temos áreas em três zonas distintas. Uma zona tem, efetivamente, um valor base de 16 metros quadrados na avaliação, mas as outras, naturalmente, não têm e não precisarão de ser infraestruturadas, o que quer dizer que chegamos a um preço de 10 euros o metro quadrado que não penaliza em nada, bem pelo contrário, o Município. Portanto, podemos estar aqui a dizer que estamos a vender, pelo preço justo, o terreno que o Município adquiriu a 4,53 euros, como todos bem sabem. E, portanto, temos um memorando de entendimento que, naturalmente, as cláusulas não serão demasiado gastadoras para o Município. A única coisa que nós temos que colocar é uma infraestrutura que está prevista no âmbito do próprio Parque Empresarial do Casarão, que é, junto ao lote, termos ali uma linha de média tensão, que estaria prevista já para evolução do parque e, naturalmente, dotar todas as outras condições, já fazem parte do próprio parque e estão disponíveis para a frente dos lotes do terreno a ocupar. Uma nota que é importante percebermos, há aqui uma segunda fase que vai interferir com os terrenos do atual Crossódromo, nomeadamente, na área do paddock, não toca na pista, e temos aqui um tempo de três anos, para quê, para podermos constituir, para a empresa evoluir para a tal segunda fase e evoluindo para essa segunda fase, termos este tempo de, em cerca de 50 mil metros, são 40 e tal mil metros que abrange essa parte do Crossódromo, podermos constituir um paddock nuns terrenos que o Município já possui a norte da pista e, portanto, mantermos, com todas as condições de operacionalidade do nosso crossódromo. O memorando de entendimento e os objetivos estão aqui bem expressos. Dizer-vos que foi uma luta e posso-vos garantir que, a exemplo do que aconteceu noutras alturas e agora aqui de uma forma mais evidente, é uma vitória para o Município. Muito obrigado.” -----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Srs. Deputados. Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor. -----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----

-----”Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores. Este projeto é um projeto de vulto, com importância, justifica-se a vinda aqui para decidirmos da utilidade pública do mesmo. O preço dos terrenos não nos parece desconforme. A documentação que acompanha a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

proposta, nós acreditamos que ela é fiel e que podemos confiar nela e, portanto, na nossa opinião, esta é uma boa promessa de investimento e um negócio que será, no nosso entendimento, certamente proveitoso para o Município e para quem cá vive e também para Portugal. Sr. Presidente, tudo correndo bem, será, certamente, um excelente marco na indústria de Águeda e na capacidade industrial de Águeda, porque nós necessitamos de empresas maiores. Temos um conjunto diversificado de indústrias e de comércio em Águeda, mas predomina a micro, pequena e média indústria e nós precisamos, de facto, de indústrias com este volume e é uma boa notícia que se instale esta e outras mais em Águeda. No entanto, vou deixar duas ressalvas. Aquilo que lemos não nos deixa completamente descansados no que respeita ao ambiente e aos movimentos para o Parque Empresarial do Casarão. Não nos deixa, também, particularmente descansados em relação à qualificação da mão de obra que vai ser utilizada nesta unidade industrial. Não nos elucida sobre todos os outros investimentos que devem ser associados a um projeto deste tipo, nomeadamente, de cariz social e voltados para a sociedade e, ainda, há um problema, que outros poderiam escolher não falar dele, mas eu não hesito. Este investimento é de uma empresa chinesa. E olhem para o mundo, desde que tivemos o problema da pandemia Covid, agravado pela invasão da Rússia ao território da Ucrânia, com as destabilizações que há no mar da China, com a falta de sensibilidade diplomática das duas administrações norte-americanas, a que está e a que esteve, e temos de terem atenção que, como todo o investimento, também em termos sociais e geopolíticos e económicos, este tem um risco. Eu acho que vale a pena. Eu acho que vale a pena, mas devemos estar cientes do risco e não procurar fingir que ele não existe. Sr. Presidente venho aqui, portanto, dizer, e dizer à Câmara, que, no ponto de vista do Grupo Municipal do CDS esta proposta vai receber o voto favorável, mas apesar de todas estas reservas que aqui vim elencar. Muito obrigado. “-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado Miguel Oliveira. Srs. Deputados mais intervenções no ponto? Deputado Mauro Ezequiel, por favor.-----

-----**Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro – PS:**-----

-----”Boa noite a todos. Cumprimento todos na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia. Queria felicitar o Município por ter conseguido este empreendimento aqui para Águeda que é sempre importante, nomeadamente, em termos do que está previsto em postos de trabalho, que, em 2025, pelo plano financeiro que tenho aqui, a empresa que foi apresentada nos documentos irá chegar aos 550 trabalhadores. Queria ressaltar duas coisas que é o seguinte, uma coisa que já ali o deputado anterior a mim já falou. Aqui, no projeto e nos requerimentos do projeto, temos um total de 80 mil metros quadrados; uma eletricidade com 11.150 cavaiares, portanto, o Sr. Presidente já falou que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

preciso meter média tensão junto da empresa. Vai gastar 500 metros cúbicos por dia de água da torneira; vai criar, o limite que tenho aqui é 600 toneladas por dia de resíduos, de esgotos. Depois, tem um gasto de gás natural de 25 mil metros cúbicos por dia. Portanto, não estamos a falar de uma empresa pequena, não estamos a falar de uma empresa que ajuste as suas instalações. Para aquilo que tem no projeto, é bastante grande. Segundo consta aqui no plano de investimento, pode chegar aos 180 milhões de euros, mas isto, como foi já apanágio de outras empresas do mesmo tamanho e que estão ao lado, o cumprimento dos planos deixou um bocadinho à quem, e era só isso que eu queria ressaltar. É que promete-se aqui muitos empregos, promete-se aqui muito investimento, e bem, e esperamos que seja concretizado, mas, por exemplo, a AAPICO, neste momento, tem 120 trabalhadores quando devia ter 1.500 por projeto. Pronto, era só para termos aqui um termo de comparação. É que, como dizia o Vítor Gaspar, o antigo Ministro das Finanças, o Excel pode tudo. Depois, mais tarde, é que a gente começa a ver e analisando as contas que tenho aqui dos anos subsequentes da AAPICO, as coisas em termos de trabalhadores, deixaram muito aquém, isto é, nem 10% daquilo que prometeram têm neste momento. Também queria ressaltar que o preço do terreno não nos parece que esteja mal pelos cálculos que foram feitos pelo técnico. A média dos três tipos de terrenos, acho que está bem. Pelo menos, há aqui uma questão que eu gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara. O terreno que está ao lado da AAPICO, o que não está utilizado, é propriedade da AAPICO, correto? Não pode ser nunca revertido para a Câmara? Ou, então, a AAPICO pode pegar nele e vender outra vez à Câmara, se for esse o caso, correto? Portanto, isso foi um erro crasso que foi feito na altura, para mim, no meu entendimento, porque o terreno está lá há não sei quanto tempo e podia voltar à Câmara Municipal para ser facultada a outras empresas, nomeadamente, a esta que está lá ao lado e escusava-se de ir para a pista de motocross. Isto é a minha opinião pessoal. Portanto, aquilo que eu queria perguntar é, se a empresa não fizer a segunda e a terceira fase, o que é que vai acontecer aos terrenos? Era só isso que eu queria perguntar. Era tudo.” -----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado, Mauro Ezequiel. Sr. Presidente, por favor. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, vou tentar aqui esclarecer algumas coisas.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, só um minutinho Sr. Presidente.-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----“Sr. Presidente da Assembleia, como eu já disse ontem, aquilo que eu vou dizer já disse antes, quando o Partido Socialista estava na Câmara. Portanto, não vou dar nenhuma novidade. 180

83



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

milhões, cria emprego e vamos aprovar. Não, já não é assim, nunca deveria ter sido assim e é isso que eu vou fazer. Primeiro, há bocado ouvimos falar que não interessava o número de empregos nem nada no PDM, que agora mudou. Interessa as pessoas, o ambiente e o desenvolvimento. São os três vetores que agora mudaram, deixou de ser os empregos, isto e aquilo. Aplicados os três vetores aqui, vamos, então, ao ambiente. Temos que ver que é uma empresa das consideradas ambientalmente poluidoras. De última geração, com as melhores medidas, logicamente, mas é poluidora. Vamos às pessoas. Agora, se estamos a falar de pessoas, não estamos a falar de 500, nem 300, nem nada, estamos a falar de pessoas. É que, como eu sempre defendi, portanto, isto aqui o que eu vou dizer está gravado, não é desmentível, é como outras coisas que já têm sido ditas. Estamos a falar de pessoas. É que para números, 400 empregos é ótimo. Depois, se eles dormem em caixotes, como dormem lá em baixo, no Alentejo, ou numa estufa, ou 20 em cada casa, não interessa? Para os números não interessa, metem-se 10 lá em cada casa. Atenção, estamos a falar de Águeda que já existe. Não é o que vai existir. Quais são os planos, onde é que está o investimento desta empresa na habitação para 700 funcionários? Onde é que está o investimento desta empresa nos resíduos, na mobilidade, nos gastos que a Autarquia vai ter, nos lucros que a Autarquia também vai ter, se tiver sede cá com a parte dos empregos? Será que a Águeda precisa de 700 empregos? Águeda está com pleno emprego neste momento. E se vai ao centro de emprego, quem não tem emprego é as pessoas lá. Mas Águeda precisa de empregos, como eu sempre defendi em 2014, 2015, 2016, qualificados. Precisamos de empregos qualificados, empregos que paguem salários a sério, em que a pessoa tem dinheiro para alugar ou fazer uma casa, em que a pessoa tem dinheiro para ir a um restaurante e pagar, em que a pessoa tem dinheiro para ir ao AgitÁgueda e consumir, ir ao Natal e passear. Nós não queremos empregos dos 820 euros. Esses temos e muitos e cada vez que aumentarmos o emprego em Águeda a qualidade de vida dos aguedenses vai piorando, o nível de rendimentos globais vai piorando. E temos mais emprego e mais emprego e mais emprego. Portanto, aqui, o que eu gostaria de estar aqui era se puder dar uma informação, e essa já é importante, nestes 500, quantos são empregos qualificados? Certamente, alguns e bastantes, uma empresa de ponta, à partida, terá isso, mas a partir daí é uma empresa de 500 pessoas, já sabemos como é que são essas empresas cá. Eu prefiro ter lá 50 num parque de última geração, como é o nosso, que já tem bastantes pessoas, dá bastante emprego, prefiro 50 qualificados. Mas isto é só uma questão política, isto cabe a quem está na Câmara decidir. A visão que tem do mundo é venha dinheiro e venha emprego, eles que se desenrasquem, venham da Índia, da China, de Portugal, do Alentejo, do Norte, eles que se desenrasquem, esse povinho, a quem damos emprego, porque é um grande investimento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

de 180 milhões de euros. Não, Sr. Presidente. Nunca foi. É o erro do desenvolvimento deste país, é um desses, e eu vou continuar a ser contra hoje, como fui há 10 anos. Igual. Está lá, se quiser aí ver o que eu disse há 10 anos e como é que tem sido a evolução. Outra situação. Se me disser que estas empresas têm que estar em algum lado, logicamente. Eu considero também aquilo que o deputado Miguel Oliveira disse, a questão estratégica de ser a China, meus senhores, é lógico que nós, alguém que vive numa democracia como a nossa, num Concelho como o nosso, num Concelho que não anda a pedir emprego, nem anda a pedir investimentos, porque, por capacidade dos atuais e anteriores membros do Executivo, tem realizado e tem uma boa saúde financeira, tem um emprego pleno. Não tem é alguns índices de desenvolvimento nem a qualificação desse emprego pleno. Fomos, eu já disse aqui tantas vezes, Águeda sempre foi de pessoas empreendedoras que sempre pagaram baixos salários. Anos e anos. Muitos passaram aqui nesta Assembleia, e eu disse, tal e qual, disse-lhes a eles frente a frente, como lhes estou a dizer agora a vocês. Mas, é a vida, são momentos. Agora, neste momento, acho que já estamos na altura de crescer bem. O Sr. Presidente ainda agora disse, e é verdade, já investiram milhões e milhões e milhões, já investimos mais de quê? 10, 12 milhões, 15 milhões naquele parque empresarial? Vamos investir, vamos ter isso? Já investimos, mas investimos para dar emprego a pessoas. Não a alguém que venha aqui trabalhar só para trabalhar. A pessoas, que não criem depois mais para o Município problemas sociais, investimento social nessas pessoas, desenvolvimento. Onde está o plano? Eu se fosse o Sr. Presidente da Câmara, a primeira pergunta perante um investimento deste era perguntar a eles onde é que está o plano habitacional dos seus funcionários. Sem esse plano, não posso votar favoravelmente porque a Águeda não precisa deste tipo de empresas nem deste tipo de emprego. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado Jorge Melo, por favor. -----

-----**Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente:** -----

-----”Boa noite novamente. Queria começar por solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que clarifique relativamente a este investimento e relativamente ao que falou relacionado com o Crossódromo, se a Câmara garante a construção integral de tudo o que são instalações necessárias para que Águeda não corra o risco de perder a possibilidade de continuar a organizar o campeonato do mundo de motocross. Se dá esta garantia, se já existe um custo estimado para esta obra. Agora, quero com isto dizer o seguinte, se o valor médio de venda do terreno anda na ordem dos 10 euros, se considerarmos apenas a venda, então aí se calhar estamos a vender por um preço adequado e um preço até justo. Mas se depois estivermos a gastar 200 ou 300 ou 400 mil a construir instalações no Crossódromo, eventualmente, esta relação custo-benefício poderá não ser tão vantajosa como numa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

primeira interpretação possa parecer. Relativamente aqui a outras, eu fiquei agora um bocado incrédulo com duas intervenções que aqui vi feitas. É que eu não sabia que a xenofobia tinha chegado a esta Assembleia. Não sabia! Como é que nós podemos combater a xenofobia sendo xenófobos? Então, os senhores são chineses não podem vir cá construir? Então, estamos a utilizar o mesmo critério e eu não conheço nenhum conflito que alimentado com mais conflito consiga gerar a paz. Portanto, quantos mais vierem para cá, mais nós os conseguimos tornar ocidentais e mais liberais e levar estes valores lá para a terra deles para que a dita ditadura em que eles vivem possa, eventualmente, tornar-se num ambiente melhor para aquelas populações. E, também, não consigo perceber como é que o Partido Socialista, que foi um dos principais defensores do Parque Empresarial do Casarão, há regras que têm que ser cumpridas. A legislação define muito bem como é que as empresas se devem instalar. A legislação define muito bem o que é que é o pacto social. Então, o que nós estamos a dizer “-Não, não queremos que venham-”? Então, andamos com uma mão a pedir e depois com a outra a esconder? Queremos sol na eira e chuva no nabal ao mesmo tempo? Não temos construção, não temos habitação, mas uma coisa vai trazer a outra, porque a ideologia que o Partido Socialista sempre teve é que primeiro vamos construir o problema, esta foi a bandeira, primeiro vamos construir o problema do Parque Empresarial do Casarão, e depois vamos construir as infraestruturas, e depois vamos construir a rede viária, e depois vamos tratar das escolas que vão ser necessárias, e depois vamos tratar da habitação. Esta foi a estratégia. Então, agora, esta estratégia já não serve? Senhor Miguel Oliveira, foi a bajulação que eu tive hoje para o Executivo. Foi esta. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado Jorge Melo. Sr. Deputado Mauro Ezequiel, por favor. -----

-----**Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro – PS:**-----

-----“Cumprimento, novamente, todas as pessoas na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia. Esqueci-me de uma pergunta. Em termos de isenção de impostos, vai ser o mesmo critério que foi utilizado na Sakthi? Era só essa a questão que eu esqueci-me de fazer.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. deputado Miguel Oliveira. Faça favor.-----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:**-----

-----“Muito obrigado Sr. Presidente. Não, não vou responder a ninguém que tenha feito qualquer intervenção anterior. É só para pedir um esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara. Sr. Presidente, quando houve o investimento da Sakthi, um dos compromissos do Município era de criar um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

corredor para a muito alta tensão e de ligar a muito alta tensão à zona onde estaria disponível para a Sakthi até 2019. A minha questão, já aqui a fiz uma vez, volto a repetir, quando se mantém essa disposição no Município, que eu acho que é importante em termos estratégicos, pese embora, a tipologia, a forma como o parque é apresentado se tenha alterado, e, de qualquer forma, se já foram feitas as expropriações que estavam para ser iniciadas na altura em que tinha notícia disso da última vez, se foram feitas expropriações e se já avançou com a definição dos corredores, as expropriações ou as compras dos terrenos necessários para fazer a construção dessa linha. Muito obrigado. “-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. deputado Miguel Oliveira. Sr. deputado Mário Vasconcelos, por favor.-----

-----**Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos – PPD/PSD.MPT:**-----

-----”Boa noite, Sr. Presidente. Cumprimento na sua pessoa todos os presentes e os que nos acompanham pela Águeda TV. Por aquilo que foi dito aqui nesta Assembleia o Sr. Presidente até já deve estar a pensar assim, “- Caramba, o trabalho que isto me deu e os discursos que estou aqui a ouvir são autêntica motivação para o meu trabalho -”. Aquilo que eu disse, Sr. Presidente, continue a trabalhar, traga mais empresas para a Águeda, umas maiores, outras mais pequenas, umas de um ramo, outras de outro, porque quanto mais ecléticos formos ali, tanto melhor para o nosso Concelho. Agora, é evidente, tudo isto nos traz preocupações. Por exemplo, uma das preocupações é quando os ciclos económicos estão negativos e a gente tem empresas desta dimensão instalada no Concelho, os senhores sabem o que é que nos pode acontecer. Pode acontecer desemprego, pode acontecer problemas sociais no Concelho. Agora, isto são desafios tremendos para queremos ou não queremos e, portanto, estas empresas, e quem nos garante que no próximo ano não teremos, até, algum abrandamento económico, abrandamento de ciclo económico, ou nos próximos dois anos, e que até estas empresas possam vir a compensar. Isso é que é importante. E, agora, crise de crescimento? Os desafios estão aí. É na habitação, é nisto, é noutras coisas. Crescemos numas coisas, temos que acompanhar o crescimento noutras. Isto é a vida. Agora, se são, e mais uma vez, se a origem da empresa é chinesa, a gente hoje, as empresas, a empresa pode ser chinesa, o capital pode ser americano, pode ser russo, pode ser francês, portanto, hoje o capital está distribuído pelas empresas e a sua origem não tem nada a ver. Portanto, também não tenham preocupações com isto. Portanto, Sr. Presidente, o Grupo Municipal congratula-se com esta angariação desta empresa para o Concelho de Águeda e continue a trabalhar no sentido de trazer outras para aqui e, como o Fórum dizia há bocado, maior ou menor dimensão, cá estaremos para as acolher e para fazer um bom trabalho. Obrigado. Tenho dito. “-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Terminamos, então, o ciclo de intervenções. Sr. Presidente, agora sim.

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----"Sr. Presidente, muito obrigado e eu queria vos dizer o seguinte. Depois de vos ouvir, mais certeza tenho, de que, efetivamente, esta é uma ótima notícia para Águeda. Primeiro, efetivamente, trata-se de uma holding de capital público chinês, que está em 24 países do mundo, nomeadamente, nos Estados Unidos, e na Europa está na Alemanha, na Inglaterra e na República Checa. E agora vai estar em Portugal. E, portanto, nós temos todas as razões para estarmos assustados. Parece. Eu não estou. E queria-vos dizer que esta responsabilidade ambiental desta empresa começa logo no setor em que se enquadra. Eu disse aqui, fiz questão de o falar, é uma das 50 maiores empresas de componentes automóveis do mundo. Estamos a falar de marcas como a Mercedes, BMW, Porsche, Maserati, o que vocês quiserem se lembrar. Mesmo a Rolls-Royce, utiliza componentes desta empresa. Certo? E estamos a falar desta área toda, porque são clientes, é fácil perceberem no portfólio da empresa, de que não estou a exagerar, e têm uma componente e uma obrigação de caminho de atenderem a componentes ambientais absolutamente restritivas e severas. E foi esse o cuidado grande que os fez chegar até nós. Curiosamente, são essas questões ambientais, porque eles podem ser chineses, e nós até podemos estar aqui com uma visão arcaica do que é que possa ser a China, e, afinal de contas, a EDP, não se esqueçam que é chinesa. Porque, às vezes, parece que é uma coisa distante. E reparem numa coisa, parece que estamos aqui com esta visão arcaica e a dizermos que por serem assim, se calhar vêm para aqui fazer qualquer coisa que não têm nenhum cuidado com esta questão ambiental e digo-vos que foi exatamente isso que os trouxe até nós. Têm uma obrigação muito interessante que é ter uma incorporação muito forte de eletricidade, por exemplo, de origem verde, e que nós garantimos no nosso parque, e vamos garantir no futuro ainda com muito mais intensidade, face aos parques eólicos e solares que estão constituídos e a constituírem-se aqui nas nossas redondezas. E naturalmente que toda a componente ambiental, desde a produção e encaminhamento dos resíduos, a questão do consumo da água, tudo isso, tudo isso, está indiscutivelmente acautelado e tem que ser completamente certificado. Mas completamente certificado e auditado. E no próprio licenciamento nós, naturalmente, que não vale a pena estarmos aqui com preocupações, porque não vamos aliviar em nada essas obrigações que a lei lhes impõe e que o mercado lhe torna absolutamente impossível de fugirem. Ficamos claros por aqui. A outra questão que eu vos queria aqui dizer é o seguinte. Muito obrigado, Miguel, por falares na questão da muito alta tensão. Realmente esta empresa, pelo setor que é, e porque se trata, também, de uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

empresa que consome energia, é absolutamente estratégica para nós. Porquê? Nós conseguimos há cerca de dois, três anos, fazer incluir no PDIRT, que é o Plano Estratégico das Questões das Redes Elétricas Nacionais, a tal linha de abastecimento do parque de muito alta tensão que o vem capacitar de uma forma absolutamente única no país. Mas, para isso, a Câmara Municipal, naturalmente, eu, enquanto Presidente tive que o fazer, atravessou-se literalmente. E nós precisamos de consumidores, grandes consumidores, e, portanto, esta empresa cai-nos como mel na sopa. A outra questão é que parece que andamos aqui estes anos todos tolos, porque andamos a fazer um parque empresarial que é modelar e agora estamos, quando chega o investimento – e obrigado Miguel por estar outra vez de acordo contigo, por uma razão muito simples. Efetivamente, o nosso tecido empresarial precisa de mais algumas grandes empresas. Porque esta empresa não é o que ela vem e o que ela vale. É tudo o que vai criar à volta dela, porque, efetivamente, é uma grandíssima empresa. E não vamos ter medo de crescer. Afinal de contas, é o nosso objetivo e o objetivo de todos. Queria-vos dizer o seguinte. Se vocês parassem um bocadinho e tivessem lido as questões, que até estão no introito, mas estão no memorando de entendimento, percebem, claramente, o cuidado que todos estes empresários tiveram de imediato de estabelecerem contactos com o tecido empresarial e, nomeadamente, empreendedores no ramo imobiliário para garantirem a construção de casas. E queria-vos dizer que esta empresa, no ramo e no setor em que está e da forma como está, vai trazer imensos, muitos, muitos, muitos quadros altissimamente qualificados. Porque, não tenham dúvida nenhuma que é isto que estamos a falar. Mas é que não tenham dúvida nenhuma de que estamos a falar disto. Houve aqui um cuidado de compararmos as coisas com a Sakthi. Eu queria dizer que eu fiz parte do Executivo que, naturalmente, fez o acordo com a Sakthi. Nas condições daquela altura, eu voltava a fazê-lo nas mesmas condições. Eu lembro que a Sakthi foi o desbravador do parque empresarial. Naquela altura, nós andávamos de joelhos quase à procura de empresas e empresas para nos porem o parque a andar e a Sakthi representou exatamente isso. E a Sakthi nós vendemos-lhe, ou demos-lhe, o terreno, 200 e tal mil metros quadrados, a 1 euro. Nós criamos infraestruturas que estão no parque, e algumas delas vão servir agora também, que nos custaram milhões de euros. E volto a dizer que naquela altura fizemo-lo e naquelas condições eu voltava-o a fazer. Este negócio não tem rigorosamente nada a ver com isto. Nós, neste momento, já nos permitimos vender o terreno. Agora, não há dúvidas nenhuma que nós estamos aqui a colocarmos de forma inequívoca que vai ser uma empresa PIN, portanto de interesse nacional. E sendo classificada, e de acordo com os nossos regulamentos, naturalmente, que vai ter incentivos. Tem, pois. Nomeadamente, alguma isenção de impostos numa primeira fase. É exatamente isso que nós estamos a fazer aqui e não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

estamos a abdicar de nada nem a dar mais nada de especial a esta empresa. Volto a dizer o seguinte, a questão social, naturalmente, que nós temos que a acompanhar. A questão habitacional é essencial também, porque são muitas pessoas que vêm, naturalmente, e que vão chegar para esta empresa. Nós, em Águeda, não temos já estas pessoas todas, mas, naturalmente, que aqui à volta temos envolvidos, desde o Centro de Formação, a Universidade da Aveiro, a Universidade de Coimbra, a própria Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda, as próprias escolas secundárias do nosso Concelho nos ramos profissionais, e estamos envolvidos, para quê? Porque, efetivamente, isto vai exigir muito de todos. E estamos absolutamente confiantes de que, a exemplo do que aconteceu com alguns Municípios que nós conhecemos, onde se instalaram empresas desta dimensão, isto vai ser um qualificador interessante, muito interessante e nada desprezível, bem pelo contrário, para todo o nosso tecido empresarial. Quando tivermos uma época de crise, porque os ciclos económicos, diz-nos a nossa experiência que evoluem exatamente dessa forma, quando a tivermos, com esta empresa estamos mais capacitados. Eu não tenho dúvida. E, exatamente, nós temos que nos preparar nos tempos bons para os tempos menos bons. E, sobretudo, nos tempos bons tentarmos evitar ao máximo que tenhamos tempos maus. É isso que nós estamos a fazer. E, portanto, esta Águeda empreendedora, que andou durante tantos anos, eu diria, que a exportar empresários para outros, que criaram zonas industriais como nós conhecemos em Oíã, em Oliveira de Frades, porquê, porque não tínhamos condições aqui, agora estamos a chamar outros. E, vejam bem, até multinacionais desta índole já nos chegam cá. Olhem uma coisa, eu digo-vos uma coisa, eu acho que é um tempo bom e é um tempo que nós devemos aproveitar. Já agora, queria-vos dizer que a nossa luta direta na parte final, porque estivemos envolvidos com empresas de vários países, com localizações em vários países, mas a parte final foi com a Corunha. Foi a esses, diretamente, e na parte final, que nós conseguimos garantir, ganhar, entre aspas, esta localização. Os espanhóis não tinham problemas nenhuns de aceitarem esta empresa e ficaram tristes por eles nos escolherem a nós. Eu acho que aquilo que nós e esta Assembleia deve responder aqui é com regozijo. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. deputado Miguel Oliveira, por favor.-----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----

-----”Sr. Presidente, obrigado pela informação que deu em relação à muito alta atenção. Como se sabe, é uma preocupação nossa antiga e volto a dizer, olhe, corroborando as suas palavras: hoje, na mesma situação, analisando toda a informação que tinha, eu voltaria a ter a intervenção que tive no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

sentido de agilizar a vinda da Sakthi para Águeda. Sem dúvida absolutamente nenhuma. Quando estamos a falar de investimento económico estamos sempre a falar de risco. E se calhar há pouco fui mal-entendido. A China comporta hoje um risco que não comportava há cinco anos. E é um risco que vem de duas formas. Por um lado, pela própria situação interna da China, que é completamente diferente daquilo que era há cinco anos. É natural que quem não acompanha estas questões não saiba que existe, por exemplo, neste momento, uma crise gravíssima interna na China por causa da bolha do imobiliário. E que isso está a afetar seriamente a estabilidade económico-financeira e pode vir a ter repercussões até políticas na China e forçar, eventualmente, a China a tomar algumas decisões precipitadas a nível externo, porque é muitas vezes essa a forma – veja-se a Venezuela, agora, com a questão da Guiana – de forçar uma identidade e uma unidade interna. Mas existe um outro risco. É que a situação geopolítica alterou significativamente e veja-se, por exemplo, o que é que aconteceu às empresas de capitais russos no Ocidente. A imposição de sanções económicas em empresas participadas, direta ou indiretamente, pelo Kremlin e pelos seus oligarcas, levou a rombos financeiros nessas empresas. Podíamos dar vários exemplos, mas lembrem-se só do Chelsea, do clube de futebol, que é o mais popular, mais conhecido. Dou só esse exemplo. No caso de uma pequena empresa, para uma comunidade como a comunidade de Águeda, imaginemos que era uma empresa que empregava 10 trabalhadores no universo dos 46 mil habitantes que tem o Concelho neste momento. Era uma gota de água. Mas os 700 trabalhadores, 500, 600, 700 trabalhadores num universo de 46 mil habitantes, que é o universo de Águeda, em que a população está extremamente envelhecida, por outro lado, há pouca população jovem, isto tem um impacto muito positivo no momento em que a empresa chega, mas pode ter um impacto desastroso no momento em que a empresa, por algum motivo, é obrigada a sair. Daí, espero agora ter explicado melhor qual é o problema, qual é o receio em o capital ser de origem pública chinesa. Essa é a primeira questão. Depois, é necessário lembrar que é verdade que a EDP tem participação de capitais chineses, mas que essa participação ocorreu noutra altura da história, em que a geopolítica e a geoestratégia eram diferentes. O ambiente internacional era diferente. E, finalmente, voltar a alertar que o facto de estarmos satisfeitos com a situação de emprego em Águeda, o facto de almejarmos aumentar o nível médio das qualificações e, sobretudo, o nível médio das remunerações dos trabalhadores, não nos pode deixar satisfeitos, porque Águeda tem de crescer em termos de população. Parece que estamos aqui a jogar para a soma zero, para não perder muitos mais. Nós temos de crescer e, sobretudo, na população jovem. Porque, neste momento, já estamos a ter sérios problemas sociais pela indisponibilidade, falta de disponibilidade de cidadãos ativos que vão ajudar a tratar dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

dependentes nas instituições, nas associações. É necessário crescer, Águeda tem de crescer e, portanto, mantém-se aquilo que eu disse pela minha parte. Saúdo a vinda deste projeto, pese embora todas as reservas que enunciei no início. Congratulo a Câmara Municipal por isso e só dizer que de forma nenhuma demonizo o investimento vindo da Índia, ele é bem-vindo, vindo da China, ele também é bem-vindo. No entanto, não vou calar que existem riscos associados a investimentos que venham dessas paragens, como há dos investimentos que vêm, por exemplo, dos Estados Unidos da América ou até de Israel. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado Miguel Oliveira. O Sr. Presidente oferece mais alguma explicação? A explicação das obras no Crossódromo.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----”O Crossódromo, como todos entendem, é propriedade do Município, certo? E, naturalmente, o cuidado que nós tivemos foi não interferir naquela zona mais sensível da pista e, atenção, nós vamos afetar, de forma muito ligeira, as infraestruturas que existem neste momento na pista. Porquê? Há aquela zona do paddock que vai ser, como vocês veem no mapa que acompanha a proposta, é uma zona do paddock e, quando muito, afeta ali aquela construção onde é instalado o posto médico. Portanto, estamos a falar de pouco relevantes as alterações que essa área e mesmo essas construções têm pouca relevância e é muito fácil instalá-las nos terrenos à norte que nós já possuímos, nós Município, já possuímos. Agora, volto a dizer, neste momento, o Mundial de Motocross está garantido até 2024 e, naturalmente, que é importante, até porque, reparem numa coisa, efetivamente, a prova do Mundial é a prova mais relevante que nós temos no motocross. Eu até diria uma outra coisa, e esta é a minha opinião e também não tenho medo de a dizer porque é um facto. A pista de motocross no nosso parque empresarial, neste momento, é uma coisa que fica muito bonita num fim de semana durante o ano, que durante o fim de semana do Mundial. No resto, é uma coisa que nem sequer tem bom aspecto. Portanto, nós temos que fazer evoluir aquela infraestrutura de alguma forma, ou ali ou noutro lado qualquer, mas temos que enquadrar aquilo de outra forma porque agora era uma coisa que estava lá num sítio abandonado e agora tem ali a companhia de muitas empresas e, portanto, nós temos que ter essa preocupação. Estamos perfeitamente alinhados nessa matéria. Muito obrigado Sr. Presidente.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Srs. Deputados, vamos passar à votação.-----

-----Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por**

92



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

maioria, com sete abstenções do Grupo Municipal do PS, a proposta da Câmara Municipal n.º 413/23 de Reconhecimento de Interesse Público, de venda de terrenos e de Memorando de Entendimento no âmbito do investimento e implantação da empresa CITIC Dicastal no Parque Empresarial do Casarão;-----

3.6 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de retificação da Proposta n.º 240/2023, aprovada em reunião de Câmara Municipal de 22 junho de 2023 e na 3.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de junho e 3 de julho de 2023; -----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----"Sr. Presidente, apenas e só uma alteração nas habilitações necessárias para o cargo de Departamento de Coesão Territorial, Habitação e Desenvolvimento Local. Tínhamos licenciatura em Planeamento Regional e Urbano, passamos a ter uma área mais abrangente, que é licenciatura em várias áreas, naturalmente. Muito obrigado, Sr. Presidente."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, alguma intervenção no ponto? Passamos, então, à votação. -----

-----Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com 11 abstenções, 6 do Grupo Municipal do PS e 5 do Grupo Municipal do CDS-PP, a proposta da Câmara Municipal n.º 414/23 de retificação da Proposta n.º 240/2023, aprovada em reunião de Câmara Municipal de 22 junho de 2023 e na 3.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de junho e 3 de julho de 2023.-----

3.7 Tomada de conhecimento da deliberação de declarar a alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Águeda, por força da entrada em vigor da Alteração da Delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do Município de Águeda, a que diz respeito o Despacho n.º 9263/2023 (Diário da República, 2ª Série, n.º 175 de 8/09/2023);-----

-----**Presidente da Assembleia:** É apenas uma tomada de conhecimento. Sr. Presidente, alguma explicação em específico?-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, é a aplicação da lei que prevê, naturalmente, ter o conhecimento da Assembleia. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados, algum esclarecimento ou alguma intervenção? Não.--



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

3.8, “Apreciação da informação escrita do Ex.º Sr. Presidente da Câmara no Municipal de Águeda, acerca da atividade Municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), n.º 2, do artigo 25.º, do anexo 1 da lei 75 de 2013, de 12 de setembro”. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, algo mais para além do que consta da documentação?

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, apenas disponível para alguns esclarecimentos. Muito obrigado. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados, algum esclarecimento? Sr. deputado Mauro Ezequiel, por favor.-----

-----**Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro – PS:**-----

-----”Neste ponto só queria dizer aqui uma coisa, que é o que eu tenho na minha mão é uma revisão orçamental que vai à próxima reunião de Câmara de quinta-feira do orçamento do ano passado, em 17 milhões de euros. Portanto, aquilo que a gente fala aqui nas GOP tem alguma razão de ser porque, pelos vistos, acontecem sempre revisões todos os anos. Estamos a falar de quase um montante igual ao que vai ser investido inicialmente na ligação Águeda-Aveiro, 17 milhões de euros de revisão orçamental. Portanto, era só para finalizar e dizer que os orçamentos têm que ser feitos com um bocadinho mais de cuidado, como já é habitual, já há anos que as pessoas dizem isto, mas continuamos na mesma. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Srs. Deputados. -----

----- Concluída a ordem de trabalhos, foi lida e aprovada a minuta da ata. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** Muito obrigado a todos, um resto de boa semana.-----

----- E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos desta reunião, pelas vinte e duas horas e cinquenta e cinco minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e três, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pela Primeira Secretária da Mesa.-----

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária: